

UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI - UNIVATES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

**OS PRESSUPOSTOS DA CIDADANIA AMBIENTAL NO MODO DE  
VIDA AGROECOLÓGICO**

Ana Christina Konrad

Lajeado, novembro de 2017

Ana Christina Konrad

## **OS PRESSUPOSTOS DA CIDADANIA AMBIENTAL NO MODO DE VIDA AGROECOLÓGICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade do Vale do Taquari, como parte da exigência para obtenção do grau de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento na linha de Pesquisa em Espaço de Problemas Socioambientais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Luciana Turatti

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Margarita R. G. Mejía

Lajeado, novembro de 2017

*Jesus mestre salvador  
Lá do céu está vendo  
O que é que estão fazendo  
Com o povo agricultor  
É tirar o nosso valor  
Mandar sementes pra gente  
Com veneno é indecente  
Deus não vai dar o perdão  
É a indignação dos guardiões da semente*

*De apoio precisamos  
Federal ou do Estado  
Mas devemos ser consultados  
Para saber o que plantamos  
Por que nós não aceitamos  
Virem com veneno pra gente  
Saber que é indecente  
Para nossa plantação  
Esta é a indignação dos guardiões das sementes*

*Temos 38 espécies  
230 variedades  
Todas de boa qualidade  
Que o povo todo conhece  
Não sei o que acontece  
Programas mandar pra gente  
Só quatro achamos indecente  
Fazemos revolução  
É a indignação dos guardiões da semente*

Nós sabemos que se plantar  
 As nossas variedades  
 Teremos com qualidade  
 Segurança alimentar  
 Também nós vamos zelar  
 O nosso meio ambiente  
 É bastante diferente  
 Desta outra plantação  
 É a indignação dos guardiões da semente

Nossos avós e nossos pais  
 Nos ensinaram a plantar  
 E também armazenar  
 Com produto naturais  
 Pimenta do reino é capaz  
 Para o trabalho da gente  
 Casca de laranja é excelente  
 Para a boa germinação  
 Está é a indignação dos guardiões da semente

Pedimos para não plantar  
 Pois temos diversidade  
 Mas se houver necessidade  
 De perto dela passar  
 Máscara e luva vamos usar  
 Para proteger a gente  
 Pois veneno é indecente  
 O mesmo é coisa do cão  
 Essa é a indignação dos guardiões da semente

Nos também temos clareza  
 Que o problema é financeiro  
 E com nosso dinheiro  
 Enricar mais as empresas  
 Veneno na nossa mesa  
 Com dinheiro da gente  
 Se chegar na minha frente  
 Digo ao chefe da Nação  
 Está é a indignação dos guardiões das sementes

No banco a semente está  
 Para a nossa autonomia  
 Pra quando chegar o dia  
 De o agricultor plantar  
 É só ele ir lá buscar  
 Voltar feliz e contente  
 Porque tem em sua frente  
 As sementes da paixão  
 Essa é a libertação dos guardiões da semente

(Desabafo de um Agricultor, Joaquim Pedro de Santana,  
 Agricultor Agroecologista do município de Montadas/PB)



## **AGRADECIMENTOS**

Sozinhos, nada somos. Por isso, é essencial agradecer àqueles cuja colaboração foi primordial para que fosse possível elaborar este trabalho.

Agradeço, inicialmente, às instituições que apoiaram este trabalho, especialmente a UNIVATES e a PROSUC/CAPES, por terem concedido, respectivamente fomento de pesquisa, bem como a bolsa de estudos.

Em seguida, virão os agradecimentos especiais, não necessariamente na ordem listados.

À minha mãe amada, por quem tento me espelhar a cada dia da minha vida. Exemplo de mulher em todos os sentidos, um ser humano singular, que dedicou sua vida para cuidar dos outros e, ao final, ainda teve forças e coragem para me ensinar a cuidar dela. Profissional de estima (enfermeira e professora), mulher guerreira... Se fosse expressar tudo que sinto, não haveriam páginas suficientes para declarar tamanha gratidão e amor pelos valores que me repassou. De onde quer que esteja: Muito Obrigada por tudo Manhe!!! Este estudo dedico a ti!

Às Agroecologistas de Forqueta, por toda receptividade, confiança, paciência, dedicação e engajamento prestados na elaboração desta pesquisa. A sensibilidade e altruísmo demonstrados por essas mulheres, é capaz de transformar mentes e corações. Que suas lutas diárias sirvam de exemplo a todos nós. Que num futuro não distante, toda sociedade possa compartilhar dos pensamentos e sentimentos otimistas que vocês espalham por onde passam. Grata plenamente por me conduzirem a melhorar como ser humano e, por toda ajuda prestada ao longo desse período. As “Flores” do Forqueta, também dedico esta pesquisa!

À professora Luciana Turatti, orientadora, obrigada pelo tempo e dedicação dispensados, bem como pelas contribuições e ponderações. Para além disso, obrigada por ter me instigado a pesquisar sobre um modo de vida tão maravilhoso e, incentivado na concretização da seleção para o Mestrado. For fim, gostaria de reiterar minhas mais sinceras estimas acerca de todos os ensinamentos, ajuda, apoio, amizade, enfim, por todas as oportunidades que me presenteia. Certamente escolhi esta jornada porque lá atrás, tive uma mestra inspiradora que me instigou a buscar o caminho acadêmico, chamada Luciana Turatti. A ti dedico imensa admiração! É com o coração repleto de carinho que lhe digo: GRATIDÃO!!!

À professora Margarita Mejía, coorientadora, por sua relevante contribuição nesta pesquisa. Grata pela solicitude e carinho com que me recebeste. Muito obrigada por ter compartilhado seus conhecimentos na construção deste trabalho e, principalmente pelo apoio e incentivo incondicionais.

Aos professores Marciano Buffon e Mateus Dalmáz, que compuseram a Banca de Qualificação, pelas considerações e sugestões bibliográficas, tão preciosas à sequência do estudo.

Registro minha gratidão aos professores que aceitaram participar da banca examinadora, as professoras Claudia Petry, Jane Mazzarino e ao professor Marlon Dalmoro.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação, pela provocação na construção de uma visão holística e interdisciplinar em torno da ideia de Ambiente e Desenvolvimento.

Aos colegas e amigos(as) do Mestrado, pelas diferentes visões compartilhadas, bem como por todo companheirismo empregado ao longo desses dois anos. Deste PPGAD, também restaram grandes amizades!

Aos colegas e amigas(os) bolsistas, da sala 108, pela parceria demonstrada em todos os momentos, principalmente diante das dificuldades, nas trocas de ideias e partilha de materiais e bibliografias, pelo apoio constante, pela inúmeras conversas descontraídas e também terapêuticas, assim como por toda solicitude, por todos os sorrisos e angústias divididos. Grata por todos os mates

compartilhados nessas ocasiões tão especiais que vivemos durante esse tempo. Por tudo isso e muito mais, muito obrigada!

Agradeço a todos os colegas do projeto de pesquisa CEAMI, local onde transita somente pessoas do bem, onde se recebe e compartilha as melhores energias e se constitui fortes laços. Também, quero registrar um agradecimento especial a todos os bolsistas que compõem esta equipe, em especial, a Vanessa, que desprendeu grande ajuda na coleta de dados.

Agradeço à Ana, secretaria do PPGAD, por toda dedicação, paciência e atenção que desempenha em seu trabalho. Tua presença abrilhanta este Programa de Pós-Graduação. Muito obrigada por tudo!

À minha família, por todo apoio.

Ao Odo, a quem dedico todo amor e admiração, gratidão por todo apoio e incentivo incondicionais, por todos os momentos felizes compartilhados, por toda ajuda ofertada, sentimentos esses, que não surgem palavras suficientes para expressar. Quero seguir compartilhando momentos felizes ao teu lado. Muito obrigada!

## RESUMO

A presença de uma vasta carga de conflitos de ordem econômica, política, social, ambiental e humana torna relevante e justificável a formação de um novo sujeito capaz de compreender o seu papel na sociedade e que apoiado em princípios éticos e na ideia da alteridade, assume as suas responsabilidades para com os demais. A este sujeito se dá o nome de cidadão ambiental. O objetivo geral desta pesquisa é identificar se e em que medida o modo de vida agroecológico se aproxima dos pressupostos teóricos que moldam o conceito de cidadania ambiental para, ao final, apresentar aproximações/linhas de pensamento que contribuam com a conscientização da importância da cidadania ambiental. Os objetivos específicos consistiram em: compreender os pressupostos teóricos que permeiam a cidadania ambiental e construir um marco teórico sólido para o entendimento das práticas ambientais exercidas pelos agricultores orgânicos; investigar junto a um grupo de agricultores agroecológicos as práticas ambientais que emergem do seu modo de vida e identificar se e de que forma tais práticas contribuem para despertar a consciência de um cidadão ambiental; apresentar, a partir dos resultados da pesquisa empírica, aproximações/linhas de pensamento que possam contribuir para formação do cidadão ambiental; verificar se os modelos de produção agroecológicos podem ser considerados práticas de cidadania ambiental. Para tanto, utilizou-se o método qualitativo. Inicialmente foram aprofundados os conceitos referentes ao tema proposto, buscando construir um marco teórico sólido capaz de sustentar as análises de campo e fomentar a construção dos resultados. Também realizou-se pesquisa de campo para investigar junto a um grupo de agricultores que cultivam de maneira orgânica suas práticas ambientais, sua relação com a natureza e com os demais membros da comunidade, de forma a identificar se o modo de vida por estes assumido, contribui para formação de um cidadão ambiental. Foram aplicadas entrevistas aos cidadãos selecionados com questões abertas. As respostas das entrevistas foram avaliadas por meio de análise de conteúdo. Ao final apresentou-se três categorias, quais sejam, dimensão cultural afetiva, dimensão econômica e dimensão socioambiental. A partir do cruzamento dos dados da pesquisa de campo e do aporte teórico, elaborou-se aproximações que podem contribuir para conscientização do cidadão ambiental. Desse modo, constitui-se ideias referentes à proteção socioambiental; responsabilidade; participação comunitária; alteridade; ética ambiental; equidade; solidariedade e espiritualidade.

**Palavras-chave:** Cidadania Ambiental. Agroecologia. Agricultura Orgânica. Práticas Ambientais. Cidadão Ambiental.

## **ABSTRACT**

The presence of vast economic, political, social, environmental and human conflicts make it relevant and justifiable the formation of a new person, who has in his origin, a citizen capable of comprehending his role in society and, when supported by ethical principles and on the idea of alterity, takes on his responsibilities towards the others. This person is known as an environmental citizen. The general goal of this research is to identify whether and in which extent the agroecological life reaches the theoretical assumptions, which form the environmental citizenship, in order to show approaches/lines of thoughts which contribute to the awareness of the environmental citizenship importance. The specific goals are: comprehending the theoretical assumptions which permeate the environmental citizenship and constructing a solid framework for the environmental practices comprehension by organic farmers; investigating along a group of agroecological farmers environmental practices which emerge from their lifestyle and identifying whether and in which way such practices contribute to the awareness of an environmental citizen; showing from the research results approaches/lines of thoughts which may contribute to an environmental citizen formation; verifying whether agroecological production models can be considered environmental citizenship practices. Therefore, the qualitative method was used. The concepts regarding to the proposed subject were initially detailed, seeking to create a solid framework capable of supporting the field analyses and instigating the construction of the results. There was also a field research to investigate along a group of farmers who cultivate in an organic way their environmental practices, their relation with nature and other community members, in order to identify whether their lifestyle contributes to an environmental citizen formation. Open-ended interview questions were applied to selected citizens. The interview answers were evaluated through the content analyses. In the end, approaches three categories, namely, affective cultural dimension, economic dimension and socio-environmental dimension. From the combination of empirical research data and theoretical research approaches which can contribute to the environmental citizen awareness were presented. Thus, the ideas regarding environmental and social protection; responsibility; community participation; alterity; environmental ethic; equity; solidarity and spirituality were formed.

**Keywords:** Environmental Citizenship. Agroecology. Organic Agriculture. Environmental Practices. Environmental Citizen.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	Artigo
BDU	Biblioteca Digital da Univates
CF/1988	Constituição Federal de 1988
CGIAR	Consultative Group on International Agricultural Research
CMMAD	Comisión Mundial del Medio Ambiente y del Desarrollo
Ed.	Editora
EMATER	Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geográfica e Estatística
MAPA	Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento
nº	Número
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
§	Parágrafo
ONG's	Organizações não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
RS	Rio Grande do Sul
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 CIDADANIA AMBIENTAL E O MODO DE VIDA AGROECOLÓGICO.....</b>	<b>17</b>
2.1 A construção do conceito de cidadania ao longo da história.....	17
2.2 O conceito de cidadania na Constituição Federal Brasileira de 1988.....	23
2.3 Responsabilidades inerentes a condição de cidadão ambiental.....	28
2.4 Condições e possibilidades para o exercício da cidadania ambiental.....	31
2.5 A densificação da cidadania por meio da alteridade e da ética ambiental.....	44
2.6 A potencial contribuição da agroecologia para constituição da cidadania ambiental.....	52
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>61</b>
3.1 Tipo de pesquisa.....	61
3.2 Método.....	62
3.3 Coleta dos dados e universo amostral.....	67
3.4 O viés antropológico ecológico e as inspirações etnográficas.....	69
3.5 Análise dos dados.....	75
3.6 Critérios éticos.....	76
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>78</b>
4.1 As Flores do Forqueta.....	78
4.2 Categorização dos dados da pesquisa de campo.....	83
4.3 Aproximações entre os pressupostos da agroecologia e os pressupostos para formação de um cidadão ambiental.....	140
4.3.1 Proteção socioambiental e responsabilidade.....	141
4.3.2 Participação comunitária.....	142
4.3.3 Alteridade e ética ambiental.....	144
4.3.4 Equidade, solidariedade e espiritualidade.....	146

<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>150</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>153</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>161</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O século XXI tem se caracterizado pela presença de uma vasta carga de conflitos de ordem econômica, política, social, ambiental e humana, o que denota que os limites ambientais foram explorados pelos modelos de civilização dominantes, produzindo um quadro de risco para permanência da vida no Planeta. O que parece certo é que se vive uma quadra na história na qual se experimenta um avanço tecnológico jamais visto antes, o qual, contudo, vem associado ao forte apelo ao consumo e aos meios de produção, que ignoram o sentido do conceito de sustentabilidade (BAGGIO, 2010; TURATTI, 2010).

Tendo em vista as dificuldades apresentadas no que tange a crise ambiental, a sociedade e a natureza não podem ser compreendidas isoladamente. Beck (2010) refere que “a natureza não pode mais ser concebida sem a sociedade, a sociedade não mais sem a natureza”. Portanto, é preciso partir para uma reflexão ética e ecológica, repensando os fundamentos do saber, da política, da economia e do direito, requerendo formulações que concedam um diálogo multicultural em torno de um bem maior. Enfrentar os riscos ambientais significa metamorfosear o modelo de desenvolvimento, os valores, as estruturas de poder, as ações e, principalmente, a consciência humana (PORTO, 2007).

Conceber uma perspectiva de comportamento humano coerente e compatível com sua natureza de ser vivo, passa por uma compreensão que ultrapasse o antropocentrismo e qualquer forma de pensamento homogeneizante. Para tanto, torna-se necessário adotar uma conduta aberta para a diferença, com vistas a integração da sociedade e da natureza. Dessa forma, de acordo com Morin (2005),

surge a oportunidade de se fazer presente uma nova relação de alteridade na ideia que representa a crise ecológica.

Conforme Medeiros e Barreto (2013) vive-se, atualmente, em uma sociedade que urge por uma ética que guie os cidadãos no rumo da conservação e valorização da vida, ou seja, uma ética fundamentada pela alteridade, que desperte em todos os seres humanos a necessidade de assumir e exercer a cidadania ambiental.

Desse modo, tornar-se relevante oportunizar a constituição de uma cidadania pautada na preservação da biodiversidade e que retome a sinergia que deve existir entre os humanos e o ambiente. A presença de uma ampla carga de conflitos socioambientais torna relevante e justificável a formação de um novo sujeito que capaz de compreender o seu papel na sociedade e que apoiado em princípios éticos e na ideia da alteridade, assuma as suas responsabilidades para com os demais. A este sujeito se dá o nome de cidadão ambiental.

O atual período impõe um repensar por parte da humanidade acerca das questões ambientais, exigindo mudanças de pensamento e conduta. E é nesta conjuntura que é possível perceber uma aproximação entre a necessária mudança comportamental apontada pelos autores e a agroecologia.

E é neste sentido que se coloca o problema de pesquisa enfrentado, qual seja: como o modo de vida empregado na agroecologia se aproxima dos pressupostos teóricos que moldam o conceito de cidadania ambiental? Ou seja, quer se investigar como as práticas desenvolvidas por um grupo de agricultores agroecológicos expressam os princípios que dão sustento à cidadania ambiental. O objetivo desta pesquisa foi identificar como o modo de vida empregado na agroecologia se aproxima dos pressupostos teóricos que moldam o conceito de cidadania ambiental e se os princípios orientadores desta atividade são capazes de influenciar ou contribuir para sua formação.

Os objetivos específicos consistiram em: a) compreender os pressupostos teóricos que compõem a cidadania ambiental e constituir um marco teórico sólido para o entendimento das práticas ambientais exercidas pelos agricultores orgânicos; b) investigar junto a um grupo de agricultores agroecológicos as práticas ambientais que emergem do seu modo de vida e identificar se e de que forma tais práticas

contribuem para a aproximação de um cidadão ambiental; c) apresentar, a partir dos resultados da pesquisa empírica, aproximações possam contribuir para formação do cidadão ambiental; d) analisar se os modelos de produção agroecológicos podem ser considerados práticas de cidadania ambiental.

Para atingir os objetivos propostos, metodologicamente a pesquisa possuiu viés qualitativo, sendo que inicialmente foram aprofundados os conceitos referentes ao tema da cidadania ambiental, buscando-se construir um marco teórico sólido capaz de sustentar as análises de campo e fomentar a construção dos resultados. Na continuidade realizou-se a pesquisa de campo para investigar as práticas ambientais de um grupo de agricultores que cultivam produtos orgânicos, bem como sua relação com a natureza e com os demais membros da comunidade, de forma a identificar se o modo de vida por estes assumidos, contribui na formação de um cidadão ambiental. Para dar consecução a tais propósitos foram procedidas entrevistas aos agricultores selecionados contendo essencialmente questões abertas. As respostas das entrevistas foram avaliadas por meio de análise de conteúdo. Ao final apresentou-se aproximações/linhas de pensamento que podem contribuir para formação do cidadão ambiental.

Partindo dessa perspectiva, foi realizada uma pesquisa na Biblioteca Digital da Univates (BDU), a partir de onde se teve acesso a diferentes plataformas, para verificar se existem teses, dissertações, monografias sobre o tema e, constatou-se que não existem trabalhos acadêmicos envolvendo a temática referida, com o viés de identificar em que medida as práticas ambientais empregadas na agricultura agroecológica se aproximam dos pressupostos teóricos que moldam o conceito de cidadania ambiental, desse modo, reforçando o desenvolvimento desta pesquisa.

Reitera-se que há poucos trabalhos envolvendo o tema da cidadania ambiental. Os estudos encontrados consistem em revisões teóricas com foco em democracia, sustentabilidade ambiental, educação ambiental e as pesquisas mais abrangentes relacionam a matéria com assuntos referentes a resíduos, coleta seletiva, catadores, direitos humanos. Assim, salienta-se que os resultados desta pesquisa consistiram na primeira dissertação relativa a investigação das práticas ambientais dos agricultores agroecológicos, no sentido de evidenciar se tais práticas contribuem para a formação de um cidadão ambiental. Também, ressalta-se que a

escolha do público alvo da pesquisa surgiu por ser um grupo que notadamente expressa valores e princípios que se aproximam da cidadania ambiental. Ademais, a agroecologia se demonstra como um movimento de resistência aos meios convencionais de produção, sendo capaz de colaborar no enfrentamento da crise socioambiental estabelecida.

Ainda, o Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, cuja área de concentração é Espaço, Ambiente e Sociedade, aborda a questão ambiental avaliando a interação do homem com o ambiente, através das linhas de pesquisa: Tecnologia e Ambiente; Espaço e Problemas Socioambientais; e Ecologia (UNIVATES, 2017). Considerando o objetivo almejado nesse estudo, investigar a existência de práticas ambientais que compõe a cidadania ambiental junto a um grupo de agricultores orgânicos, no sentido de evidenciar como tais práticas contribuem para a formação de um cidadão ambiental, insere-se a pesquisa pretendida na linha de pesquisa Espaços e Problemas Socioambientais, a qual, dentre outras questões, estuda interações entre sociedade e natureza, implicações entre organizações sociais e cidadania.

Assim, a cidadania é a instrumentalização jurídica que permite falar em direitos e deveres, dentro de uma sociedade politicamente organizada. Diante da crise ecológica que permeia a humanidade pós-moderna, há uma urgência de compromissos éticos que retomem a sinergia que deve existir entre a humanidade e a natureza, a partir de um novo paradigma. Os problemas ambientais exigem uma cidadania constituída na alteridade, composta por um sujeito integral, movido pela ética ambiental, sem oposições entre homem e natureza, e que esteja presente a comunicação e conciliação em favor da vida (MORIN, 2005; BOFF, 2009).

## 2 CIDADANIA AMBIENTAL E O MODO DE VIDA AGROECOLÓGICO

*Meu dia começa cedo, acordo para acompanhar o marido no chimarrão.  
Depois do café, ele vai para o trabalho e eu vou tratar os animais.  
Após, pego meu velho amigo inseparável,  
o carrinho de mão, vamos pra horta,  
onde eu planto as verduras,  
pra consumo e venda. CAMOMILA*

No que tange à temática proposta, torna-se necessário compreender a concepção de cidadania ambiental e, a partir disso, direcionar a atenção às práticas ambientais exercidas no modo de vida agroecológico. Para tanto, tendo em que vista que o conceito de cidadania tem múltiplos significados, parte-se de uma definição ampla da matéria com base em conceitos doutrinários e constitucionais, iniciando com uma contextualização histórica para compreender as distintas fases da sua construção.

Em seguida, aborda-se uma nova face para a cidadania: a cidadania ambiental. Neste sentido, trata-se das responsabilidades decorrentes da condição de cidadão ambiental, das possibilidades para o seu exercício, bem como das suas características. Por fim, discorre-se sobre a potencial contribuição da agroecologia para constituição e exercício da cidadania ambiental.

### 2.1 A construção do conceito de cidadania

Para definir cidadania, primeiramente é necessário conceituar o que é ser cidadão. Conforme Cesar (2002), cidadão é o indivíduo que está em pleno gozo dos direitos civis e políticos de um Estado ou habitante de uma cidade. A palavra

cidadão origina-se da expressão latina *civis*, que significa sócio da *civitas* ou *polis*, quer dizer, sócio da Cidade-Estado da Antiguidade Greco-Romana.

O conceito de cidadania adquiriu um amplo significado ao longo da história na tradição ocidental, eis que em sua origem tem dupla raiz: grega, com viés político e, latina, com tendência jurídica. Tal duplicidade pode ser vista inclusive na atualidade, tendo em vista a disputa entre diferentes tradições, tais como republicana e liberal, ou ainda, em uma democracia participativa e uma democracia representativa (CORTINA, 2005).

Primordialmente, segundo Cortina (2005), a cidadania é uma relação entre um indivíduo e uma comunidade, em virtude deste ser membro de pleno direito dessa sociedade. Logo, o estatuto de cidadão é o reconhecimento oficial da integração do indivíduo na comunidade política, que no presente, assume a forma de Estado Nacional de Direito.

A autora afirma que sob essa perspectiva, o cidadão que participa ativamente da administração e legislação da sua comunidade política, delibera junto com seus “concidadãos” sobre o que é justo e injusto, pois todos são dotados de “socialidade”, ou seja, a capacidade de convivência e participação na construção de uma sociedade sensata, igualitária, onde as preferências individuais dão suporte a uma vontade comum, sendo os assuntos privados secundários aos coletivos. Nesse sentido, compreende-se que a cidadania é um estatuto jurídico, uma base para requerer direitos e não somente uma implicação política.

Segundo Shirley (1999) o conceito de cidadania é algo complexo. Sob uma perspectiva estrita, “cidadania”, por convenção, significa associação com um Estado, ou apreciação as proteções do poder de um Estado, portanto, na visão clássica, denota cidade-estado, como a própria palavra indica. Portanto, implica serviços ao Estado, juntamente com sua proteção.

Desse modo, de acordo com Shirley (1999) no grego e romano, o “livre” e o “soberano” era o cidadão, eis que escravos, mulheres e crianças não eram considerados cidadãos, e aquele que possuía tal condição era obrigado, em virtude de sua cidadania, servir ao governo e suas forças armadas. Segundo o autor, a definição de cidadão tornou-se especialmente relevante para os romanos no

momento em que o governo republicano constituiu-se formalmente por cidadãos, ou seja, os homens adultos que possuíam cidadania poderiam ser eleitos para regerem as provedorias. Nesse contexto, observa-se que o “rico” sempre foi favorecido pelo Estado e Governo.

Percebe-se que a cidadania plena, mesmo para os filhos de escravos, tornou-se possível somente em partes, pois suas limitações também foram impostas, quando surge o sistema de clientela romana e os cidadãos foram divididos em “clientes” que deviam obrigações mútuas. “Nota-se que o mundo não mudou tanto assim, patrocínio e clientelismo ainda são formas dominantes de organização de algumas regiões, como na Itália e na América Latina” (SHIRLEY, 1999).

Conforme Shirley (1999) a cidade-estado independente parece ser uma das formas mais estáveis de vida comunitária, pode ser encontrado pelo mundo todo, desde a China, México e Europa. Desde seu início clássico, no Mediterrâneo e Mesopotâmia, desenvolveu-se por diversas cidades durante a Idade Média. Na Europa Medieval, grande parte da população era composta por camponeses e servos vinculados a propriedades da nobreza. Portanto, os homens livres de um estado independente, quando defendiam a cidade, exigiam maior liberdade por meio do envolvimento geral com a sociedade, economia, direito e política da cidade-estado.

De acordo Leite e Ayala (2004), a cidadania clássica é composta por três características elementares: cidadania civil, política e a social. A cidadania civil está relacionada à liberdade individual, como por exemplo, justiça igual; a cidadania política está ligada com o direito de exercer o poder político e a cidadania social visa o bem-estar social.

Outra distinção importante que deve ser feita dentro da visão de cidadania clássica, é a de cidadania passiva e cidadania ativa. Na cidadania passiva a pessoa é considerada somente cidadã e não exerce a condição da cidadania, mantendo-se alheia aos acontecimentos que a cercam. Já a cidadania ativa é aquela desempenhada efetivamente, permitindo que a pessoa exerça seus direitos políticos. Portanto, a participação do cidadão no poder é considerada característica fundamental e principal da democracia (LEITE; AYALA, 2004).

Após a extinção da civilização greco-romana, substituiu-se o *status civis* por relações hierárquicas privadas, caracterizadas por relações sociopolíticas do feudalismo, momento em que cessou o elemento de liberdade da cidadania clássica. Essa situação se modificou somente a partir do século XI, com o ressurgimento das cidades-estado na Península Itálica, quando a cidadania clássica voltou ao exercício com moldes similares aos exercidos pela civilização greco-romana (CESAR, 2002).

Entretanto, com o avanço político e territorial do absolutismo monárquico, centralizador do poder político, os pequenos espaços de liberdade que somente retornariam através do pensamento liberal-burguês foram eliminados. Assim, de acordo com Cesar (2002), surge a cidadania liberal, pensamento vitorioso das revoluções burguesas que marcaram o cenário político europeu do século XVIII.

Em conformidade com Scherer (2008), na cidadania liberal os direitos civis tornaram-se indispensáveis para economia de mercado competitivo, pois concederam a cada indivíduo o *status* individual, isto é, o poder de participar de forma independente na concorrência econômica. Dessa forma, tornou-se possível negar assistência estatal, baseando-se na ideia de que o homem era capaz de proteger a si mesmo.

A liberdade e a igualdade diante da lei representavam a emancipação e libertação dos indivíduos perante um Estado monárquico que lhes vedava a criatividade. No Estado Liberal os homens essencialmente eram livres e iguais em *status*, apesar de não necessariamente iguais em poder (VIEIRA, 2001).

O avanço do capitalismo, do utilitarismo e da racionalidade tecnológica, fez com que o Estado Liberal assumisse o objetivo de conceder a todos os homens adultos o *status* de cidadão, garantindo a liberdade e igualdade formal perante a Lei. Nesse espaço de liberdade, os cidadãos poderiam prosperar, ou não, na competição com os demais e os melhores destacariam sua capacidade. Entretanto, ao mesmo tempo, o liberalismo trata de um sistema egoísta, sendo marcado pelo individualismo, pois exacerba as características individuais e ignora os mais fracos, hipossuficientes, segundo Jacintho (2006).

Em vista disso, no final do século XIX constatou-se que a cidadania liberal pouco fez para redução da desigualdade. No entanto, um triunfo alcançado foi o



reconhecimento do dissídio coletivo, algo que pode-se interpretar como uma importante conquista de direito social, mas na verdade, representava a procura do progresso social por meio do fortalecimento dos direitos civis. Por outro lado, a cidadania liberal ajudou a conduzir o processo para o caminho das políticas igualitárias do século XX, momento em que surge a cidadania social (JACINTHO, 2006).

Os direitos políticos, compreendidos como direitos de votar e ser votado, foram consolidados no século XIX. A partir do século XX materializam-se os direitos sociais que têm como referência social as classes de trabalhadores que formam o elemento da cidadania social, adquirindo sua plenitude após a Segunda Guerra Mundial, por meio das instituições do Estado-Providência, como refere Cesar (2002).

Marshall (1967) menciona que a cidadania se desenvolveu no contexto liberalista por meio do enriquecimento do conjunto de direitos que os indivíduos livres eram capazes de usufruir. Um exemplo citado pelo autor é o direito de adquirir a propriedade e de proteção caso a consiga. Dessa forma, a cidadania liberal instituiu a igualdade e liberdade, concedendo aos cidadãos o direito de ter uma propriedade, mas não garantiu que tal conquista fosse efetivamente alcançada por todos.

Ainda, conforme o referido autor, as desigualdades da sociedade capitalista não estavam em conflito com os direitos dos cidadãos, pois se colocavam como necessárias para a manutenção do sistema. Para ele as desigualdades poderiam ser toleradas em uma sociedade essencialmente igualitária, desde que fossem transitórias, ou seja, as desigualdades não poderiam incentivar o descontentamento.

Verifica-se assim que a normatização dos direitos sociais foi um misto entre concessões estatais e conquistas populares provenientes de um processo social dinâmico. Sem as lutas sociais do movimento operário, tais concessões provavelmente não teriam sido feitas. Esse processo de transformação do Estado capitalista significou, politicamente, a integração das classes trabalhadoras na sua estrutura e essa foi sua maior legitimação (MARSHALL, 1967).

Scherer (2008) aponta que a cidadania social atribuiu ao Estado competências que contribuíram para a construção de uma sociedade mais justa e

igualitária. Também se esboçou o Estado Social de Direito, o *Welfare State*<sup>1</sup>, que acrescentou exigências de justiça social ao regime de liberdades tradicionais.

A partir dessa conjuntura, para Covre (2001), a cidadania depende dos sujeitos, dos grupos sociais e das condições globais da sociedade, pois permite que os cidadãos façam História em determinadas circunstâncias estruturais. Assim, é possível fazer uma ligação entre os desejos e as necessidades dos cidadãos, enquanto indivíduos e enquanto sujeitos grupais no bairro, no sindicato, nos partidos, enfim, até alcançar o âmbito global da sociedade. A autor destaca que é preciso haver uma educação para a cidadania, conscientizar a população dos seus direitos e deveres, para que possam reivindicá-los e criar espaços para estender esse conhecimento a todos os cidadãos, a fim de que possam realmente compreender e assumir sua cidadania.

Segundo Vieira (2005), a cidadania não pode ficar limitada ao espaço territorial nacional, precisa ter uma proteção transnacional, assim como os direitos humanos. A partir dessa ideia, seria possível pertencer a uma comunidade política e ter participação independente da nacionalidade, visto que os problemas sociais que afetam a humanidade e o planeta atravessam fronteiras e tornam-se globais. Questões como migração, pobreza, capital financeiro, desemprego, danos ambientais, em suma, as grandes questões econômicas, políticas, sociais e ecológicas não são somente nacionais, e sim, transnacionais.

O conceito de cidadania e os direitos a ela inerentes estavam, e ainda estão, em permanente construção. Essa transformação alterou e continua alterando as conquistas e concessões do Estado-Providência, ou seja, por diversos momentos causando-lhe limitações. Exemplos clássicos que podem ser citados são: os cortes orçamentários nos programas sociais, privatização de setores públicos de saúde, educação, habitação, transportes e previdência social, entre outros, considerados restrições do “Estado de Bem-Estar Social”, afirma Cesar (2002).

O autor relata que, por outro lado, essas restrições geraram uma grande movimentação social e, conseqüentemente, surgiram novos sujeitos sociais,

---

<sup>1</sup> Para Scherer (2008) o Estado do bem-estar, o Estado Social de Direito, o *Welfare State* e o Estado do Bem-Estar são signos equivalentes.

simbolizados por novos movimentos sociais e populares. Esses sujeitos, na grande maioria, contribuíram para a construção de uma nova concepção de cidadania. Nesse contexto, nasce o conceito de “cidadão do mundo”, o qual abarca essa nova concepção de cidadania denominada “cidadania ambiental”, que vem sendo construída pelas sociedades de todos os países, em contraposição ao poder político do Estado e ao poder econômico do mercado, em conformidade com o que propõe Vieira (2001; 2005).

Tomando como base os conceitos elencados até o momento, torna-se possível compreender novas construções de cidadania. Desse modo, a seguir parte-se para a cidadania na Constituição Federal Brasileira de 1988, chegando a um novo conceito, chamado cidadania ambiental. Essa nova construção de cidadania será trabalhada na sequência.

## **2.2 O conceito de cidadania na Constituição Federal Brasileira de 1988**

De acordo com Carvalho (2008), em 1988 foi redigida e aprovada pela constituinte a Constituição Federal mais liberal<sup>2</sup> e democrática que o Brasil já teve, merecendo o nome de Constituição Cidadã. Com o advento dessa nova constituição, o conceito de “cidadão”, na visão constitucional, segundo Herkenhoff (2012), se refere a todo indivíduo que está em pleno gozo de seus direitos civis e políticos e desempenha deveres em um País. Ainda, menciona que todo cidadão possui uma qualidade denominada cidadania.

Cidadania é o laço político existente entre o indivíduo e o Estado. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 assegurou vários direitos ao cidadão, entre eles, a participação efetiva na vida social. Leal (2000) define cidadania a partir da especificação dos diferentes direitos e deveres da população, os quais estão estabelecidos expressamente pelo ordenamento constitucional.

---

<sup>2</sup> Nesse contexto, o sentido de “liberal” não possui vínculo com o liberalismo.

O artigo 1º, inciso II<sup>3</sup>, da Constituição Federal/1988 (BRASIL, 1988) traz a cidadania como fundamento de um Estado Democrático de Direito. A cidadania é considerada o princípio fundamental da República Brasileira, normatiza e institucionaliza muitas das reivindicações relacionadas à construção da cidadania. Este é um fenômeno que não possui similaridade em nenhuma das cartas anteriores. O conceito de cidadania gera um “*status legal*” que concede ao indivíduo a condição de cidadão. Logo, a cidadania, para teoria jurídica, passa a ser uma ligação entre o cidadão e o Estado, onde se delimitam seus direitos e deveres, como explica Cesar (2002).

A partir dessas concepções, os direitos políticos adquiriram amplitude como nunca antes haviam atingido. Porém, é preciso considerar o risco da instabilidade democrática, pois a democracia política não solucionou as questões econômicas mais graves, como a desigualdade e o desemprego. Também, houve um agravamento nos direitos civis referentes à segurança individual (CARVALHO, 2008).

Atualmente, a cidadania, além de ter expandido seu caráter original constituído nos direitos civil e político, também abrange dimensões distintas, de ordem social, econômica, educativa e existencial. A dimensão política da cidadania ampliou-se e continua possuindo relevante importância na contemporânea vida brasileira. No Brasil, ser cidadão é ter o direito de voto, ter o direito de ser votado e ter o direito de participar da vida política, conforme Herkenhoff (2012). Nesse sentido, prescreve o artigo 1º da Constituição Federal/1988: “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Os direitos políticos, de acordo com Acocella (2009), compreendem os institutos constitucionais referentes ao direito de sufrágio. Esse direito é expresso pela capacidade de eleger e ser eleito e constitui-se por meio do voto, o qual é um dever para os cidadãos maiores de dezoito anos e facultativo para os analfabetos, maiores de setenta anos e para os maiores de dezesseis e menores de dezoito

---

<sup>3</sup> Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: II - a cidadania; (BRASIL, 1988).

anos, e está positivado no artigo 14, parágrafos 1º, 2º e 3º, da Constituição Federal<sup>4</sup>. Ainda, para resguardar o direito político representado pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, o artigo 14 da Constituição Federal/1988 menciona que:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e nos termos da lei, mediante:

- I – plebiscito;
- II – referendo;
- III – iniciativa popular (BRASIL, 1988).

No que se refere à dimensão civil da cidadania, esta também continua possuindo grande importância, pois obteve conquistas consideráveis com o advento da Constituição Federal de 1988. Por exemplo, a mulher igualou-se ao homem, adquirindo os mesmos direitos e obrigações; acabou com a discriminação em relação aos filhos, determinando que sejam todos iguais, independente da condição do nascimento (dentro ou fora do casamento, sendo filhos biológicos ou adotivos), além de proclamar a liberdade de pensamento e crença e a rejeição ao racismo, conforme Herkenhoff (2012).

Nesse sentido, o artigo 5º, *caput* da Constituição Federal/1988, estabelece que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988).

Em conformidade com Carvalho (2008), ainda em relação à dimensão civil, cabe salientar a inovação da criação dos Juizados Especiais de Pequenas Causas Cíveis e Criminais, em 1995, para agilizar, simplificar e baratear a prestação de

---

<sup>4</sup> Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: § 1º - O alistamento eleitoral e o voto são: I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos; II - facultativos para: a) os analfabetos; b) os maiores de setenta anos; c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos. § 2º - Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos. § 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei: I - a nacionalidade brasileira; II - o pleno exercício dos direitos políticos; III - o alistamento eleitoral; IV - o domicílio eleitoral na circunscrição; V - a filiação partidária; VI - a idade mínima de: a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador; b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal; c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz; d) dezoito anos para Vereador. § 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos (BRASIL/1988).

justiça. Essas inovações legais tornam a justiça mais acessível, incentivando os cidadãos a buscarem os seus direitos.

Quanto à dimensão social e econômica, estabeleceu-se, por meio constitucional, proteção ao trabalho, independente do tipo: seja permanente, temporário, intelectual, manual, industrial, comercial ou doméstico. Dessa forma, a Constituição Federal/1988, no artigo 5º, inciso XIII, estabelece que: “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer” (BRASIL, 1988).

Através dessa proteção, criaram-se os direitos trabalhistas que abrangem: seguro desemprego (sendo um “remédio” para situações graves, já que há uma luta para que todas as pessoas tenham trabalho); defesa ao salário do trabalhador (para que o salário não fique somente a critério do empregador, e sim, tenha uma retribuição mínima capaz de prover as necessidades básicas do funcionário); garantia ao repouso (para limitar a duração do trabalho); proteção da gestante (garante licença-maternidade sem prejuízo do salário e emprego, direito a Previdência Social e proibição de dispensa a partir da confirmação da gravidez até cinco meses após o parto) (CARVALHO, 2008).

A dimensão educacional da cidadania consiste no direito de todos à educação, ou seja, ninguém pode ser excluído da educação, conforme o artigo 205 da Constituição Federal/1988<sup>5</sup>. Portanto, cabe ao Estado e a família educar. O Governo tem obrigação de manter escolas públicas de boa qualidade com profissionais valorizados e a família tem a responsabilidade de educar, pois não é apenas a escola que realiza esse papel. Os pais, irmãos, o ambiente familiar como um todo, necessitam favorecer e permitir o processo educacional dos cidadãos (HERKENHOFF, 2012).

Por fim, a dimensão existencial da cidadania, para Herkenhoff (2012), significa que ela é uma condição existente para que alguém realmente possa ser

---

<sup>5</sup> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL/1988).

uma pessoa, um cidadão, ou seja, ter sua dignidade humana respeitada. O autor refere que para ser um cidadão é necessário ser respeitado como pessoa humana.

Conforme Leal a cidadania precisa ser pensada como uma concepção prévia de democracia, uma possibilidade de demarcar propósitos comuns em uma determinada sociedade caracterizada pelo pluralismo e grandes diferenças sociais. Para manter as sociedades, é necessário criar valores comuns, assim como o conceito de união em torno da cidadania, que favorece a identificação de grupos diferentes na mesma sociedade (LEAL, 2000).

A Constituição Brasileira, segundo Leal (2000), estrutura não somente o Estado, mas também a esfera pública, organizando a sociedade e dispondo sobre setores da vida privada. Concede à cidadania um *status* formal e material de sujeitos corresponsáveis pela construção de um projeto de vida que visa uma democracia efetivamente, e que não separa as ações públicas dos interesses públicos.

Partindo desse entendimento, no que se refere à matéria ambiental, de acordo com Turatti (2010), a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, *caput*<sup>6</sup>, tornou acessível à participação e atuação da população na preservação e defesa ambiental, quando impôs à coletividade a necessidade de defender o meio ambiente, bem de uso comum do povo. Assim, tornou-se direito da sociedade participar tanto na formulação, quanto na execução das políticas ambientais.

O cidadão e a coletividade brasileira têm a sua disposição instrumentos constitucionais para tutelar em favor do meio ambiente, são eles: I) o Mandado de Segurança Coletivo, positivado no artigo 5º, inciso LXX, da Constituição Federal de 1988; II) a Ação Civil Pública, utilizada para reprimir ou impedir danos ao meio ambiente (entre outros) e tem a finalidade de proteger os interesses difusos da sociedade; III) a Ação Popular, mediante a qual a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso LXXIII, assegura ao cidadão a possibilidade de “anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural [...]”, em conformidade com Turatti (2010).

---

<sup>6</sup> Art. 225, *caput*. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (CF/1988).

A autora menciona que a efetiva atuação do cidadão é um eficaz instrumento para a consolidação da democracia participativa, não apenas individual, mas também coletiva. Um grande exemplo disso são as inúmeras ONG's ambientais que atualmente desempenham um papel fundamental nesse sentido, logo, a participação integra o processo democrático e é alicerce da cidadania. Portanto, a garantia do Estado Democrático de Direito depende fundamentalmente de uma participação popular que busque solidificar e intensificar as conquistas em todos os campos, neste caso, as relacionadas com os problemas das incertezas globais referentes à questão do meio ambiente (TURATTI, 2010).

A partir do momento que o cidadão assume sua participação na sociedade em todas as dimensões, inicia-se uma caminhada para compreender, construir e exercer uma nova forma de cidadania, a chamada "cidadania ambiental". Diante da importância dessa compreensão, faz-se necessário o estudo da cidadania ambiental que será abordado na continuidade. Desse modo, também torna-se necessário compreender as responsabilidades inerentes a condição cidadã, para em seguida verificar as condições e possibilidades para o exercício da cidadania ambiental.

### **2.3 Responsabilidades inerentes a condição de cidadão ambiental**

De acordo com Jonas (2008) é dever do cidadão responder por seus atos e suas consequências. Ademais, esse dever precisa ser encarado primeiramente como um ponto de vista legal, não moral. O autor argumenta que se o cidadão causar danos, por exemplo, ao meio ambiente, esses devem ser reparados, mesmo que a causa não tenha sido um ato maldoso e suas consequências não tenham sido desejadas.

A responsabilidade se coloca como um sentimento moral que tem como finalidade positiva o bem humano. Com a vontade de assumir responsabilidades, assume-se a condição de cidadão. Caso contrário, há uma grande possibilidade de se lamentar a fuga das responsabilidades e da cidadania (JONAS, 2008).

Os cidadãos precisam aprender a ultrapassar seus limites utilizando suas forças e unindo-se, independente do ambiente ser adverso a isso ou da luta coletiva ser desvalorizada; será sempre mais eficaz a coletividade. É preciso dar ênfase à



organização da sociedade. Para consolidar a democracia é muito importante reforçar a organização da sociedade para dar embasamento social ao político, quer dizer, democratizar o poder, afirmam Carvalho (2008) e Herkenhoff (2012).

Segundo Lapierre (2003), o cidadão não pode mais sujeitar-se a permanecer como simples beneficiário do Estado; precisa ser participativo e, para isso, o autor propõe diversas maneiras de participação. Menciona que fóruns, como conselhos regionais e municipais e, audiências públicas, possibilitam a expansão de participação.

Refere-se também à relevância do civismo, explicando que o mesmo é fundamental para a propagação da consciência e da vontade de ser efetivamente um cidadão. O civismo é influenciado pelos “exemplos”. Portanto, aqueles que exercem o poder e cometem corrupção, fraude ou utilizam de forma inadequada o dinheiro público, estão passando exemplos negativos para aqueles que são submetidos ao seu poder e para aqueles que os elegeram. Por isso, Lapierre (2003, p. 207) deixa um conselho para os cidadãos: “*sed ciudadanos, vigilantes y activos*”.

Neste contexto, ganham ênfase as organizações não-governamentais, que não fazem parte do governo e desenvolvem atividades de interesse público. Da colaboração entre essas organizações e os governos municipais, estaduais e federal, tem-se obtido resultados inovadores na solução de problemas sociais, principalmente nas áreas da educação e dos direitos civis; e essa aproximação democratiza o Estado (CARVALHO, 2008).

Para Lapierre (2003), os cidadãos vigilantes não acreditam no que os políticos dizem, principalmente em campanhas eleitorais, e os julgam somente pelo que fazem; controlam os governantes e aqueles que os elegeram. Ainda, o autor menciona que os cidadãos ativos, além de votarem, controlam seus eleitos. Podem aderir a um partido, mas o importante é a participação nas lutas sociais.

Scherer (2008), Reis e Costa (2010) asseveram que o Estado, sozinho, não tem condições de atender às demandas, já que essas crescem numa velocidade ímpar. Entretanto, isto não desmerece o Estado no que tange a sua função ou importância. Ao contrário, cada vez mais ele necessita se fazer presente, oferecendo condições mínimas de existência. Todavia, em razão dessa realidade, a cidadania é

chamada a participar de forma atuante, para que o Estado e os cidadãos, juntos, busquem alternativas para enfrentar a problemática.

Outras maneiras de mobilizar os cidadãos para que exerçam o seu papel na cidadania, são as parcerias entre as prefeituras municipais com associações de moradores e organizações não-governamentais. Essas diversas formas de organizações são chamadas de “novos movimentos sociais”, que interagem com o Estado para o efetivo exercício da cidadania, e desenvolvem-se junto à sociedade, praticando a democracia participativa. Assim, surgem novos atores sociais que são caracterizados por não se restringirem a somente um campo de atuação, fazendo uma interação entre os cidadãos e o Estado na luta pela cidadania (CESAR, 2002; CARVALHO, 2008).

Uma das dificuldades presentes em relação a proposta de expansão da cidadania diz respeito ao fato de alguns países ainda possuírem faixas populacionais que não exercem e nem desfrutam desta proposta; são casos de exclusão da cidadania. Nesse sentido, a falta de educação também implica no exercício da cidadania, pois as pessoas que não têm acesso a informação também não possuem o conhecimento desta condição. Mesmo que isso atinja um pequeno percentual de pessoas, o repúdio da população não afetada deve ser manifestado, pois a cidadania deve ser universal. A dignidade humana necessita de reconhecimento e valor, ninguém pode ser privado da condição de cidadão, afirma Herkenhoff (2012).

A dignidade do cidadão é o referencial do exercício público da cidadania. O cidadão, considerando-se digno, terá capacidade de compreender sua ação na sociedade e, por meio da democracia, poderá interferir nas instâncias de poder (SCHERER, 2008).

A relação entre o Estado e o Cidadão é o que define a cidadania, pois essa não sobrevive sem esta relação. A cidadania é um processo de reflexão do indivíduo sobre si mesmo, tornando-se um ator social para exercer a solidariedade planetária e assumir sua participação social. Levando-se em consideração o cenário exposto, Turatti (2010) afirma que o papel do cidadão carece transcender sua forma tradicional e abrigar as questões ambientais. A partir do momento que o cidadão assume sua participação na sociedade e reflete sobre o seu papel, ou seja, sua

condição de cidadão ambiental, logo, inicia-se uma caminhada para exercer a chamada “cidadania ambiental”.

A análise do marco teórico até então realizada, apresentou responsabilidades inerentes a conduta cidadã. Partindo desses entendimentos, a seguir será apresentado possibilidades para seu exercício, contemplando duas linhas distintas de pensamento, referentes a prática da cidadania ambiental e as condutas humanas a ela relacionadas.

## **2.4 Condições e possibilidades para a cidadania ambiental**

A degradação ambiental marcou o quadro mundial das últimas décadas, portanto, gerou um aumento da deterioração do meio ambiente afetando a qualidade de vida da população, um exemplo, são os efeitos nocivos gerados pelo aquecimento global. Logo, os conflitos sociais têm apresentado novas características. Os fatos empíricos referentes aos danos e ao controle da poluição industrial refletem tais características. O tratamento desses fatos constitui processos sociais empiricamente delimitados, pertencentes a uma tendência histórica, datadas por comodidade partindo das repercussões da Conferência sobre Meio Ambiente promovida pela ONU, em Estocolmo, no ano de 1972. A partir desse período, configurou-se internacionalmente, uma nova questão pública, a preservação do meio ambiente (LOPES, 2006; TURATTI, 2010).

Tais conflitos também repercutem em desigualdades socioambientais, que correspondem a uma resposta sistêmica para as crescentes preocupações a respeito da crise ecológica. Portanto, é necessário assumir o desafio de mobilização coletiva, com a intenção de alterar radicalmente os padrões de produção, eis que toda humanidade habita a sociedade de risco, já que esta é global, e de uma forma ou de outra, os impactos destrutivos decorrentes destas questões são percebidos de forma transnacional, afirma Pellow (2006).

Diante dessas questões, o cidadão necessita assumir seu papel perante a sociedade em que vive. Considerando a participação um fator indispensável para a cidadania, Leite e Ayala (2004) afirmam que esse atributo colabora com a criação de

um novo modelo de cidadania, a cidadania ambiental, compatível com a execução de um Estado de Direito do Ambiente.

Nesse sentido, Turatti (2010) menciona que, para frear o crescimento das degradações e alterar essa situação, deve-se incrementar o papel do cidadão, firmando nesse contexto a cidadania ambiental, que se torna ainda mais importante, visto que o Estado não consegue absorver todas as demandas geradas pela sociedade.

Assim, a participação na cidadania ambiental possui duas funções: a de advertência e de compromisso, enfatizando-se a responsabilidade na obtenção de significados relativos ao exercício do poder político em relação a questões ambientais, privilegiando os interesses coletivos, pois essa forma de cidadania objetiva a proteção intercomunitária do bem ambiental, a partir dos elementos mencionados na cidadania clássica. Ela funda-se na solidariedade e participação responsável na proteção ambiental, portanto, considera-se que o cidadão não terá um compromisso de lealdade nacional, mas sim, de lealdade ecológica (LEITE; AYALA, 2004).

Essa nova cidadania vincula-se a uma ideia de solidariedade, pois o cidadão se relaciona com o Estado e com a sua comunidade, preocupando-se com as gerações atuais e também com as gerações futuras. Carece ser exercida individualmente e coletivamente, com ações associativas, sempre priorizando aspectos da cidadania coletiva para obter maior força nas reivindicações de proteção ambiental. Este modelo de cidadania ocorre somente quando há uma transformação no modo de pensar e de viver da humanidade, já que exige uma visão consciente e solidária dos cidadãos como algo essencial para sua sobrevivência, assumindo sua condição de cidadão ambiental, segundo Leite e Ayala (2004) e Turatti (2010).

Também é importante salientar que os desvios epistemológicos provenientes das questões socioambientais, geram disfunções no ambiente natural e social, sendo que para enfrentar a crise ecológica existente, o homem precisa ser compreendido como um ser trino “indivíduo/sociedade/espécie”, logo “o ser humano é plenamente físico e metafísico, biológico e metabiológico”. Deve, por

consequência, estabelecer uma relação ecossistêmica com a natureza (MORIN, 2007).

O autor mencionado acima afirma que essa crise resulta do desconhecimento da complexidade que envolve o ser humano, o que decorre do fato de não incluir o sujeito estudado no objeto e todas as suas dimensões: biológicas, físicas, econômicas, sociais, sociológicas e históricas; concebendo o homem em sua unidade e diversidade. Ainda, complementa citando que a ciência fragmentadora, com sua vertente analítica, descuida da compreensão do todo, pois isola, classifica e apresenta conclusões como verdades, entretanto, essa ciência não se sustenta tampouco responde as questões que a realidade impõe.

Assim, de acordo com Dutra (2012), Medeiros e Barreto (2013), a pós-modernidade gerou uma ética individualista e o paradigma ecológico propõe uma ética altruísta, sendo sua tônica a alteridade, compreendendo os seres humanos como seres biológicos e culturais, que colaboram com os demais seres existentes. Partindo desses conflitos, surge a oportunidade de construir uma cidadania ambiental, pautada na preservação da vida.

Nesse sentido, os mencionados autores referem que atualmente vive-se em uma sociedade pós-moderna, delicada e deficiente chamada “sociedade de risco”, fundamentada pelo individualismo. Dessa forma, coloca-se a necessidade de uma ética que guie os seres humanos no rumo da proteção, e acima de tudo, da valorização da vida, ou seja, uma ética motivada pela alteridade, que desperte uma cidadania ecológica e planetária.

A moral, nas sociedades, não se manifesta mais da mesma maneira, existe uma renovação social dos valores, um novo regulamento social da ética. Assim, deixando de lado as morais antigas, pode-se identificar três fases essenciais na história da moral ocidental. A primeira corresponde a fase historicamente mais longa, é a era teológica da moral, ou seja, a moral era inseparável dos mandamentos divinos. Portanto, somente por meio da Bíblia que os homens conheciam a verdadeira moral, sendo que esta não aparece de forma independente da religião. Ou seja, apenas o Evangelho e a fé em um Deus justiceiro, juntamente com castigos advindos do além, permitiam a eficácia da moral. Essa fase funcionou desse modo até o final do século XVII (LIPOVETSKY, 2004).

Após, surge a segunda fase da moral, que estende-se até o século XX, denominada laica moralista. Segundo Lipovetsky (2004, a partir do Iluminismo<sup>7</sup>, os modernos estabeleceram as bases de uma moral independente da Igreja. Dessa maneira, os princípios morais foram pensados em termos racionais e universais, ou seja, é a moral natural, que estaria presente em todos os homens, aparecendo como princípios independentes das confissões teológicas. “Os modernos estabeleceram a preponderância dos imperativos morais sobre as obrigações religiosas”, isto significa que “os deveres para com os homens primam em relação aos deveres para com Deus”. Essa inversão de prioridade que firmou os valores morais ocorreu através do combate pela tolerância religiosa e pelo reconhecimento da liberdade de consciência (LIPOVETSKY, 2004 p. 25).

Partindo desses entendimentos, conforme apontamentos de Lipovetsky (2004), para os modernos o verdadeiro valor não está mais no jejum, nas penitências, nas orações e nas peregrinações, mas na obediência à lei moral, que determina a tolerância, a liberdade religiosa e a ‘consciência errônea’. Resumidamente, prescreve a ideia de que uma vida moral é possível inclusive para ateus, sem a necessidades dos castigos divinos para ser verdadeiro. Essa é a concepção que fundamenta o ensino da moral laica no final do século XIX, na França.

Entretanto, o referido autor menciona que há um paradoxo nisso, pois ao se emancipar do espírito religioso, o processo de secularização moderna tomou emprestado uma de suas ideias essenciais, qual seja, o dever absoluto, a ética do sacrifício. Consequentemente, esse primeiro período celebrou por toda a parte a “obrigação moral infinita”, ou seja, “o espírito do dever cívico, nacionalista, familiar, produtivista”. Após o dever religioso, emergiu a religião moderna do dever, “o culto laico da abnegação e da entrega ilimitada a serviço da família, pátria e história”. Assim, as mesmas sociedades laicas que constituíram os Direitos do Homem, estabelecidos pela primeira vez na história, partindo dos direitos do indivíduo, liberdade e igualdade, sustentaram por um longo período o discurso do “dever rigorista, sacrificial, absoluto” (LIPOVETSKY, 2004 p. 27).

---

<sup>7</sup> O Iluminismo também conhecido como Século das Luzes foi um movimento intelectual e cultural europeu do século XVIII que visou mobilizar o poder da razão com o objetivo de reformar o conhecimento e a sociedade herdados da tradição medieval (MEDEIROS, 2014).

Ainda segundo o autor (2004), atualmente vive-se na terceira fase da história moral, denominada pós-moralista, que rompeu o processo de secularização iniciado no fim do século XVII e no século XVIII. A sociedade pós-moralista eleva mais os desejos, a felicidade, o ego e o bem-estar individual, deixando de lado o ideal de abnegação. A cultura diária desde os anos 1950 e 1960 não é mais predominada pelos “grandes imperativos do dever sacrificial e difícil, mas sim, pela “felicidade, pelo sucesso pessoal, pelos direitos do indivíduo” e não mais pelos seus deveres. Dessa maneira, a cultura dos deveres referentes a si mesmo foi substituída pelos direitos individualistas e da gestão funcional com vistas ao máximo de bem-estar.

Nesse sentido, tomando como base Lipovetsky (2004), nota-se a mesma evolução no que tange a moral social ou coletiva, eis que não se pede mais aos indivíduos que “morram pela pátria”, ou seja, a devoção pátria deixou de ser um valor ensinado. Ainda existem guerras, mas ninguém quer mortes, portanto não há ideias revolucionários e não existem indivíduos que pensam em sacrificar-se pela revolução ou pela sociedade.

Isso também ocorre na esfera privada, por exemplo, na família. Nunca houve tantos casos de divórcio, uniões livres, filhos extraconjugais, em suma, cada indivíduo se coloca como um ser livre das antigas imposições coletivas. O novo conceito ideológico da família a promove de maneira “psicologizada” e emocional, administrada segundo o princípio da autonomia individualista. Entende-se desse modo, que a veneração ao dever sacrificial não é mais realizada em lugar algum, nem sequer na esfera política. Mas cabe ressaltar que a caridade, o teleassistencialismo, os chamamentos a solidariedade, jamais atingiram tamanho sucesso e espaço social midiático. Atualmente, com os inúmeros programas beneficentes difundidos pela mídia, a moral esta associada a festa, ao rock, as corridas, enfim, os indivíduos estão mobilizados em enormes quermesses de benfeitorias (LIPOVETSKY, 2004).

No entendimento de Debord (2003) nas sociedades atuais, o cotidiano está pautado em dois seguimentos: os comportamentos e os “benefícios simbólicos” que os indivíduos esperam obter. Logo, grande parte das ações realizadas em um ambiente coletivo, mesmo que de maneira natural, são individuais e contém atos simbólicos, ou seja, as simbologias estão diretamente vinculadas a coletividade, pois

as ações de quem as vive são reações individuais. Muitos atos de grande notoriedade se explicam com o que o autor denomina de “espetáculo”, pois este unifica a vida humana a partir uma “vida de aparências”. Portanto, as mensagens transmitidas com esse espetáculo são vistas como algo grandioso e indiscutível.

A origem do espetáculo é a perda da essência da humanidade e, sua expansão gigantesca revela o quão grande foi essa perda. Todo trabalho particular e a produção geral, se traduz no espetáculo, levando a sociedade espectadora a se distanciar do conhecimento de sua própria existência. O espetáculo unifica a sociedade, traduzindo as relações sociais em representações. Através da representação é possível relatar a realidade de muitos, pois os aspectos da vida se fundem com o espetáculo, onde o mentiroso mente a si mesmo. O espetáculo corresponde a uma fabricação concreta da alienação (DEBORD, 2003).

A moral pós-moderna é a “dos encantamentos”, das obras midiáticas dirigidas sob uma ótica específica, ou seja, tudo aquilo que antes dependia dos princípios internos da educação moral, atualmente depende dos enfoques da mídia, pois esta que determina as prioridades, maneja a generosidade e, alcança esporadicamente a mobilização do público. Nesse sentido, há um paradoxo pós-moralista eis que quanto mais se anseia a autonomia individualista, mais ações morais de generosidade são fomentadas pelo exterior. Assim, “quanto mais exigência de autogoverno, mais a vida moral é tributaria de palavras, de imagens, de mensagens exteriores a nós mesmos e finalmente consumidas por nós mesmos”. Dessa maneira surge a novidade pós-moralista: uma época que não desenvolve uma consciência constante do dever, e sim, cria uma “moral emocional descontínua que se manifesta principalmente por ocasiões de grandes desesperos humanos” (LIPOVETSKY, 2004 p. 29).

Segundo Debord (2003) há um desdobramento de definições sociais, onde o “ser” perde espaço para o “ter”. Toda imagem e propaganda mostra uma gama imensa de tendências e objetos, sendo capaz de ditar moda e inclusive, fomentar campanhas contra ou a favor de uma causa. Essas tendências e a necessidade de “ter”, crescem com a economia que se move por si mesma, e o “espetáculo” é o capital em um grau de acumulação que se torna imagem. É onde o desenvolvimento



das produções foi a história real inconsciente que construiu e modificou as condições de existência dos grupos humanos.

Desse modo, constantemente a sociedade é extremamente individualista e raramente as pessoas estão interessadas sobre o mesmo assunto, no mesmo momento. Para que isso ocorra, o assunto precisa ser “espetacular”, conseguindo chamar a atenção de todos e, geralmente por meio da mídia. Nesse sentido, a questão ambiental encontra-se nesse viés, pois é capaz de despertar um sentimento ético, eis que a maioria das pessoas demonstram-se contra devastações do ambiente. Portanto, cotidianamente as pessoas não dispõem de horas para refletir se o ambiente está ou não sendo prejudicado, mas basta o noticiário publicar uma catástrofe ambiental para que uma multidão se manifeste em prol da defesa ambiental. Logo, as questões ambientais provocam engajamento social (DEBORD, 2003; LIPOVETSKY, 2004).

Ao realizar essas reflexões, nota-se que a moral encontra-se em uma esfera “interindividual”, livre da noção do imperativo permanente. Isso não quer dizer que não há moral, mas que a moral que predomina nas sociedades é interpessoal e emocional, adaptada aos novos valores de autônima individual. Ao mesmo tempo jamais houve tamanha preocupação com a proteção dos direitos humanos, organizações antirracismo e repercussões sobre pedofilia, entre outras questões nesse sentido. Portanto, “o culto do presente domina, mas a preocupação com as futuras gerações não desaparece, como testemunha a sensibilidade ecológica”. Logo, o individualismo não traduz o fim da responsabilidade e da solidariedade, sendo o voluntarismo a prova disso (LIPOVETSKY, 2004 p. 29).

Lipovetsky (2004) aponta que em outras épocas houve uma crise de valores, eis que a democracia liberal foi combatida pelas correntes marxistas; o humanismo dos direitos do homem foi depreciado em nome das lutas de classes; os valores democráticos foram rebaixados pelas correntes nazistas e fascistas. Mas esse momento da história passou e, assiste-se ao consenso dos direitos do homem, que reduz a dimensão da crise moral das sociedades. Por conseguinte, a cultura pós-moralista não requer mais dos cidadãos que “morram pela pátria”, entretanto, a democracia jamais teve uma aprovação tão profunda e geral.

Nota-se que os autores estudados até o momento realizam reflexões no sentido altruísta, levando-se em consideração todos os seres vivos. Entretanto, existem correntes que demonstram que as condutas humanas pautam-se cada vez mais no individualismo e na introspecção, considerando somente o que lhe satisfaz, desconsiderando, por diversas vezes, as lutas coletivas.

Segundo Lipovetsky (2004) a sociedade atual caracteriza-se pelo avanço do hiperindividualismo. Ao pensar em novas “tribos, clãs ou novas comunidades” não se pode afirmar o esgotamento do individualismo, pelo contrário, existe uma disseminação de sua dinâmica. A prova dessa realidade consiste nas novas modalidades de consumo relacionadas as tecnologias de comunicação e informação, bem como o crescimento exacerbado de religiões, a desinstitucionalização da família e o culto a saúde, disseminando a ideia de beleza a qualquer preço, consequentemente, aumento a busca pelas dietas, alimentação saudável, consumo excessivo de medicamentos e psicotrópicos. A obsessão por si mesmo manifesta-se pelo pavor das doenças e idade, resultando na “medicalização da vida”. Desta maneira, o indivíduo aterrorizado pelo cotidiano e menos “apaixonado por si”, sente-se agredido pelo seu próprio corpo e pelo ambiente social.

Assim, o neo-individualismo não está reduzido ao psicologismo e ao hedonismo, mas implica na construção de si, na posse do seu corpo e de sua vida, portanto, a “recusa do destino e a invenção de si mesmo sem via social” caracterizam o neo-individualismo. Essa nova condição não envolve somente o sexo masculino, pois as mulheres também estão obrigadas a autogovernar-se perante as indeterminações do futuro, independente das diferenças de gênero. A condição social pós-moderna é orientada por esse ideal de controle soberano de si e pela luta infindável contra o preexistente (LIPOVETSKY, 2004).

Desta forma, o indivíduo pós-moderno é caracterizado como um organismo fechado sobre si mesmo. A necessidade de amor continua igual, pequenos grupos reconstituem-se, multiplicando assim as associações filantrópicas e assistencialistas, entretanto, as formas diretivas e coercitivas de sociabilidade podem desaparecer. Logo, cada indivíduo quer ser autônomo para organizar livremente seu ambiente pessoal. Vive-se o período da “mobilidade subjetiva”, ou seja, cada um serve a si,

desencadeando um problema para aqueles que não têm acesso a essa mobilidade, sendo convertida num “imperativo das democracias liberais” (LIPOVETSKY, 2004).

Essa autonomia e mobilidade frequentemente possuem um elevado custo segundo o autor, pois são acompanhadas por um grande aumento da ansiedade, depressão, perturbações psicopatológicas comportamentais, transformando os indivíduos em seres fragilizados e desestabilizados pela necessidade de se constituírem sozinhos. A imagem do individualismo democrático foi, por muito tempo, o desejo da liberação; atualmente traduz a dificuldade de viver, a insegurança e medo relacionado a qualquer situação, seja essa, alimentação, relações, idade, trabalho, aposentadoria, entre outras.

Todas estas características resultam naquilo que o autor denomina de “fúria consumista” (Lipovetsky, 2004), que significa que o consumo funciona como “doping” para despistar tudo que não está bem na vida. O consumo, se reduzido ao ciclo metabólico (ingestão, digestão e excreção), é uma condição sem limites temporais ou históricos; é um elemento inseparável da sobrevivência biológica de todos os seres vivos. Sendo assim, qualquer modalidade de consumo de um período específico da história humana pode ser apresentada como uma versão modificada de modalidades anteriores. Encarada dessa maneira, a atividade de consumir foi e continua sendo desempenhada pelo consumismo nas transformações do passado e na atual dinâmica que se encontra no modo humano de ser e estar no planeta (BAUMAN, 2008).

Felizmente, nem tudo se resume em consumir, muitos homens e mulheres focam na esfera familiar, na relação conjugal e nos filhos, bem como no âmbito profissional e cultural, como instrumentos de realização pessoal, afirma Lipovetsky (2004). Por esses motivos, grande parte dos cidadãos não acredita na existência da moral, levando a crer que o cinismo, o egoísmo e a anarquia de valores avançam em todas as comunidades.

Consequentemente, vive-se um momento na história humana em que os questionamentos éticos, as comissões de bioética, a ética dos negócios, a filantropia, a batalha contra corrupção e as ações humanitárias multiplicam-se, eis que a ideologia dos Direitos do Homem triunfa sem oposições nas sociedades liberais. Em razão dessas reflexões, surgem as seguintes dúvidas levantadas por

Lipovetsky (2004): como descrever esta nova fase ética, bem como qual é o significado social dessa reivindicação moral nas sociedades contemporâneas?

Na realidade, essas percepções não constituem uma nova fase na vida das pessoas, é somente um novo olhar sobre a cultura ocidental, eis que existe uma racionalidade e individualidade que fomentam pensamentos contraditórios. Existe uma cultura racional, mas ao mesmo tempo, este mesmo indivíduo é irracional, ou seja, existe uma cultura que valoriza a ciência, entretanto, o indivíduo ocidental valoriza o senso comum, o que não é científico. Portanto, há uma cultura da objetividade, mas o ocidente também pode ser culturalmente muito subjetivo.

Os laços sociais não ocorrem somente por motivos racionais, muitas vezes ocorrem por motivos não-rationais. Cada época vivida pela humanidade oportuniza a criação de novas ideias, por diversas vezes obsessivas, das quais não possui vínculos pessoais. Tais ideias aparecem de diversas formas, em todas as expressões sociais, como a literatura, os modos de vida, as múltiplas formas culturais, além das ideologias, sejam essas políticas, jornalísticas ou científicas (MAFFESOLI, 2005).

Para o autor expressa sentimentos positivos e otimistas em relação a sociedade atual, defendendo a ideia de que a vida pode ser reinventada como obra de arte, não sendo mais possível reduzir a arte em grandes obras. Torna-se necessário que os sujeitos encontrem maneiras criadoras para suas vidas, inaugurando uma “ética da estética” no “estar-junto” cotidiano, ou seja, uma experiência estética compartilhada que exerça função de vetor de criação social. Uma arte “generalizada” possível de conceber a estética “como a faculdade de sentir em comum”, ou como o retorno “a concepção que tinha Kant da *aisthesis*: ênfase no processo que me faz admirar um objeto artístico e não no objeto em si” (MAFFESOLI, 2005 p. 14).

Segundo Maffesoli (2005) a pós-modernidade é a totalidade das categorias e sensibilidades alternativas às que prevaleceram no período da modernidade. É um período em que as pessoas valorizam “as banalidades do cotidiano” e, as imposições religiosas perderam sua eficiência, sendo que a existência social é entregue a si mesma, alicerçando-se pela própria sociedade.

Nessa perspectiva, os indivíduos protagonistas de suas histórias sociais, são os indivíduos que se perdem na massa, ou seja, “tudo que não depende de nós, nos é indiferente”. Da mesma maneira ocorre a difusão do que o autor denomina “estética da recepção”, ou seja, a moda, o hedonismo, o culto ao corpo e a predominância da imagem tornam-se maneiras de agregação social. Entretanto, são inúmeras as manifestações sociais que demonstram o desenvolvimento das “formas sensíveis da vida social”, como por exemplo, manifestações esportivas, musicais e de consumo (MAFFESOLI, 2005).

A “revitalização da exigência ética” possui um significado maior a partir do momento em que a cultura cotidiana da mídia, consumo e publicidade torna-se dominada pelo bem-estar individual, ou seja, “por meio do lazer, do interesse pelo corpo e pelos valores individualistas do dinheiro e do sucesso pessoal”. Desde a ascensão das sociedades na era do consumismo, os valores individualistas do prazer e da felicidade são predominantes. Contudo, observa-se que certas preocupações retornaram, tais como os valores da política e a multiplicação das operações humanitárias. Mas, ao mesmo tempo, todos estão submersos na “cultura individualista do bem-estar” (LIPOVETSKY, 2004).

Nas palavras de Lipovetsky (2004 p. 24) “vivemos uma situação inédita: a exigência ética está cada vez mais presente, mas, ao mesmo tempo, não se reclama mais dos indivíduos devoção, doação de si, sacrifício de qualquer ordem, viver para o outro”. Diferentemente do que acontecia antigamente, quando o discurso do dever era “regular, difícil e disciplinar”. Os mandamentos orientavam a submissão do desejo à lei moral e, atualmente, as ações éticas estão frequentemente combinadas com diversão, interesses econômicos e liberdade individual.

Existe uma batalha infundável entre liberdade e dominação, “a sociedade dando forma à individualidade de seus membros, e os indivíduos formando a sociedade a partir de suas ações na vida, enquanto seguem estratégias plausíveis e factíveis na rede socialmente tecida de suas dependências”. Neste contexto, apresenta-se os membros como indivíduos na sociedade atual, ou seja, a sociedade existe incessantemente nas atividades de “individualização”, bem como as atividades dos indivíduos “consistem na reformulação e renegociação diárias da rede de entrelaçamentos chamada ‘sociedade’” (BAUMAN, 2001 p. 39).

Assim, segundo Bauman (2001) o significado de “individualização” modifica-se constantemente, assumindo novas formas, estabelecendo novos preceitos comportamentais. A “individualização” resume-se em transformar a identidade humana em uma tarefa e, encarregar os indivíduos da responsabilidade de realizar essa tarefa e das consequências de sua realização, isto é, consiste no estabelecimento de uma autonomia.

De acordo com apontamentos de Bauman (2001 p. 44), os seres humanos “não mais ‘nascem’ em suas identidades”. Como regra, a capacidade autoassertiva de homens e mulheres individualizados deixa a desejar no que se refere a autoconstituição. Há um “ar desagradável de impotência no caldo da liberdade preparado no caldeirão da individualização”. Essa impotência é sentida como frustrante, odiosa e perturbadora em vista do “aumento do poder que se esperava que a liberdade trouxesse”. “Quem sabe não seria uma solução manter-se como no passado? Quem sabe se, caso os poderes individuais, tão frágeis e impotentes isoladamente, fossem condensados em posições e ações coletivas, poderíamos realizar em conjunto o que ninguém poderia realizar sozinho”? O problema é que a convergência e condensação de questões individuais em interesses coletivos, se traduz em uma tarefa assustadora, eis que as aflições individuais mais comuns, não podem ser somadas numa causa comum, eis que podem ser colocadas lado a lado, mas jamais se fundirão. Portanto, desde o início são fundadas de tal forma que lhes faltam interfaces para combiná-las com os problemas das demais pessoas.

O que o autor quer dizer é que as questões individuais podem ser semelhantes, mas não formam uma “totalidade que é maior que a soma de duas partes”. Não se tornam mais fáceis de resolver se trabalhados em conjunto. A única vantagem de estar acompanhado por outros “sofredores” é a garantia de que todos enfrentam diariamente os problemas de maneira solitária. Portanto, o indivíduo é o pior inimigo do cidadão, uma vez que o cidadão busca seu “próprio bem-estar por meio do bem-estar da cidade, enquanto o indivíduo tende a ser cético em relação a ‘causa comum’, ao ‘bem comum’, a ‘boa sociedade’ ou a ‘sociedade justa’”. O autor lança um questionamento referente a qual é o sentido de interesses comuns senão permitir que cada indivíduo satisfaça seus próprios interesses? Independe do que os indivíduos façam quando estão unidos, e mesmo que haja benefícios coletivos a partir do seu trabalho em conjunto, os resultados serão percebidos como limitações

a liberdade de alcançar o que lhes pareça adequado de maneira separada (BAUMAN, 2001 p. 45).

Desse modo, compreende-se que independente da motivação, seja financeira, pessoal, profissional, dentre outras, se os cidadãos exercem sua cidadania e contribuem com as questões ambientais torna-se irrelevante a real causa que os levou a ter essa conduta. Com base nesse cenário, a desestabilização individualista desenvolve-se tendo como fundamento um leque de valores mínimos que necessita ser acompanhada de novas exigências éticas. “Quando reina o culto do ego, os valores de tolerância progridem, quando desaparecem as grandes obrigações e ideologias heroicas, triunfa o ideal do respeito as diferenças e dos Direitos do Homem”; ou seja, o pós-dever não recuou o humanismo, e sim, sua consagração histórica e social (LIPOVETSKY, 2004 p. 35).

Os apontamentos realizados pelos autores apresentam um cenário contraditório. A primeira linha de pensamento busca considerações acerca de uma sociedade mais igualitária, onde as lutas coletivas tenham relevância e o respeito a todos os seres seja consolidado. Por outro lado, há autores que enfatizam a predominância de sentimentos individualistas, ou seja, entendem que a sociedade é um tanto egoísta, constituída por pessoas que tratam apenas dos seus interesses. Estes talvez se constituam os maiores desafios para implementação da lógica cidadã e em especial para cidadania ambiental.

Portanto, ao realizar uma análise das duas formas de perceber a sociedade, há de se encontrar um equilíbrio entre as correntes estudadas. Dessa maneira, nota-se que as condutas empregadas no modo de vida agroecológico buscam equalizar os conflitos socioambientais e as divergências teóricas, uma vez que os padrões estabelecidos pela agroecologia questionam os modelos de produção e consumo impostos pelo capitalismo, afastando-se dessas influências, buscando meios alternativos, mediados por uma economia de caráter local.

A partir dessa concepção, nota-se que para o efetivo exercício da cidadania ambiental, os cidadãos necessitam refletir sobre suas condutas cotidianas, lutando por seus direitos individuais e coletivos, compreendendo que as questões ambientais afetam toda comunidade global. Na sequência, abordar-se-á a

densificação da cidadania ambiental por meio de suas características centrais, a alteridade e a ética ambiental.

## **2.5 A densificação da cidadania ambiental por meio da alteridade e da ética ambiental**

No marco das concepções referidas no item anterior, insere-se uma nova forma de cidadania: a cidadania ambiental. Soffiati (2002) afirma que o ecossistema precisa adquirir importância fundamental na construção da cidadania ambiental, pois esta não pode ser construída de forma individual, mas sim, coletiva. A relevância da cidadania ambiental torna-se ainda maior perante a crise ambiental atual.

O autor aponta que a crise ambiental da atualidade origina-se de uma concepção utilitarista da natureza, resultado do avanço do capitalismo, responsável pela revolução tecnológica. Assim, essa compreensão equivocada da natureza e das relações materialistas (consumismo) impregnaram a sociedade e, de forma complexa, a crise ambiental do presente revela seu aspecto global.

Nesse sentido, Soffiati (2002) entende que é necessário partir para uma concepção ecológica, para colocar em funcionamento o projeto de uma nova tecnologia, um novo sistema econômico, uma nova ordem social, uma nova concepção de política e uma nova cultura. Mas sua maior ambição é redimensionar as relações entre as sociedades humanas e o meio ambiente, com o objetivo de subscrever um contrato natural, onde se estabeleça a paz perpétua entre essas duas entidades, além de torná-las complementares.

Entretanto, para que isso ocorra, é essencial que haja mudanças de atitude e também é necessária a construção de uma nova relação entre as sociedades humanas e a natureza. Para isso tornar-se possível, é imprescindível assumir novas formas de cidadania, ou seja, as sociedades humanas necessitam incorporar a cidadania ambiental em seu sistema (SOFFIATI, 2002).

Tangenciando essa ideia, Turatti (2010) menciona que a cidadania ambiental exige uma mudança de postura da população. Para isso, é preciso investir na educação ambiental, inserindo na consciência das crianças a importante tarefa de



proteger o meio ambiente, não só para eles, mas também para as gerações futuras. Ou ainda, não eliminando das consciências uma vez que se quer crer que as crianças já tenham noções de proteção ambiental as quais podem ser destruídas a partir de processos educacionais que não se voltem para relação homem-natureza. A cidadania ambiental não está limitada a um determinado povo, espaço ou território, ela ultrapassa todas essas barreiras e tem como finalidade a proteção de um bem difuso comum a todos os cidadãos, o meio ambiente. Essa é a condição para que se possa criar verdadeiros cidadãos ambientais.

Nessa mesma visão, Leite e Ayala (2004) mencionam que a cidadania ambiental é mais abrangente e não está delimitada espacialmente a um determinado território ou povo. Ela tem como objetivo comum a proteção do bem difuso ambiental, fugindo dos elementos presentes na cidadania clássica. Na era da sociedade de risco, verifica-se também que a cidadania ambiental deve ser exercida em termos planetários, sem fronteiras, e exige uma participação compartilhada entre o Estado e os cidadãos para conseguir alcançar seus fins de proteção das responsabilidades difusas com o ambiente. Além disso, deve ser configurada em uma ética intergeracional, ou seja, entre todas as gerações atuais e futuras.

No entendimento de Lopes (2006), essas transformações refletem cinco fatores indispensáveis: a) o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente; b) os conflitos sociais a nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas; c) a educação ambiental como novo código de conduta individual e principalmente coletiva; d) a “participação”; e) a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação dos conflitos. Portanto, o estímulo ao envolvimento dos cidadãos com as questões públicas ambientais, a partir de condutas individuais de educação ambiental, encaminha para a participação popular e essa torna-se legítima.

A difusão da cidadania ambiental, segundo Boff (2009), Morin (2007), Gomes e Silva Júnior (2007), Lorimer (2010), Fischer e Chhatre (2013), somente ocorrerá com a transformação do modo de pensar e de viver do cidadão, o qual deverá inserir nos seus valores a importância de conviver em harmonia com o meio ambiente. A cidadania ambiental requer do cidadão uma visão consciente e solidária e também exige a compreensão da importância do outro, formando relações de alteridade com

os demais cidadãos e com o ambiente, considerando essa atitude um bem indispensável a sua sobrevivência, constituindo assim, um novo sujeito, o cidadão ambiental.

Para que o cidadão realmente assuma seu papel, Herkenhoff (2012) menciona importantes condutas inerentes à cidadania ambiental, tais como: a) participar da vida coletiva, seja no bairro, no sindicato, no trabalho, no partido político, em diferentes associações, em nível municipal, estadual ou nacional; b) ser solidário, não permitindo isolamento e egoísmo; c) ajudar no progresso dos cidadãos, na superação dos problemas sociais, sempre na medida de suas possibilidades; d) pagar impostos, respeitando as proporções das posses de cada cidadão e exigir que os impostos sejam bem aplicados; e) prestar serviço militar ou civil, quando os países são agredidos; f) lutar por um país fundado pela cooperação, boa vizinhança e nos valores de paz e justiça.

Assim, para a atuação deste novo sujeito, denominado cidadão ambiental, é preciso entender o significado de cidadania e as possibilidades para seu exercício, por essa razão os conceitos elencados foram aprofundados, para na continuidade, compreender os pressupostos que abarcam esse conceito, bem como suas características centrais, que correspondem respectivamente a ética ambiental e a alteridade.

Partindo das premissas elencadas até o momento, entende-se que os riscos e a complexidade oriundos da crise socioambiental instituída globalmente impõem a necessária consideração do “outro”<sup>8</sup> em sociedade, bem como um agir justo e sustentável para com o meio ambiente (DUTRA, 2012). Decorre daí o conceito de alteridade, o primeiro pressuposto da cidadania ambiental.

A alteridade designa a diferença, distinção, situação, estado ou qualidade das relações de contraste. É através da relação de alteridade que se constituem os sujeitos, portanto, o indivíduo se faz presente no mundo por meio da intersubjetividade. A partir do momento em que o sujeito reconhece a si mesmo

---

<sup>8</sup> O “outro” aqui denominado é representado, dentro da ótica da alteridade, tanto pelos demais seres humanos como pela natureza.

como outro, torna-se seu próprio objeto de reflexão, e igualmente objetiva os outros, ao reconhecê-los como sujeitos (MORIN, 2007).

Morin (2007, p. 79) menciona “outro significa, ao mesmo tempo, o semelhante e o dessemelhante; [...] comporta, efetivamente, a estranheza e a similitude”, assim, a partir desse olhar compreende-se que o sujeito depende do outro. Ainda, segundo o autor “o princípio da inclusão está na origem” de modo que, sendo o homem um ser egocêntrico, que segue os princípios da exclusão e inclusão, “o outro já se encontra no âmago do sujeito”.

O conceito de alteridade para Guattari (2008) implica estar em um “registro de coexistência, de cristalização, de intensidade”, o ser antes de tudo é autoconsistência, autoafirmação, existência para si mesmo e desenvolvendo relações de alteridade particulares. Nesta ocasião o autor sustenta não existir uma subjetividade única, mas modos ontologicamente heterogêneos de subjetividade, que assumem uma posição de enunciadoreis em domínios de alteridade múltiplos, que seriam melhor denominados “domínios de alterificação”.

Assim, para empreender uma revolução ativa do pensamento humano, no sentido da sustentabilidade ecológica, segundo Boff (2009) o sujeito precisa orientar-se por uma ética<sup>9</sup> fundada na natureza, que estabelece contornos baseados na lei natural, busca um padrão de referência de que todos comunguem, compreende a natureza humana em duas dimensões: como ser racional, detentor de liberdade e autonomia, e como ser da natureza, que “se encontra enraizado como um ser-no-mundo junto com os outros”.

A este novo olhar sobre as condutas humanas e sua relação com os demais seres e com a natureza, o autor denomina de ética ambiental ou da natureza, a qual contempla duas proporções: o fato da natureza humana estar em contínuo processo de evolução, apresentando constantes que a caracterizam; bem como seu caráter histórico, sujeito as mudanças em decorrência da sua própria liberdade, proporcionando variáveis culturais, que possibilitam novas configurações. Em razão dessas características é que a natureza humana se coloca como um sistema aberto,

---

<sup>9</sup> Ética no presente contexto, entende-se como um conjunto de princípios e valores que orientam uma sociedade (SINGER, 1994).

quer dizer, o ser humano é um ser de relações ilimitadas, juntamente com outros no mesmo mundo e no mesmo cosmos (BOFF, 2009).

No entendimento do autor, atualmente há três grandes problemas que exigem uma ética ambiental mundial: a crise social, a crise do sistema de trabalho e a crise ecológica, todos em dimensões planetárias. Primeiramente, a crise social possui indicadores notórios para estar em primeiro lugar dentre essas questões. As mudanças na natureza, as operações tecnológicas, mediante robotização e a informatização, propiciaram uma produção incrível de riquezas. Entretanto, essas riquezas vêm apropriadas de forma altamente desiguais, por grandes corporações transnacionais e mundiais que aprofundam ainda mais a discrepância entre ricos e pobres. Nesse contexto, percebe-se que os níveis de solidariedade entre os humanos decaíram aos tempos de barbárie (BOFF, 2009).

O fato mencionado provoca uma possível bifurcação dentro da espécie humana. De um lado, estrutura-se um tipo de humanidade muito desenvolvida, localizada nos países centrais, onde são controlados os processos científico-técnicos, econômicos e políticos, tornando-se o “oásis” dos países periféricos onde vivem o outro grupo da humanidade. Essa parte da humanidade se beneficia dos avanços tecnocientíficos, da biogenética e da manipulação dos recursos naturais. Do outro lado, há o grupo da “velha humanidade”, que vive sob a pressão de manter um *status* razoável de consumo, na marginalização, na pobreza e na exclusão. Esse grupo é formado por “deserdados e destituídos”, vivem como sempre viveu a humanidade (BOFF, 2009).

Em segundo lugar encontra-se a crise do sistema de trabalho. Para Boff (2009) as novas formas de produção, cada vez mais automatizadas, dispensam o trabalho humano. Assim, encerram-se postos de trabalho e surgem os trabalhos “descartáveis”, formando diversas comunidades de pessoas excluídas que encontram-se em todas as sociedades mundiais. Dessa forma, haverá desenvolvimento sem trabalho, ou seja, a grande questão é o ócio.

Ainda, em terceiro lugar, emerge a crise ecológica. Boff (2009) explica que nas últimas décadas, a humanidade construiu o “princípio da autodestruição”. A atividade humana irresponsável produz danos irreparáveis à biosfera, destruindo gradativamente as condições de vida dos seres humanos. Vive-se uma ameaça de

desequilíbrio ecológico que poderá afetar o Planeta como sistema integrador de sistemas. Nesse contexto, a Terra é como um coração, atingido gravemente, todos os demais organismos vitais serão lesados, tais como: clima, águas potáveis, química dos solos, microrganismos e a sociedade humana. Logo, a Terra buscará um novo equilíbrio, conseqüentemente, acarretará em uma devastação de espécies. Portanto, o princípio da autodestruição convoca de maneira urgente outro: o “princípio da corresponsabilidade” tanto para existência da espécie humana, como para as demais espécies e para o próprio Planeta.

Para resolver esses três grandes problemas globais é necessário encontrar uma nova base de mudanças essenciais. Essa base deve apoiar-se em algo realmente comum e global, de fácil compreensão e verdadeiramente viável. Essa base deve ser a ética. Dever-se-á fazer um pacto ético, fundado na sensibilidade humanitária, na inteligência emocional expressa pelo cuidado, pela responsabilidade social e ecológica, pela solidariedade e compaixão, atitudes capazes de comover pessoas e movê-las para uma prática histórico-social libertadora. Para tanto, a Terra urge uma revolução ética ambiental mundial, concretizada pela nova situação em que se encontram o Planeta e a humanidade, qual seja: “o processo de globalização que configura um novo patamar de realização da história e do próprio planeta [...] deve emergir a nova sensibilidade e o novo *ethos*, uma revolução possível nos tempos de globalização” (BOFF, 2009 p. 18).

O aspecto conceituado pelo autor é justamente a alteridade, o vetor que conduz o ser humano para um movimento interrelacional consigo mesmo, com o ambiente e com a sociedade. Nesse sentido, Gomes e Silva Júnior (2007) explicam que a sociabilidade possui caráter ético no encontro com o “outro”, ou seja, o outro é indispensável para a produção de si mesmo, no encontro com o outro os sujeitos incitam-se simultaneamente, possibilitando transformações de condutas.

Para Boff (2009) na ética da natureza o que está em foco não é somente a recuperação ambiental em torno do planeta, mas as leis naturais como a natureza o demonstra, respeitando as alteridades e sintonizando o viver humano com a natureza, preservando-se nessa dinâmica. Conciliar o que a humanidade compartilha entre si, as pluralidades culturais, o interesse dos demais seres vivos,

dos outros interlocutores, como os animais e o próprio planeta; esse é um grande desafio e ao mesmo tempo, a melhor oportunidade que se coloca para humanidade.

Todos os cidadãos devem se preocupar com os outros seres humanos, com os demais seres vivos e com os problemas ambientais regionais e globais, para tanto, torna-se necessário respeitar a alteridade e as diferenças culturais. Essa forma de agir caracteriza uma nova cidadania, compreendida segundo Lorimer (2010), como “cidadania ambiental”.

De acordo com Fischer e Chhatre (2013) nas sociedades onde as pessoas exercem a alteridade e se preocupam umas com as outras, os valores ambientais têm gerado novas formas de consciência ambiental entre os sujeitos, além de criar vínculos entre eles. Os autores salientam que essa concepção foi concluída por meio de uma pesquisa realizada em pequenas comunidades, observando as condutas dos moradores desses locais.

Em outras palavras, as ligações com a comunidade onde um grupo de pessoas vive e pertence, são mais fortes do que os laços entre um país ou nação. Da mesma forma, aqueles que convivem em grupos familiares, de amizade ou vizinhança, palavras como “mãe, pai, irmãos, amigos, bairro, vizinhos” são associados a indivíduos ou locais repletos de emoções. As emoções criadas a partir de vivências em uma “comunidade, família ou vizinhança”, são fortes e ocupam um espaço real e especial nas memórias, gerando assim, relações de alteridade (SHIRLEY, 1999).

Nesse contexto, Morin (2005) afirma que é no viver comunitário que o homem se manifesta em sua racionalidade, é em sociedade que as consequências de uma racionalidade, fundada na cidadania ambiental, serão percebidas. Logo, a aplicação dessas premissas resulta em uma nova cidadania, fundada na vida, na preservação, no cuidado com o outro, denominada cidadania ambiental.

Em vista disso, Dutra (2012) sustenta que a compreensão da cidadania ambiental a partir da alteridade é uma forma de reintegrar o ser humano, aproximá-lo de sua natureza, e de fazer ressurgir o sentimento do amor, cuidado e respeito aos “outros”, em favor da vida. Exercer essa cidadania ambiental exige uma re-subjetivação, que afaste as tendências totalitárias de uniformização do homem e do

mundo. É preciso que o sujeito compreenda que sua vida é solidária da Terra e da própria vida e não solitária. Portanto, torna-se fundamental reforçar o princípio da precaução, para garantir respeito e consideração a todos os seres vivos e, assegurar as dádivas da Terra para as gerações futuras (MORIN; KERN, 2005).

O que leva a crer que a alteridade e a ética ambiental se colocam como pressupostos para uma cidadania ambiental são as soluções geradas para as sociedades: a) é uma ótica que não ignora os processos críticos que se desenvolveram no decorrer do último século; b) contempla o ser humano como objeto de aplicação, com o objetivo de “ecologizar” a forma de existir; c) reconhece o caos relacionado ao comportamento humano; d) reaproxima a política da ética e permite traduzir essa perspectiva por meio da cidadania ambiental; e) oportuniza uma nova compreensão de democracia, como um processo vivo e de conhecimento criativo com os outros (DUTRA, 2012).

Tem-se assim que a afirmação de que a alteridade e a ética ambiental são os pressupostos para uma cidadania ambiental planetária, gera outra conclusão: a de que a alteridade caracteriza a ética ambiental, a ética desejável para todos os seres humanos do planeta, que permite que a humanidade passe a integrar a natureza, mantendo-a viva, tornando-se responsável por ela e por sua própria existência e de seus descendentes, compreendendo assim, que todos os seres vivos são interdependentes.

Compreendidos os pressupostos que compõem a cidadania ambiental, faz-se necessário entender a potencial contribuição da agroecologia para a formação do cidadão ambiental. Partindo dessas considerações, torna-se necessário adentrar no conceito e características referentes a agroecologia e agricultura orgânica, para em seguida, compreender a aproximação do modo de vida dos agricultores agroecológicos aos conceitos de cidadania ambiental.

## **2.6 A potencial contribuição da agroecologia para constituição da cidadania ambiental**

Atualmente, pesquisas demonstram que a agricultura convencional se enquadra como um dos fatores que contribuiu significativamente para a formação da crise ambiental. Desafiando o modelo que é tido até hoje como hegemônico a agroecologia e a agricultura orgânica se colocam como válvulas de escape, ou ainda, movimentos de resistência aos modelos até então dominantes. Esta forma de produção pode dar indícios ou carregar propostas que se aproximam das teorias que conceituam a cidadania ambiental, pois esta maneira de cultivo demonstra a preocupação com a natureza e com as gerações futuras. Pressupostos estes tidos como necessariamente presentes na formação ambiental, eis que os agricultores que se dispõem a cultivar de modo orgânico conhecem os riscos ambientais e sociais pertinentes ao uso abusivo de insumos químicos.

Desta forma, nota-se que a agricultura orgânica, fundamentada pelos conceitos agroecológicos, demonstra uma preocupação tanto ambiental quanto social, já que exerce claramente uma relação de alteridade em ambas situações, além de fomentar efetivamente a cidadania ambiental através das práticas e condutas realizadas pelos agricultores, pois o cuidado com o outro e com a natureza revelam esse exercício, bem como atitudes éticas concernentes na maneira de pensar e agir.

Os sinais de esgotamento dos modelos de produção até então utilizados dizem respeito ao fato das atividades humanas provocarem grandes impactos sobre os ecossistemas, principalmente pela necessidade de produzir alimentos (as vezes em excesso) e obter diversos recursos, aliados aos métodos pouco racionais de utilização desses recursos e sua distribuição, além dos efeitos causados pela geração de novos bens e produtos. Deste modo, o avanço da agricultura conduz para um conjunto de ações que compõem os elementos que têm destruído os ecossistemas, quais sejam: o desmatamento desenfreado de florestas, associadas a exploração dos campos, contaminação das águas e atmosfera e, o uso inadequado de substâncias químicas nas plantações agrícolas (GUTERRES, 2006; BARBOZA et. al., 2012).



De acordo com Lopes (2006) há uma inquietação das forças ambientalistas referente aos paradoxos do crescimento das tendências aos grandes empreendimentos unilateralmente produtivistas, tais como, os agronegócios e os setores industriais social e ambientalmente predatórios. Por outro lado, o autor chama a atenção para um processo de gênese e consolidação da matéria ambiental, que também se manifesta por conflitos, contradições, limitações, assim como por reações, recuperações e restaurações, no sentido de modificar formas de pensamento e atitudes, demonstrando a preocupação com o ambiente.

A partir desse cenário, nos anos 80 surgiu o enfoque na agricultura sob a perspectiva ecológica, desencadeando o interesse pela fundamentação científica para fomentar novos modelos de agricultura, com base na agroecologia, como por exemplo, a agricultura orgânica. Assim, iniciaram-se pesquisas em agroecologia, com o objetivo de diagnosticar e propor alternativas de manejo dos solos e da produção, com vistas a redução de impactos e utilização de insumos químicos nos agrossistemas, para embasar esse novo modelo de cultivo orgânico (LIMA; CARMO, 2006; ALMEIDA, 2008).

A agroecologia fomenta meios de produção milenares, considerados tradicionais, que foram substituídos com o passar do tempo, por modelos direcionados por uma lógica com vistas a maximização da produção e a eficiência econômica. O cultivo e comércio de produtos orgânicos além de representar segurança alimentar, uma vez que estes alimentos estão livres da aplicação de insumos químicos, também se colocam como uma alternativa aos meios de produção convencionais<sup>10</sup> orientados pelo mercado neoliberal conservador, classificados como destruidores dos recursos naturais e, vinculados a problemas sociais e ambientais (DIAS et. al., 2015).

A agricultura convencional fundamenta-se por meio de práticas que englobam, basicamente, a monocultura, o cultivo intensivo do solo, a irrigação, a manipulação genética de plantas, a aplicação de insumos e fertilizantes químicos e, o uso de agrotóxicos para combater pragas. A partir dessas práticas, o que se

---

<sup>10</sup> O surgimento da agricultura convencional ocorreu com a teoria de Justus Liebig (1803-73), um químico alemão que propôs um crescimento expressivo da produção agrícola por meio do uso de substâncias químicas incorporadas ao solo. A teoria de Liebig impulsionou o mercado de fertilizantes artificiais, e suas descobertas atribuíam credibilidade ao fato de estarem apoiadas em comprovações científicas, ocasionando grande impacto no setor produtivo industrial (EHLERS, 1994).

idealizava era o aumento da produção agrícola, do mesmo modo que aumentava o setor industrial, já que o setor agrícola-rural era tido como tradicional e atrasado, enquanto que, o urbano-industrial era visto como um setor moderno e crescente, ou seja, o foco era “desvendar como se dava o processo de crescimento econômico, tomando a agricultura tradicional como um setor que limitava ou impedia o processo de crescimento” (GLIESSMAN, 2005; CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

Assim, conforme Gliessman (2005) a insustentabilidade do modelo convencional de agricultura impulsionou novos questionamentos referentes aos meios de produção convencional e o retorno das ideias de uma agricultura mais tradicional, ou seja, todos os países que aderiram formas de plantio em largas escalas experimentaram declínios recentes na taxa de crescimento anual do setor agrícola. Ademais, em diversas áreas onde as práticas modernas foram instituídas para o cultivo de grãos na década de 1960 (sementes melhoradas, monocultura e aplicação de fertilizantes), os rendimentos começaram a se manter no mesmo nível e, inclusive, decaíram após os aumentos iniciais. Todavia, somente a partir da instalação de algumas crises sanitárias ligadas à bactérias e vírus que infectaram animais, como por exemplo a doença da “vaca louca”, também na década de 80, que ocorreu na Europa a retomada das discussões envolvendo a agroecologia e, conseqüentemente, a agricultura orgânica (DIAS, et al., 2015).

A agroecologia firmou-se globalmente como uma estratégia para o desenvolvimento rural sustentável, além de ser um forte componente endógeno, fomentando múltiplas experiências de agricultura ecologicamente correta, socialmente justa, economicamente viável e culturalmente aceitável. Na União Europeia a representação mais consistente desta estratégia refere-se a Agricultura Ecológica que articulou muitas iniciativas locais, permitindo que permaneçam na agricultura e, ao mesmo tempo, ocorre a melhora no estado dos recursos naturais. Boa parte destas experiências caracterizam-se pela valorização dos recursos locais, tais como: matéria orgânica, conhecimento dos agricultores, cultivos variados, produção de gado tradicional e paisagem, bem como a articulação com outras atividades econômicas, por exemplo, agroturismo e educação ambiental, além do desenvolvimento de circuitos curtos de comercialização que potencializam a absorção dos produtos com maior valor agregado (GUZMÁN, 2007).

No entanto, segundo Guzmán (2007), a transição da agricultura convencional para a agroecológica é um processo complexo em distintas escalas, quais sejam, ecológica, financeira, social, tecnológica e cultural. Partindo do ponto de vista ecológico, dependendo do grau de intensificação e especialização que ocorreu no local de cultivo, haverá maiores ou menores esforços para eliminar daquele ambiente os produtos químicos sintéticos, reabastecer os nutrientes e energia, reorganizar a biodiversidade do local. Sob a ótica financeira, o apoio do governo, a situação financeira das explorações agrícolas, a capacidade de acessar subvenções específicas ou empréstimos em condições favoráveis e a estratégia de mercado podem comprometer ou facilitar essa mudança.

No âmbito social, a existência de estruturas de apoio, como serviços de consultoria acessíveis, associações de consumidores técnicos e comerciais, organizações de agricultores, que promovam ativamente essas transformações, podem ser decisivas para mudanças na gestão. No que tange o aspecto tecnológico, a capacidade institucional dos agricultores para gerar tecnologias adaptadas às condições locais e de produção biológica acelera ou retarda a transição. Finalmente, no que se refere a questão cultural, a sobrevivência do conhecimento agrícola tradicional no meio rural, e a sensibilidade ambiental e social do impacto da população urbana determinam a velocidade e a qualidade do modelo de mudança (GUZMÁN, 2007).

Neste contexto, também se coloca como necessário compreender os conceitos e semelhanças entre agroecologia e agricultura orgânica. Segundo Caporal e Costabber (2002) quando se pensa em agroecologia logo vem à mente a ideia de uma nova agricultura, capaz de fazer bem as pessoas e ao ambiente, afastando a noção predominante de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis, vinculada a oferta de produtos ecológicos, isentos de substâncias químicas.

Contudo, em diversas situações o conceito de agroecologia tem-se confundido, gerando interpretações equivocadas ao termo, associando-a somente a um modelo de agricultura ou a práticas e tecnologias agrícolas, quando na verdade, sua real potencialidade vai muito além dessa percepção, servindo de apoio ao

processo de desenvolvimento rural sustentável<sup>11</sup>. Além disso, sendo encarada sob o ponto de vista acadêmico, afirmada como ciência ou disciplina científica com caráter multidisciplinar que apresenta princípios, conceitos e métodos que possibilitam estudar, analisar, desenhar e avaliar agrossistemas, fundamentada na conservação e ampliação da biodiversidade dos sistemas agrícolas, servindo de base para produzir autorregulação e sustentabilidade (ASSIS, 2006; CAPORAL; COSTABBER, 2004).

Dessa compreensão percebe-se que a agroecologia e a agricultura orgânica apresentam semelhanças, entretanto faz-se necessário referir que possuem algumas diferenças relativas a conceito e princípios. Com o objetivo de atingir mencionada sustentabilidade e autorregulação dos agrossistemas, “a agroecologia não só enfatiza a importância dos parâmetros agronômicos e ecológicos, como também das questões socioeconômicas, resgatando o fato de que a agricultura, além de ser um processo ecológico, é um processo social” (ASSIS, 2006, p. 77).

Partindo do ponto de vista da pesquisa agroecológica, primeiramente se objetiva a otimização do equilíbrio do agrossistema como um todo, enfatizando o conhecimento, a análise e a interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais, ou seja, as práticas ambientais e as relações com o ambiente que dão suporte a noção de sustentabilidade, um aspecto relevante a ser considerado na atual situação ambiental em que se encontra a humanidade, conforme Caporal e Costabber (2002; 2004).

Os autores acima mencionados definem agrossistemas como unidades fundamentais para o estudo e planejamento das intervenções humanas em favor do desenvolvimento rural sustentável. Assim, nessas unidades geográficas e socioculturais ocorrem as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas, formando o local onde se buscará uma análise sistêmica e holística do conjunto dessas relações e transformações.

---

<sup>11</sup> Desenvolvimento rural sustentável fundamenta-se no conceito trazido pelo Relatório de Brundtland: “atender as necessidades do presente, sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”, partindo da seguinte orientação “para ser sustentável o desenvolvimento necessita compatibilizar crescimento econômico, distribuição de riquezas e preservação dos recursos naturais” (CMMAD, 1992).

Portanto, a agricultura fundamentada pela agroecologia, não deve ser entendida simplesmente pela não utilização de agrotóxicos ou fertilizantes químicos no processo de produção. Algumas opções dessa natureza podem ser justificadas por uma perspectiva estratégica, com vistas a conquistar um determinado mercado constituído por segmentos de consumidores que conhecem os riscos embutidos nos produtos de agricultura convencional (ASSIS, 2006; CAPORAL; COSTABBER, 2004).

No entendimento de Caporal e Costabber (2002; 2004) agricultura sob o viés agroecológico envolve um processo social que integra sistemas econômicos, técnicas agrícolas e relações socioambientais, exigindo um tratamento equitativo entre todos os atores envolvidos, com o objetivo de alcançar melhorias no que tange ao desenvolvimento rural sustentável, e além disso, sendo capaz de exercer a cidadania. E é aqui que se coloca a relação entre cidadania ambiental e agroecologia, visto que as condutas praticadas na agricultura orgânica propõem o respeito pelo outro, seja ele humano ou não, abrangendo toda a natureza e todas as formas de vida. Esta forma de cultivo sugere uma relação de alteridade com a biodiversidade, demonstrando o cuidado com o solo, água, ar, fauna e flora, além dos seres humanos.

Os agricultores que aderem à agricultura sob o viés agroecológico demonstram uma mudança de atitudes e pensamentos, eis que revelam inquietações relativas à agricultura convencional e seus impactos, conhecem os perigos dos agrotóxicos para saúde humana e para natureza, ou seja, estes agricultores estão exercendo sua condição de cidadão, promovendo o bem-estar social e ambiental (CAPORAL; COSTABBER, 2004; DIAS, et al., 2015).

Nesse sentido, Caporal (2005) entende que quando se trabalha sob o enfoque agroecológico, para traduzir os conceitos teóricos desse termo e, aproximá-los da realidade prática, é necessário observar atentamente determinadas premissas, tais como: a) atender os requisitos sociais, ou seja, preservar as relações sociais e tratar de maneira equitativa todos os sujeitos envolvidos, com vistas a melhoria de vida e bem-estar social; b) considerar aspectos culturais, respeitando e resgatando os saberes tradicionais; c) cuidar do meio ambiente, objetivando a conservação dos recursos naturais e, a manutenção e ampliação da biodiversidade;

d) apoiar o fortalecimento de ações coletivas, possibilitando o empoderamento dos atores sociais envolvidos; e) contribuir para obtenção econômica, observando o equilíbrio entre a produção e a preservação do ambiente; f) atender a requisitos éticos, significa, comprometer-se com uma sociedade mais justa e equilibrada, pautada em relações igualitárias.

Assim, partindo desses entendimentos, pode-se compreender as semelhanças existentes entre a agroecologia e o manejo orgânico, pois a agricultura orgânica toma como base os princípios agroecológicos, respeitando a natureza e mantendo o equilíbrio entre organismos participantes no processo de produção e com o ambiente. Sob essa perspectiva, Dias et. al. (2015) entende que além das práticas, questões sociais e éticas, tais como, preocupações com impactos ambientais, cidadania, manutenção da saúde humana, valores de respeito, condições de trabalho adequadas, qualidade de vida, passaram a compor os princípios orientadores da agricultura orgânica. Nesta prática agrícola, ressalta-se a relevância da organização social da produção e a forma como ocorre a interação entre esta agricultura e o mercado, pois a motivação para o consumo de produtos orgânicos surge pela segurança alimentar, saúde e bem-estar que esses alimentos proporcionam, tanto para quem os produz como para quem os consome (ASSIS; ROMERO, 2002).

Os autores acima referidos argumentam que a agricultura orgânica também é utilizada para proteger os agricultores e consumidores, já que não permite o uso de insumos químicos e exigem padrões de produção, tendo por fundamento estabelecer sistemas de cultivo com base em tecnologias de processos, ou seja, um conjunto de procedimentos que envolvam a planta, o solo e as condições climáticas, respeitando o ambiente e consequentemente, produzindo um alimento sadio. Partindo dessa compreensão, percebe-se a presença do primeiro pressuposto para condição de cidadão ambiental, qual seja, a alteridade, pois esse requisito de proteção e maneira de cultivar representam o cuidado com o outro que a alteridade exige.

Em vista disso, a agricultura orgânica é a prática agrícola alternativa mais difundida no que tange a substituição da agricultura convencional, pois essa forma de cultivo representa também cuidados com os agricultores, preservando a saúde e

apresentando uma maneira digna de trabalho, pois atua de forma ética, sem afastar as premissas agroecológicas, mantendo a sustentabilidade dos agrossistemas, além de buscar o equilíbrio e conservação da biodiversidade, dos ciclos e atividades biológicas dos solos e, não fazendo uso de transgênicos (ASSIS; ROMERO, 2002; MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA, texto digital).

Assim, segundo Moro (2012) e MAPA (texto digital) os principais objetivos da produção orgânica são promover proteção ao ambiente e qualidade de vida. Para ser considerado orgânico o processo produtivo contempla a utilização responsável do solo, da água, do ar e dos demais recursos naturais, além da proibição do uso de agrotóxicos, adubos químicos e substâncias sintéticas, ainda, fomenta o necessário respeito as relações sociais e culturais. Acrescenta-se também que o cultivo de orgânicos depende da confiança entre produtores, consumidores e sistemas de controle de qualidade.

Sob essa ótica, o Brasil conta com legislação específica que designa a agricultura orgânica como um sistema de produção. A Lei Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, contempla:

Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

Como forma de dar continuidade a esses propósitos, surge o Decreto Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). O Art. 1º da referida política visa

integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

Portanto, para aderir a agricultura orgânica com base na agroecologia, torna-se essencial compreender o conceito do termo, significa, passar por um processo gradual e multilinear de mudanças, que ocorrem com um certo tempo, para que haja a passagem do modelo agroquímico ao estilo de agricultura que incorpora princípios e tecnologias de base ecológica. Esse processo de transição da agricultura convencional para a agricultura orgânica sob viés agroecológico é complexo, eis que as atitudes estão vinculadas a hábitos, comportamentos e práticas que devem contribuir para construção da agricultura sustentável<sup>12</sup>, (CAPORAL; COSTABEBER, 2002; DIDONET et al., 2006).

Desta forma, quando se fala em agricultura orgânica, na verdade o enfoque está no estilo de agricultura de base ecológica, que atenda o requisito essencial desse viés, a solidariedade entre as gerações atuais e as gerações futuras, ou seja, a prática da “ética da solidariedade”, também conhecida como ética ambiental, afirmam Caporal e Costabeber (2004). Logo, nota-se a existência do outro pressuposto que compõe a cidadania ambiental, a ética da solidariedade, que conduz as práticas dos cidadãos ambientais com vistas a redução de impactos no ambiente e conservação da natureza. Verifica-se assim, que a agricultura orgânica possui os pressupostos que compõem a cidadania ambiental, eis que a ética ambiental e a alteridade estão presentes nos elementos que a constituem.

Compreendida a ótica do cultivo orgânico e sua aproximação com a cidadania ambiental, torna-se necessário referir os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, para na continuidade, entender as práticas ambientais exercidas por um grupo de agricultores orgânicos, no sentido de investigar se as práticas desenvolvidas por esse grupo podem ser classificadas como atitudes de cidadania ambiental.

---

<sup>12</sup>Agricultura sustentável consiste no “manejo bem sucedido dos recursos agrícolas, satisfazendo as necessidades humanas, mantendo ou melhorando a qualidade ambiental e conservando os recursos naturais” (CONSULTATIVE GROUP ON INTERNATIONAL AGRICULTURAL RESEARCH - CGIAR, 1994).



### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

*A agroecologia é tudo! É vida!  
As pessoas, as plantas, os animais,  
Tudo é agroecologia! CALÊNDULA*

Nos procedimentos metodológicos serão apresentadas as informações referentes a realização da pesquisa. Serão expostos o tipo de pesquisa, o método, os instrumentos e técnicas que foram utilizados, a forma que ocorreu a coleta e tratamento de dados, bem como os critérios éticos empregados na execução da investigação.

#### 3.1 Tipo de pesquisa

Quanto ao modo de abordagem a pesquisa é qualitativa pois o que se procurou foi atingir a identificação da natureza e do alcance do tema a ser investigado, utilizando-se, para isso, o exame rigoroso pelo qual se buscaram as interpretações possíveis para o fenômeno em análise, que no presente caso investigará de que forma as práticas ambientais dos agricultores agroecológicos contribuem para formação de um cidadão ambiental (MEZZAROBA; MONTEIRO, 2014).

O enfoque qualitativo, segundo Sampieri; Collado; Lucio (2013), normalmente está baseado em métodos de coleta de dados, mas sem medição numérica, utilizando-se das descrições e das observações, buscando principalmente a expansão dos dados ou da informação, ao contrário do quantitativo, que busca

delimitar a informação, medindo com precisão numérica e/ou estatisticamente os dados coletados.

Para esses autores, os estudos qualitativos não pretendem generalizar os resultados da pesquisa para populações mais amplas, mas apenas descrever e interpretar o que foi observado e percebido, além de captar experiências na linguagem dos indivíduos pesquisados, analisar ambientes usuais, tais como: as pessoas vivem, se comportam, o que pensam, como atuam, quais são suas atitudes, bem como descrever situações, eventos, pessoas, interações, condutas observadas e suas manifestações, dentre outras possibilidades. Além disso, quanto ao objetivo geral, conforme Yin (2010), a pesquisa da dissertação foi exploratória, pois teve como finalidade aumentar a familiaridade e compreender melhor o problema investigado.

### **3.2 Método**

Para atender o primeiro objetivo desta pesquisa, qual seja, compreender os pressupostos teóricos que compõem a cidadania ambiental e constituir um marco teórico sólido para o entendimento das práticas ambientais exercidas pelos agricultores orgânicos, foi realizado um levantamento exploratório de dados secundários publicados na base Portal de Periódicos da CAPES. A busca se procedeu com uso da Proxy da UNIVATES. Esse método consiste em verificar a difusão do conhecimento científico e o fluxo da informação sob enfoques diversos (DIAS et. al., 2015; NASSI-CALÒ, 2015; VANTI, 2002).

Pizzani et. al. (2012) afirmam que as bases de dados textuais, além de incluir todas as informações dadas numa base referencial, dão acesso imediato ao texto completo do artigo, tais como o Portal de Periódicos da Capes, Scielo, Ovid, entre outras. O Portal de Periódicos da CAPES é uma base que possui mais de 37 mil publicações periódicas internacionais e nacionais, e oferece diversas bases de dados que reúnem desde trabalhos e artigos acadêmicos e científicos até normas técnicas, patentes, teses e dissertações, dentre outros tipos de materiais, cobrindo todas as áreas do conhecimento (PORTAL PERIÓDICOS CAPES, 2016).

De acordo com Nassi-Calò (2015) existem evidências sólidas de que a cooperação em pesquisas por instituições, regiões ou países, aumenta a visibilidade, qualidade e impacto das publicações resultantes. Os indicadores bibliométricos na produção científica, constituem uma metodologia muito utilizada, principalmente por pesquisadores europeus, nas palavras da autora “este fenômeno vem atraindo a atenção de tomadores de decisão como uma forma de fomentar a excelência em pesquisa em várias partes do mundo”.

O levantamento bibliográfico foi executado nos meses de março a agosto de 2016. Esta etapa da pesquisa foi realizada para compreender o conceito e os pressupostos teóricos da cidadania ambiental que foram explanados no marco teórico. Para realizar a pesquisa textual bibliográfica empregou-se a estratégia de busca formada por um conjunto de palavras ou expressões, ligadas por operadores booleanos, ou seja, palavras que informem ao sistema de busca como combinar os termos da pesquisa, que permitem ampliar ou diminuir o escopo dos resultados. Os operadores booleanos utilizados nas pesquisas em bases de dados são: “AND, OR e NOT”, além de outras técnicas como “a truncagem de palavras com a finalidade de facilitar o processo de busca e seleção da informação desejada”. Assim, também torna-se possível utilizar sinais (asterisco, aspas, ponto de interrogação) que figuram recursos disponíveis em diferentes bases de dados para melhorar os resultados da pesquisa ou facilitar a operação (PIZZANI et. al., 2012).

Para tanto, utilizou-se a estratégia de busca formada por um conjunto de palavras ou expressões, que denominaram os “termos” usados na base de dados da CAPES. Os termos empregados para realização da pesquisa foram os seguintes: “cidadania ambiental”; “environmental citizenship”; “cidadania planetária”; “planetary citizenship” e “cidadão ambiental”. Inicialmente não houve nenhuma restrição de período de tempo, visando identificar todas as publicações até aquele momento, ressalta-se apenas que o período de 2016 tem a limitação da busca de dados publicados até agosto, sendo possível haver alterações até o final do corrente ano e consequentemente do ano de 2017. Os artigos identificados foram utilizados na elaboração do marco teórico. Também não foi selecionado o formato do recurso a ser encontrado, como por exemplo, artigos, livros, teses e dissertações, ou seja, no primeiro momento somente utilizou-se o termo para verificar quantas publicações surgiriam.

A pesquisa teórica bibliográfica teve o propósito de alcançar o primeiro objetivo elencado, procurando responder ao problema proposto, cujas ferramentas a serem utilizadas foram além dos artigos de publicações periódicas, livros de doutrina, eis que há autores relevantes que se aprofundaram sobre o tema referente a cidadania ambiental e a agricultura agroecológica. No que se refere a pesquisa documental, foi utilizada a norma legal relacionada ao tema, de acordo com Brevidelli e De Domenico (2006).

Os resultados desta etapa, se referem ao primeiro objetivo específico. Portanto, atendendo o primeiro objetivo desta pesquisa, qual seja, compreender os pressupostos teóricos que compõem a cidadania ambiental e constituir um marco teórico sólido para o entendimento das práticas ambientais exercidas pelos agricultores orgânicos, foi realizado um levantamento exploratório de dados secundários publicados na base Portal de Periódicos da CAPES, conforme mencionado nos procedimentos metodológicos.

Tendo como termo de busca “cidadania ambiental” foram encontradas 43 publicações. Utilizando o termo “environmental citizenship” localizaram-se 706 itens. Com o emprego do termo “cidadania planetária” constaram 19 recursos. E por fim, com o uso do termo “planetary citizenship” surgiram 20 itens e, não foram encontrados resultados para o termo “cidadão ambiental”. Antes de realizar restrições para dar sequência a pesquisa, verificou-se que os conteúdos repetiam-se diversas vezes, e em alguns casos com o título do recurso em língua estrangeira (inglês ou espanhol). Na sequência, foram restringidos os recursos em artigos, teses e dissertações. Após essa etapa, para estreitar a pesquisa, foram lidos os resumos das publicações para avaliar quais destas deveriam ser lidas na íntegra para fundamentação teórica.

Como o objetivo de compreender os pressupostos que compõem a cidadania ambiental, todos os recursos que não abrangem o conceito e/ou pressupostos foram excluídos. Partindo dessa premissa, foram localizados artigos e dissertações a partir dos seguintes termos: “cidadania ambiental; environmental citizenship”.

Os estudos que foram aprofundados no marco teórico correspondem aos trabalhos intitulados: “A Alteridade como Tônica para uma Cidadania Ecológica: uma

reflexão a partir da concepção de sujeito em Morin e Guattari (DUTRA, 2012). Environmental citizenship, gender, and the emergence of a new conservation politics (FISCHER; CHHATRE. Experimentação da política da amizade: alteridade e solidariedade nas classes populares (GOMES; SILVA JUNIOR, 2007). Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade (JACOBI, 2003). Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogos de Saberes (LEFF, 2009). Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação (LOPES, 2006). International conservation ‘volunteering’ and the geographies of global environmental citizenship (LORIMER, 2010). Lukács e Marx contra o “ecologismo acrítico”: por uma ética ambiental materialista (MEDEIROS; BARRETO, 2013). Social inequalities and environmental conflict (PELLOW,. Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental (PORTO,. Ambiente e Cidadania: estudo sobre a ação do Estado Democrático de Direito na inclusão social e na sustentabilidade” (SCHERER, 2008).

Partindo desses resultados, ainda, realizou-se uma busca na Biblioteca Digital da Univates (BDU) para verificar se haviam teses, dissertações, monografias sobre o mencionado tema. Verificou-se que não existiam, até a data da pesquisa, trabalhos acadêmicos envolvendo a temática referida, com o viés de identificar em que medida as práticas ambientais empregadas na agricultura agroecológica se aproximam dos pressupostos teóricos que moldam o conceito de cidadania ambiental.

Também se averiguou que há poucos trabalhos envolvendo o tema da cidadania ambiental. Os estudos encontrados consistem em revisões teóricas com foco em democracia, sustentabilidade ambiental, educação ambiental e as pesquisas mais abrangentes relacionam a matéria com assuntos referentes a resíduos, coleta seletiva, catadores, direitos humanos. Assim, salienta-se que os resultados desta proposta de pesquisa consistem na primeira dissertação relativa a investigação das práticas ambientais dos agricultores agroecológicos, no sentido de evidenciar se tais práticas contribuem para a formação de um cidadão ambiental. Portanto, concluiu-se que existem poucos estudos com a problemática desta pesquisa, havendo trabalhos relativos a cidadania ambiental, entretanto não possuem o foco de compreender práticas ambientais e sua relação com a temática.

No tange ao segundo objetivo desta pesquisa, qual seja, investigar junto a um grupo de agricultores agroecológicos as práticas ambientais que emergem do seu modo de vida e identificar se e de que forma tais práticas contribuem para formação de um cidadão ambiental, foram aplicadas entrevistas abertas e também, utilizou-se inspirações etnográficas participantes, ou seja, acompanhou-se um dia inteiro de trabalho em cada propriedade juntamente com os agricultores agroecológicos, sendo os dados coletados por meio de diário de campo. Nessa etapa da pesquisa, somente uma propriedade restou sem realização das observações por motivos pessoais da entrevistada.

Também, frequentou-se todas as reuniões do grupo de agroecologistas, bem como as reuniões da Articulação dos Agroecologistas do Vale do Taquari (AAVT), com o intuito de realizar observações para compreender a forma de organização dos produtores orgânicos. As reuniões foram frequentadas no período de junho de 2016 a outubro de 2017.

Para contemplar esse objetivo, primeiramente contatou-se o engenheiro agrônomo da Emater/RS-Ascar (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul e Assistência Sulina de Crédito e Assistência Rural), que organiza atividades em conjunto com estes agricultores. Este contato ocorreu com o intuito de identificar e selecionar o grupo para realizar as entrevistas. O grupo de agricultores agroecológicos selecionados para a pesquisa situam-se no município de Arroio do Meio/RS, mais precisamente no distrito de Forqueta. A opção pelo município de Arroio do Meio como área de abrangência do estudo deu-se devido à existência de agricultores agroecológicos orgânicos certificados e em trâmite de certificação e, pela acessibilidade aos dados. Foram identificados 8 agroecologistas, sendo 5 com certificação e 3 em processo para obter o certificado orgânico.

O primeiro contato com o grupo ocorreu por meio da presença da pesquisadora em uma reunião das agroecologistas, momento em que foi realizado o convite para participação voluntária das agricultoras. Nessa oportunidade, cinco das oito integrantes do grupo aceitaram colaborar na pesquisa. Partindo dessas informações, deu-se início as entrevistas apoiando-se em um roteiro semiestruturado de perguntas (APÊNDICE A) para guiar os questionamentos. As entrevistas ocorreram no segundo semestre de 2016 e primeiro semestre de 2017.

As entrevistas semiestruturadas foram gravadas, após transcritas e interpretadas através da análise de conteúdo proposta por Bardin (2012), levando-se em conta as ideias centrais dos entrevistados sobre o tema da pesquisa.

Para contemplar o terceiro e quarto objetivos desta pesquisa, quais sejam: apresentar, a partir dos resultados da pesquisa empírica, aproximações/linhas de pensamento que possam contribuir para formação do cidadão ambiental; bem como verificar se os modelos de produção agroecológicos podem ser considerados práticas de cidadania ambiental, na discussão final dos resultados, a análise contemplou a triangulação entre pesquisa empírica e os conceitos teóricos. Nessa etapa, buscou-se constituir pontes entre os resultados empíricos e os aportes teóricos, implicando no aprofundamento e na contemplação das teorias assumidas, construindo categorias emergentes da própria análise e, estabelecendo novos aproximações/linhas de pensamento que podem colaborar na formação do cidadão ambiental. Partindo da compreensão do método utilizado na realização deste estudo, na sequência, se abordará as especificidades da pesquisa.

### **3.3 Coleta dos dados e universo amostral**

Quanto à população e amostra, esta foi não probabilística, tendo sido escolhida por acessibilidade e tipicidade. A amostra não probabilística caracteriza-se quando os sujeitos são escolhidos por critérios estabelecidos pelos pesquisadores. A acessibilidade caracteriza-se pelo fácil acesso ao público alvo e a tipicidade pela representação que a população alvo deve ter para que se obtenha o conhecimento aprofundado do tema (BREVIDELLI; DE DOMENICO, 2006; FIGUEIREDO FILHO et al., 2014).

A opção pelo município de Arroio do Meio como área de abrangência da pesquisa foi feita devido à existência de agricultores agroecológicos certificados e pela acessibilidade aos dados. O município localiza-se no Vale do Taquari, região central do Rio Grande do Sul, a 120km de Porto Alegre, capital do Estado. A economia do município é baseada na indústria, agricultura, comércio e serviços, sendo a população cerca de 20.000 habitantes (IBGE, 2010).

O município de Arroio do Meio foi colonizado por imigrantes alemães, que chegaram na região do Vale do Taquari na metade do século XIX, entre 1850 e 1855. Na localidade de Forqueta a colonização iniciou em 1867 com a chegada de Antônio Korb, mas somente em 1876 que os demais teuto-brasileiros (descendentes de imigrantes alemães) se estabeleceram no local, constituindo o atual distrito (ROCHE, 1969; WEIZENMANN, 1990; THOMÉ, 1994).

Os produtores agroecológicos de Forqueta iniciaram as mobilizações para obterem certificação orgânica em 1996, quando organizaram o grupo de agroecologistas e deram início as reuniões periódicas fomentando essa ideia na localidade. Atualmente existem oito famílias produzindo orgânicos. O tamanho das áreas corresponde a 0,45 e 20 hectares, sendo consideradas pequenas propriedades, o que denota uma continuidade cultural, pois as colônias teuto-brasileiras também caracterizavam-se pela pequena propriedade familiar (WEIZENMANN, 1990; THOMÉ, 1994).

No que tange à identidade étnica das famílias agroecologistas, somente uma possui origem ítalo-brasileiro (descendentes de imigrantes italianos), os demais são teuto-brasileiros e, todos já praticaram alguma atividade agropecuária no passado, bem como seus antepassados imigrantes. Ainda, no tocante ao credo religioso, nota-se uma descontinuidade cultural, eis que até 1888 somente havia a comunidade protestante em Forqueta. A igreja católica passa a existir a partir de 1889, e todos os agricultores orgânicos atuais são praticantes e atuantes do catolicismo. A religião para os agricultores orgânicos é constantemente mencionada em suas falas e atuações comunitárias, é perpetuada por gerações e todos os moradores da localidade estão envolvidos com as programações da Igreja.

Optou-se pela escolha desse grupo, pois partiu-se do pressuposto de que estes possuem a experiência e a vivência referente às práticas ambientais e o modo de vida que pretendeu-se investigar junto a este perfil de público. Foram aplicadas entrevistas aos cidadãos selecionados com questões semiestruturadas. Os resultados foram avaliados por meio de análise de conteúdo.

Também utilizou-se inspirações etnográficas, pois segundo Magnani (2009), quando se pesquisa grupos regidos por diferentes padrões culturais e sociais



surgem problemas de ordem metodológica, havendo assim a necessidade de basear-se na etnografia.

Dessa maneira, ao fundamentar-se pela etnografia propõe-se observar atentamente os atores sociais envolvidos, “é um olhar de perto” da situação, do lugar, das pessoas, das falas, enfim, esta estratégia supõe uma análise de ambos os polos, tanto dos atores objetos de estudo, quanto da paisagem em que a prática se desenvolve (MAGNANI, 2002).

Para tanto, conforme Silva (2009) realizaram-se observações, que foram relatadas em diários de campo, com o objetivo de situar-se no local de estudo e compreender o funcionamento da cultura em análise. De acordo com o referido autor, no momento em que se vai a campo com esse olhar observador e participante, torna-se possível saciar os questionamentos que o levaram à pesquisa.

Portanto, esse movimento de andar pelo campo, observar atentamente o que ocorre no local e descrever as observações no diário, permite ao pesquisador uma interação com o local e com os atores sociais envolvidos, rompendo possíveis resistências que a presença do pesquisador suscita durante o processo de entrevistas (SILVA, 2009).

### **3.4 O viés antropológico ecológico e as inspirações etnográficas**

A compreensão das práticas exercidas pelos agroecologistas também implica no entendimento do elo sociedade-natureza a partir de uma perspectiva orientada pela antropologia ecológica, antropologia do campesinato brasileiro e, de estudos etnográficos. Autores como Ingold, Descola, Brandão, Mejía, Woortmann, entre outros, tratam de conceitos constituídos por meio das pesquisas que realizam junto a comunidades campesinas, utilizando o método etnográfico para identificar e entender o modo de vida dos agricultores. O aprofundamento nos estudos dos respectivos teóricos, possibilita na sequência, o cruzamento desses conceitos com os resultados obtidos na pesquisa de campo, para consequentemente, entender as práticas oriundas das atividades agroecológicas, bem como verificar se tais condutas se classificam como atitudes de cidadania ambiental.

A pesquisa participativa nesse contexto, é um processo de interação criativa no âmbito da comunidade rural, combinando conhecimento local e científico, ambos em situação de igualdade. Nessa perspectiva, Guzmán (2007) aborda que a observação participante, técnica utilizada neste estudo, tem o objetivo de conhecer, de realizar a imersão na realidade, em uma grande interação com as partes interessadas. Ao mesmo tempo, procuram-se informações sobre a área e, investiga-se a visão dos aspectos positivos e negativos dos atores envolvidos. As técnicas utilizadas nessa fase correspondem à pesquisa e análise dos dados fornecidos a partir de entrevistas, “histórias de vida”, visitas às propriedades, presença em reuniões, assim ocorreu a coleta de dados.

De acordo com Moraes (2009) para falar em populações camponesas, primeiramente é necessário definir o conceito de camponês, pois refere-se ao conjunto de práticas permeadas pelo universo simbólico, categorias e regras mediante as quais os sujeitos sociais mencionados vivem, sentem e pensam suas existências. Assim, o que importa para o estudo da autora é o “*modus operandi* dos camponeses(as)”, ou seja, a forma como organizam suas práticas e inclusive seus discursos.

Os camponeses referidos no estudo da autora estão situados no nordeste brasileiro, na região do Piauí na parte sudoeste, onde constitui um bioma cerrado, local que ocorre uma crise ecológica sem precedentes. Também o mercado de produtos nessa região está afetado, tanto pela oferta quanto demanda, pois nem todo produto chega ao grande mercado, circulando localmente. Trata-se de um campesinato que visa o aprovisionamento material e a manutenção da posição social em um círculo restrito de relações, com base na reciprocidade, como valor principal, percebendo os produtores como atores sociais e históricos (MORAES, 2009).

Nesse sentido, segundo Moraes (2009) a terra, a família e o trabalho são categorias centrais e relacionadas, vinculadas a valores e princípios organizacionais, vistos com mais relevância perante crises sociais que ocorrem nessa região, devido ao processo de incorporação das terras de chapadas pelo agronegócio (carne e grãos), em que as concepções da terra se contrapõem as utilitaristas mercantis.

Desse modo, os grupos camponeses se organizam de acordo com as condições oferecidas pela natureza, no sentido da simbiose resultante de suas relações com o meio, produzindo uma dinâmica e forma peculiar, o que remonta ao *habitat*, significa, territorialidade e relação com o lugar. Assim, no conjunto de terras de moradia e de trabalho, a coletividade camponesa é capaz de transformar possibilidades em recursos, num quadro de relações sociais cuja dinâmica determina as transformações nesse sistema, de acordo com Moraes (2009).

Entretanto, no entendimento da autora, a crise ecológica que atinge os povos dos cerrados piauienses está diretamente vinculada ao conflito entre a monocultura dos grandes projetos agropecuários e a policultura camponesa, algo que sempre articulou os usos dos baixões e das chapadas. Esse embate é expresso no plano de sistemas do uso da terra e dos outros recursos naturais, eis que os camponeses apoiam uma economia moral, oposta a apropriação privada do território, pelos grandes empreendimentos agropecuários.

Nesse sentido, os camponeses e camponesas elaboram uma complexa classificação dos tipos de terrenos existentes, no relacionamento com esse ambiente, designando características relativas ao solo, clima e vegetação. Isso ocorre pela relação entre as distintas maneiras de utilização dos espaços naturais, cujas potencialidades são acionadas como recursos, em função da combinação do conjunto de atividades, tais como, cultivo de legumes (culturas), criatório (gado), miúncia (porcos, ovinos e caprinos), criatório pequeno ou criação (aves), extrativismo e o artesanato utilitário (MORAES, 2009).

A partir desse viés, compreende-se que existem diversas formas de apropriação do espaço rural, bem como da produção, qualidade de vida, patrimônio ambiental ou, até mesmo, do poder. Os espaços apresentam vários atores sociais, sendo que os territórios são constituídos a partir de diferentes apropriações do espaço. Assim, os critérios de valorização do meio ambiente não são unânimes entre os atores sociais, eis que atribuem valores específicos a este (MEJÍA, 2004).

A autora contextualiza em sua pesquisa, três distintas posições de atores sociais que se envolvem em disputas pelo usufruto do espaço e também, pelo controle de instâncias decisórias na vida local. A primeira posição diz respeito a destinação do meio rural para a produção; a segunda relaciona o meio rural a boa

qualidade de vida e a terceira posição, situa os espaços rurais como bens coletivos. As três posições referidas foram observadas por Mejía (2004) no assentamento do Incra em Paraty, Rio de Janeiro. Desta forma, “a posição dos atores sociais que concebem o espaço rural como espaço de legitimação de um poder [...]. O espaço rural é apropriado como espaço de poder institucional ou de poder social” (MEJÍA, 2004).

Sob essa ótica, Brandão (2000) realizou um estudo com produtores rurais, das encostas da Serra da Mantiqueira, momento em que escreveu um diário de campo, registrando os dados da pesquisa, interpretações etnográficas e reflexões teóricas. Tal pesquisa trata de grupos onde a experiência social é marcada pela relação com a terra, mas não propriamente a posse ou a propriedade, ou seja, mesmo havendo o sentimento em relação a terra, isso não significa que esta seja seu patrimônio.

Desse modo, Brandão (2000) refere que há um prazer que torna parceiros o lavrador e a terra, em uma relação de amor, como se os homens e mulheres “tivessem seu umbigo na terra”. Logo, surge um “ethos camponês”, isto significa, a “própria terra é percebida como um campo benévolo de seres vivos e matérias vivificadoras”, “algo que interage com o trabalho do lavrador e exige dele mais do que o próprio trabalho”. Tais vivências estão fundamentadas sob um tripé “Homem-Terra-Deus”. Esse pilar constitui uma forte representação da espiritualidade que os camponeses mantêm diante de suas vidas.

Assim, o referido autor demonstra em seu estudo uma relação ancestral que considera a importância nas relações de trabalho, produção agrícola e meio ambiente, eis que existe um prazer muito maior que o ganho financeiro. Todas as etapas do trabalho, que vão do chão arado ao grão maduro, constituem um cenário efêmero da atividade realizada.

Brandão (2000) salienta que o importante não é o que cada ser da natureza representa em si mesmo, mas a maneira de sua variação, de como a terra, as plantas, os animais se relacionam. Este conhecimento que os produtores, sejam caçadores, lavradores ou pescadores possuem e, utilizam de formas oportunas, representa um grande significado, mesmo que oculto para a ciência. Os sinais do tempo e as alterações climáticas, estão vinculadas as modificações vegetais e,

esses pequenos conjuntos de indicadores são observáveis não somente nas mudanças do todo, mas em detalhes particulares de determinadas espécies vegetais e animais, revelando as sutis transformações ambientais, observadas com tanta atenção por essas pessoas.

Conforme Brandão (2000), as múltiplas variações do clima, a leitura de mudanças de frações na natureza, constituem as conversas desse povo, em todos os momentos. A relação estabelecida entre os produtores e a prática do trabalho camponês é o assunto mais relevante entre os adultos, responsáveis domésticos pelas atividades produtivas da família sitiante. O autor acima mencionado refere que após uns dias no campo, ele mesmo fala pouco sobre outros assuntos, mesmo quando não está pesquisando.

Essas representações demonstram a existência de um enlace afetivo entre o produtor e a terra, que se apresenta no desejo de tornar “culturalmente” culto o inculto, ou seja, o respeito pela natureza e o sentimento de amor pela terra e pelo que é produzido, expressam e fundamentam as atitudes que os sítiantes têm perante a vida e o meio ambiente. Isso é a tradução do “prazer fecundante”, o respeito estabelecido pela natureza torna-se a premissa que fundamenta as condutas desses produtores perante a vida (BRANDÃO, 2000).

Tais declarações revelam o cuidado do agricultor ao campo, constituindo condições favoráveis para o desenvolvimento das plantas cultivadas. Nesse processo, nota-se uma convivência harmônica entre os seres humanos e o ambiente, baseada no respeito às características ecossistêmicas locais. Observa-se a simetria que aproxima as pessoas dos animais, plantas, solo, água, ventos, clima, enfim, de toda natureza. Assim, entende-se que existe “uma percepção moral da relação com a terra entre os homens”; assim como a proximidade existente do homem do campo de sua terra enaltecendo a ideia de pertencimento ao território, bem como do afeto pela terra (BRANDÃO, 2000; WOORTMANN, 2009; INGOLD, 2011).

Segundo Descola (2006), somente é observado aquilo que é tomado como “instanciação” do que se acredita ser padrões estruturados de comportamento ou pensamento. O autor refere que para elucidar as formas como os humanos se envolvem com seus entornos, como identificam e selecionam algumas propriedades

do mundo para utilização e, como se transformam ao estabelecerem relações ocasionais ou constantes de diversidades relevantes, torna-se necessário voltar as atenções para as diferenças e não as semelhanças, pois as diferenças que importam são aquelas que se acumulam por meio das redes de descontinuidades de forma, matéria, comportamento ou função e, são trazidas ao alcance através do movimento do mundo.

A partir dessas perspectivas, Woortmann (2009) aponta o conhecimento complexo referente a prática agrícola. A autora realizou um levantamento dos sistemas agrícolas de sítiantes sergipanos, sendo identificados vinte e seis modalidades de consorciamento entre plantas, algo que expressa a relação entre o homem e a natureza, com intuito de manter a biodiversidade do local, revelando princípios morais. Tais princípios são denominados pela autora como um “triângulo, Deus-Homem-Terra”. Assim, configura-se uma relação de reciprocidade entre os polos deste triângulo, implicando respeito a terra e crenças espirituais, para poder esperar dela, os alimentos que é capaz de produzir.

Sob essa ótica, ocorre uma humanização da natureza, o homem necessita saber que a terra precisa ser bem tratada, para que resulte em uma reciprocidade positiva, para tanto, possuem uma concepção “etno-ecológica-holista”. Portanto, o sítio não é concebido como uma extensão uniforme e sim, organizado pelo trabalho em espaços distintos, onde a diversidade e a disponibilidade de solos, constituem fatores relevantes (WOORTMANN, 2009).

A partir da análise do consorciamento, Woortmann (2009) observou também que as plantas são consorciadas segundo sua classificação, o que remete um modelo cosmológico, isto é, as plantas são classificadas em “quentes, frias, fortes e fracas”. Essa mesma classificação é utilizada para os alimentos, destacando-se na concepção desses sítiantes “tudo na natureza de Deus ou é quente ou é frio”, logo, não se pode plantar lado a lado duas plantas quentes, mas sim, é preciso combinar uma quente com outra fria, ou ainda, intercalar uma planta fria entre duas quentes.

Sob essas perspectivas, entende-se que os camponeses possuem conhecimentos transmitidos por gerações, constituídos a partir de suas relações com a natureza. Tais conhecimentos não são estáticos, são frequentemente repensados para melhorar a produção, de modo que “os camponeses além de

reterem um saber tradicional, incorporam outros procedimentos” (WOORTMANN, 2009, p. 126).

Para compreender o estilo de vida camponês, Woortmann argumenta que é necessário haver uma “descrição densa” do sitiante na roça, ou seja, descrever o que interpreta, o significado do que compreendeu. É necessário colocar-se na situação de aprendiz e permitir que o sitiante seja seu professor. Portanto, deve-se “ler seu mundo por sobre seus ombros”, objetivando a aproximação de sua perspectiva sobre a natureza e o trabalho, permanecendo consciente de que é somente uma aproximação, pois jamais todos os seus conhecimentos serão percebidos (WOORTMANN, 2009).

Assim, adentrou-se a campo, ou seja, utilizou-se inspirações etnográficas nos momentos em que se passou um dia inteiro de trabalho em conjunto com as agroecologistas em suas propriedades, momentos esses, que constituíram as observações participantes. Tais observações foram relatadas em diários de campo.

### **3.5 Análise dos dados**

Para discutir os dados coletados na pesquisa de campo, utilizou-se a análise de conteúdo, caracterizada por um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos diversificados. O desenvolvimento desse instrumento de análise das comunicações é seguir, passo a passo, as diversas formas qualitativas das pesquisas, apoiadas em uma das técnicas conhecida como Análise de Conteúdos (BARDIN, 2012 p. 115).

Houve uma leitura integral e detalhada das informações coletadas em cada entrevista, a fim de compreender as representações sobre o tema. Em seguida, realizou-se uma releitura para identificar os significados comuns para definições de grupos de respostas para cada categoria de análise. Para facilitar as análises das falas, elaborou-se um quadro com todas as perguntas e respostas, bem como formulou-se as perguntas em blocos, dividindo-as em: dimensão cultural afetiva; dimensão econômica e; dimensão socioambiental. Conforme Bardin (2012, p. 117), as categorias são “rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob

um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão de caracteres comuns desses elementos.

De acordo com Moraes (2007) categorizar um conjunto de materiais significa organizá-los seguindo uma série de regras. A categorização é um processo de classificação das unidades de análise que resultam as categorias. Cada categoria é um conjunto de unidades de análise que se organiza a partir de aspectos de semelhança.

Ao caracterizar enunciados significativos em textos e categorizar esses elementos unitários, o pesquisador está encaminhando a produção de um metatexto, objetivado a apresentar o produto de suas análises. Assim, o produto de uma análise textual qualitativa é um metatexto que organiza e demonstra as principais interpretações que podem ser construídas a partir do conjunto de textos submetidos a análise. Portanto, a análise textual qualitativa é um processo integrado de análise e síntese, que propõe realizar uma leitura rigorosa e aprofundada de conjuntos de materiais textuais, visando descrevê-los e interpretá-los para atingir uma compreensão aprofundada dos fenômenos e discursos que foram produzidos (MORAES, 2007).

Esta opção mostra-se adequada para compreender um fenômeno social, pois possibilita descrever a complexidade do problema, os processos dinâmicos vividos pelos grupos sociais e entender as particularidades do comportamento dos indivíduos em relação à questão do estudo, para na sequência apresentar os parâmetros/pressupostos que possam contribuir para formação do cidadão ambiental (BREVIDELLI; DE DOMENICO, 2006; MEZZAROBBA; MONTEIRO, 2014).

### **3.6 Critérios éticos**

Com o objetivo de evitar possíveis constrangimentos quanto à divulgação das informações prestadas, os cidadãos que consentiram participar da pesquisa por meio da entrevista, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), bem como o Termo de Autorização para Uso de Imagem. No início da pesquisa foi informado aos participantes a relevância desses termos para o estudo,



e que a utilização dos dados obtidos somente tem a finalidade de cunho científico. Destaca-se ainda, que a pesquisa poderia ser suspensa a qualquer momento, sem prejuízo ao cidadão participante, se por acaso recusar-se a participar da pesquisa (CHEMIN, 2015), (APÊNDICES B; C).

O TCLE ressaltou a importância da participação dos envolvidos, bem como deixou claro que estes estavam isentos de qualquer tipo de custo. O termo frisou também que os participantes estavam livres para desistir do projeto quando desejassem. Ainda, foi informada a garantia do sigilo da identidade dos participantes e, os dados coletados se tornariam públicos, jamais de forma individualizada ou identificando o entrevistado, sendo sua publicação utilizada para fins científicos.

Com o intuito de preservar a identificação dos participantes, estes foram nomeados. Contudo, para proporcionar maior originalidade a identidade das entrevistadas, lhes foi solicitado que definissem suas nomenclaturas para a pesquisa. Assim, todas em consenso, se automeinaram por Capuchinha, Rosa, Calêndula, Orquídea e Camomila. O grupo para as entrevistas foi composto somente por mulheres, já que elas tomam a frente no que tange a organização do trabalho na agroecologia. Do mesmo modo, caso fosse necessário apresentar dados oriundos do engenheiro agrônomo da Emater, também lhe foi solicitado que se automeinasse, por esse motivo identificou-se como Pinheiro. Assim, foram preservadas as fontes pessoais de informação, a fim de conservar a privacidade dos participantes.

Nesse contexto, também assinaram o Termo de Autorização para Uso de Imagem para a divulgação de fotos em apresentações de trabalhos científicos, assim como na elaboração da dissertação. Ainda, os participantes foram informados que os resultados da pesquisa serão publicados com a conclusão da dissertação e constituirão artigos acadêmicos a serem publicados em periódicos científicos.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

*Eu tenho medo do que vai ser do futuro!  
Essa piaçada de hoje só pensa em internet e celular.  
Eu não sei se a natureza aguenta isso pra sempre... ORQUÍDEA  
Se eu não tivesse fé, não estaria trabalhando com Agroecologia.  
Se eu achasse que não existe algo além, já tinha desistido!  
É só olhar lá fora, aí tu vê, que não tem como não ter fé! ROSA*

O presente capítulo trata dos resultados e discussões obtidos a partir dos dados coletados na pesquisa. Inicia com breves considerações acerca das agroecologistas de Forqueta. Em seguida, aborda a categorização dos dados da pesquisa de campo, e encerra trazendo as aproximações/linhas de pensamento que contribuem para a formação do cidadão ambiental.

### 4.1 As Flores do Forqueta

Para melhor compreender as particularidades das entrevistadas, traçou-se um perfil para cada uma delas. No início das entrevistas individuais, questionou-se a cada agroecologista que relatasse um pouco de sua história, comentando como ocorreu a adesão ao modo de vida agroecológico.

Tomando como base as narrativas das entrevistadas, Capuchinha relatou que nasceu no distrito de Forqueta. Desde criança trabalhou na lavoura de seus pais, juntamente com seus irmãos. A família era grande. Cresceu na localidade, sempre envolvida com as atividades rurais e desde muito jovem, cultivando uma horta para a subsistência familiar. Os anos foram passando e, na adolescência, frequentou os bailes que ocorriam na localidade, acompanhada de seus irmãos e primos,

momentos esses que oportunizaram a aproximação com seu vizinho, rapaz esse, que conquistou seu coração. Referiu que desde muito pequena era vizinha do seu esposo, o que pode ter facilitado o início do namoro na adolescência. Juntos, foram em muitas festas da comunidade e encontros familiares, até que decidiram se casar.

Segundo Capuchinha, após o casamento, ela e seu companheiro mudaram-se diversas vezes, moraram em várias cidades, em razão da profissão de seu esposo. Nesse período, Capuchinha mencionou que permaneceu no lar, a frente das atividades domésticas e, dando prioridade ao cuidado dos filhos. Ressaltou que sempre cultivou hortaliças para a alimentação familiar, algo que já fazia quando vivia com seus pais. Em meados de 1999 decidiram retornar para Arroio do Meio, mudando-se novamente para o distrito de Forqueta. Nessa época, soube da formação de um grupo de agroecologistas, algo que lhe chamou atenção. Solicitou se poderia participar das reuniões, momento em que decidiu se inteirar sobre a agroecologia. A partir da participação nas reuniões, resolveu fazer parte do grupo de Agroecologistas de Forqueta, pois mencionou que os conceitos agroecológicos mudaram sua percepção sobre a agricultura e o cultivo de hortaliças.

Capuchinha afirmou que a agroecologia transformou seu modo de pensar e agir, o que lhe proporcionou uma mudança de vida. Disse que depositou muita fé e esperança nas alterações oriundas do conhecimento agroecológico, sendo que passou a se ver como uma profissional no meio rural e, não mais como somente dona de casa. Salientou que essas novas percepções lhe impulsionaram a focar plenamente no trabalho realizado na agroecologia, fazendo com que repassasse seus aprendizados para toda comunidade.

No que se refere a Calêndula, verbalizou que nasceu em Fontoura Xavier, na área rural desse município, onde iniciou suas atividades agrícolas desde muito jovem, acompanhada de seus familiares. Mudou-se para Arroio do Meio no final da adolescência, juntamente com seus pais, motivados pela esperança de uma “vida nova”, eis que nessa fase, trocou o trabalho no campo, pelo setor calçadista.

Nesse período conheceu o homem que futuramente se tornou seu companheiro. Ambos trabalhavam na mesma indústria de calçados. Passaram anos nessa atividade, até que sua filha nasceu. Naquela época, exatamente há quinze anos, não havia escola de educação infantil no distrito de Forqueta, situação que

impulsionou Calêndula a permanecer no lar, cuidando da filha e dos afazeres domésticos. Seu esposo também resolveu mudar de ramo no mesmo período, quando permutou para a construção civil.

Conforme Calêndula, sempre cultivou hortaliças para a subsistência familiar. Quando se deparou em casa, resolveu ampliar sua horta, para fornecer maior variedade de alimentos a sua família. Com o crescimento na produção das hortaliças, os vizinhos e conhecidos começaram a solicitar a compra das suas verduras, já que havia quantidade suficiente para sua família e para as demais pessoas da comunidade. Nessa ocasião, pensou que a produção de hortaliças poderia ser uma ocupação além das tarefas domésticas, e quem sabe, poderia se tornar uma profissão. Assim, se interessou nesse ramo, com a perspectiva de produzir alimentos de qualidade. Desse modo, para compreender como realizar adequadamente esse feito, resolveu participar das reuniões que aconteciam no distrito, referentes a produção orgânica.

A partir dessas reuniões, Calêndula disse que acreditou que poderia produzir hortaliças além do já era de costume, podendo conciliar seus afazeres domésticos com uma atividade, que poderia se tornar um compromisso e quem sabe um dia, lhe fornecer alguma fonte de renda. Logo, depositou toda sua energia e força de vontade no trabalho, para ver se era possível plantar sem uso de insumos químicos. Salientou que foi uma grande satisfação quando enxergou que era possível. Dessa maneira, focou-se nos conhecimentos agroecológicos, perpetuando essa atividade e alterando suas condutas e pensamentos, consolidando essas novas ideias na sua forma de produzir alimentos.

No que tange a Rosa, referiu que sempre viveu em Forqueta e, desde criança, trabalhou com agricultura familiar. Salientou que nunca exerceu outra atividade. Cresceu no meio rural e, mesmo depois de casada, permaneceu na agricultura, cultivando hortaliças para subsistência familiar e trabalhando na lavoura, mediante produção convencional e criação de animais. Rosa foi a precursora do movimento agroecológico de Forqueta, pois estava presente no fatídico caso da produção de pepinos, que será detalhado especificamente no item seguinte (4.2).

De acordo com Rosa, a transição da agricultura convencional para a agricultura orgânica foi uma tarefa árdua no início, pois havia preconceitos em

relação a esta forma de cultivo. Também, o medo do desconhecido era um obstáculo a ser superado, eis que existia dúvidas relativas ao manejo, sendo necessário muito foco para essa alteração na produção. Entretanto, enfatizou o orgulho e satisfação quando percebeu que essa forma de plantio é possível, bem como disse que se sentiu valorizada quando superou os obstáculos iniciais.

Rosa falou que jamais voltaria a cultivar de maneira tradicional, afirmando que sua escolha foi correta, pois possui qualidade de vida, não se expondo aos riscos provenientes da agricultura convencional, além de proporcionar alimentos saudáveis e seguros para sua família e para as demais pessoas que os consomem. Ainda, citou que jamais pensou que se sentiria tão valorizada como mulher e profissional, sentimentos que se ampliam constantemente, afirmando ser algo que aconteceu graças a agroecologia.

Do mesmo modo, Camomila relatou que também nasceu e cresceu em Forqueta. Disse que nunca saiu do distrito, e que desde muito pequena, trabalhou na agricultura e na criação de animais, especificamente, aves. Mencionou que quando criança, juntamente com seus irmãos, já ajudava seus pais na lavoura. Ressaltou que sua família era constituída por muitos integrantes e, por esse motivo, sempre tiveram horta para o sustento familiar. Ainda, comentou que mesmo depois de casada, continuou morando na propriedade dos seus pais, assim como, permaneceu no trabalho do campo e nas tarefas domésticas.

Camomila mencionou abertamente que inicialmente não acreditava na produção orgânica. Disse que tinha muito preconceito, pensando que não seria possível produzir sem insumos químicos. Mesmo ouvindo falar da constituição do grupo de agroecologistas, Camomila referiu que não compreendia essa maneira de cultivo, tornando-se descrente sobre o assunto. Entretanto, com o passar dos anos, sua filha tornou-se técnica da Emater, iniciando estudos e trabalhos na agroecologia. Foi assim que começou a se familiarizar com o tema.

A agroecologista Camomila relatou que sua filha insistiu muito no assunto, sempre mencionando casos do seu trabalho, referentes a transição para agricultura orgânica. Mesmo assim, Camomila demonstrava-se desacreditada, até que cedeu os apelos da filha e foi em uma reunião do grupo de Agroecologistas de Forqueta. Disse que sua transição foi lenta e que não depositava confiança nessa maneira de

manejo. Ressaltou que compareceu nas primeiras reuniões como forma de agradar a filha, já que esta estava focada na agroecologia.

Após algumas reuniões, Camomila falou que sua filha começou a insistir para que produzisse as hortaliças de maneira orgânica. Mais uma vez, para satisfazer a vontade da filha, organizou uma horta a partir dos ensinamentos agroecológicos, mas ainda estava incrédula quanto a isso. Porém, salientou que quando viu o resultado do seu plantio, ficou tão emocionada que imediatamente chamou a filha para ver as verduras que havia colhido. Destacou que se desculpou com a filha, pela tamanha descrença no manejo orgânico. A filha, satisfeita e orgulhosa com aquela situação, ajudou a colher os alimentos e, fotografou aquele momento, como forma de registro. Camomila disse que ambas estavam muito felizes, e naquele instante, decidiu fazer parte do grupo de Agroecologistas de Forqueta.

E finalmente, no que diz respeito a Orquídea, verbalizou que sempre trabalhou com agricultura familiar, atividade que seus pais também exerciam. Relatou que nasceu e cresceu em Forqueta, e permaneceu na localidade até o momento do seu casamento. Quando se casou, imediatamente mudou-se para outro bairro, também localizado em Arroio do Meio. Referiu que ficou pouco tempo casada, separando-se quando seu único filho ainda era bem pequeno. Diante dessa situação, retornou para a casa dos pais, voltando a viver no distrito, sempre trabalhando com agricultura convencional na propriedade paterna. Entretanto, mencionou que tanto ela, quanto seus pais e irmãos, desde jovens cultivavam horta para o sustento familiar.

Ressaltou que com o passar dos anos, seus pais lhe ofertaram uma parte da propriedade para que ela construísse uma casa e vivesse lá com seu filho, cultivando sua própria lavoura e criando animais. Desde então, Orquídea permaneceu nesse local, acompanhada do filho, mantendo monocultura e criação de animais. Todavia, um certo dia, em conversa com Calêndula sobre produção orgânica, Orquídea sentiu curiosidade em compreender do que se trata a agroecologia. Nesse sentido, solicitou a Calêndula que a informasse das reuniões do grupo de Agroecologistas. No dia em que frequentou pela primeira vez a reunião, lhes foi apresentado o engenheiro agrônomo da Emater, oportunidade que ocasionou a compreensão dos ensinamentos agroecológicos, algo que chamou a

atenção de Orquídea. Imediatamente, a agricultora pediu que o técnico realizasse uma visita em sua propriedade, com intuito de sanar dúvidas e também, conversar sobre o tema com seu filho. Nesse momento, iniciou a jornada de Orquídea rumo a transição para a agroecologia.

Orquídea ressaltou que essa decisão foi muito importante na sua vida, afirmando que jamais voltaria a produzir de maneira convencional. Declarou que atualmente compreende os riscos relativos ao uso de agrotóxicos e insumos químicos, considerando algo ruim tanto para a saúde das pessoas, quanto para a natureza. Salientou que enquanto tiver energia para trabalhar, continuará nesse caminho, pois entende que essa é a forma correta de produzir alimentos. Ainda, mencionou que seu filho a apoia nessa atividade, ajudando-a na horta e consolidando a noção de que cultivando de maneira orgânica, estão proporcionando saúde e bem-estar para todos que consomem essas hortaliças.

## **4.2 Categorização dos dados da pesquisa de campo**

Com o objetivo de investigar junto a um grupo de agricultores agroecológicos as práticas ambientais que emergem do seu modo de vida e identificar se e de que forma tais práticas contribuem para formação de um cidadão ambiental, foram aplicadas entrevistas abertas aos agroecologistas situados no município de Arroio do Meio/RS, precisamente no distrito de Forqueta, bem como realizou-se as observações participativas junto a esses agricultores.

Retomando o que foi abordado na metodologia, a identidade das entrevistadas se manteve em sigilo. Dessa maneira, as participantes foram nomeadas por elas mesmas, Capuchinha, Rosa, Calêndula, Camomila e Orquídea, como já apresentadas. O grupo é composto exclusivamente por mulheres. Cabe lembrar que a formação já se encontrava desta forma quando do início da pesquisa, motivo que levou a questionar Pinheiro sobre quais as razões que impulsionaram as mulheres a tomarem a frente no que tange a agroecologia. Na sua resposta enfatizou que as mulheres, desde o início, acreditaram mais nessa ideia, bem como sabiam que eram capazes de realizar tarefas além das tidas como tradicionais, ou seja, as atividades domésticas.

Naquela época, seus esposos realizam trabalhos fora do âmbito familiar. Como as mulheres permaneciam nos afazeres domésticos, sentiam-se, por certas vezes, desvalorizadas perante seus familiares, além de todas possuírem o entendimento de que eram capazes de exercer outras tarefas que lhes proporcionasse uma profissão. Nesse sentido, conciliaram o que já faziam no ambiente familiar, como forma de ocupação profissional, eis que todas cultivavam verduras com a finalidade de alimentar seus entes (PINHEIRO).

Ainda, segundo Pinheiro, em determinados assuntos, as mulheres demonstram-se mais persistentes que os homens, lutam com mais garra pelos seus objetivos, revelando serem possuidoras de grandes iniciativas, além de supervalorizar tarefas em grupo. Nesse viés, salientou que desde o começo das discussões em torno da agroecologia, sempre acreditou no protagonismo feminino, pois as mulheres ressaltam maior preocupação com a saúde alimentar de suas famílias, eis que no “universo feminino esse tema possui maior importância, do contrário, poderia mostrar uma certa fragilidade”.

Partindo desse contexto, no que se refere o aprofundamento dos dados, para facilitar as análises das falas, elaborou-se um quadro comparativo com todas as perguntas e respostas. Este quadro deu origem a uma nova divisão constituída por 03 grandes dimensões: dimensão cultural afetiva, aborda a respeito do surgimento do grupo de agroecologistas; dimensão econômica, refere-se as questões financeiras desse modo de cultivo e; dimensão socioambiental, trata das relações profissionais, comunitárias e ambientais.

Dessas dimensões emergiram categorias contendo a análise aprofundada das falas, que permitiram interpretar e compreender as representações sobre o tema de estudo, qual seja, o modo de vida agroecológico (BARDIN, 2012). Tomando como base a leitura integral e detalhada das informações coletadas em cada entrevista, surgiram as seguintes categorias: a) dimensão cultural afetivo, averiguando as representações da agricultura agroecológica, compreendendo quem compõe e seus vínculos, bem como os significados dessa representação para as agroecologistas; b) dimensão econômica, aprofundando os estudos nas relações com o produto, seu destino e as questões financeiras; c) dimensão socioambiental, analisando as relações de trabalho no que se refere a propriedade e as pessoas



envolvidas; bem como as relações com a comunidade e com o meio ambiente. A partir das análises realizadas, na sequência abordar-se-á as categorias constituídas e suas representações, identificando e compreendendo as práticas ambientais que contribuem para a consolidação do modo de vida agroecológico.

#### **a) Dimensão cultural afetivo:**

Tomando como base os dados coletados nas entrevistas, verificou-se que o grupo de agricultoras de orgânicos de Forqueta é composto por 8 famílias, sendo 5 com certificação e 3 em processo de transição, como o objetivo de obter o certificado orgânico. Destas famílias, somente uma possui origem ítalo-brasileiro (descendentes de imigrantes italianos), as demais são teuto-brasileiros (descendentes de imigrantes alemães). O movimento agroecológico é fomentado principalmente pelas mulheres, eis que elas assumem a posição de comando no que tange a organização do trabalho na agroecologia, sendo seus companheiros e filhos corresponsáveis pelo processo. Somente em uma família não há participação alguma por parte dos demais membros.

Existem outros coparticipantes que também possuem relevância nesse processo, como o engenheiro agrônomo e técnicos da Emater/RS-Ascar; a rede da Articulação dos Agroecologistas do Vale do Taquari (AAVT); a prefeitura que organiza uma feira semanal de produtos orgânicos na praça central do município e, aderiu ao Programa de Aquisição de Alimento (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) adquirindo prioritariamente alimentos orgânicos e, a rede de certificação participativa Ecovida. As atuações destes coparticipantes têm significância no que tange ao apoio para realização desse trabalho, ou seja, nas trocas de saberes, assistência técnica para manutenção das hortaliças, divulgação e comercialização dos produtos.

Todas as entrevistadas relataram que sua caminhada para a agroecologia iniciou após um episódio em meados de 1993, quando ocorreu uma intoxicação dos de todos os agricultores envolvidos na produção de pepinos, eis que naquela época uma empresa agrícola da região construiu estufas no distrito de Forqueta especificamente para o cultivo de pepinos. Todo o material pertinente a produção

era proveniente da empresa. As entrevistadas informaram que desconheciam o conteúdo dos materiais e insumos que recebiam. A responsabilidade das agricultoras à época se resumia ao plantio e manejo dos frutos.

A produção de pepinos era irrigada por meio de tubulações, instaladas dentro das estufas, cabendo aos agricultores a adição de substâncias químicas na água, segundo orientações dos técnicos da empresa. Era muito comum permanecer na estufa ainda quando do início do processo de irrigação, pois, os jatos eram em formato de vapor. Ao inalarem esses vapores, após alguns dias, muitos trabalhadores sentiram-se mal, demonstrando sintomas de intoxicação, como coceira no rosto, boca e nariz secos, dores intensas de cabeça, vômitos e diarreia. Com a persistência desses sinais, os agricultores procuraram assistência médica, momento em que foram diagnosticados com intoxicação. Após o diagnóstico os produtores reuniram-se e contataram a empresa responsável, quando então tomaram conhecimento de que alguns dos insumos que recebiam eram pesticidas. E foi a partir deste caso em específico que um grupo de mulheres se reuniu e decidiu iniciar um movimento com o objetivo de produzir hortaliças sem a utilização de agrotóxicos.

Com o auxílio da Emater/RS-Ascar começaram a realizar reuniões para discutir qual seria a alternativa para solucionar essa questão, oportunidade na qual os técnicos da Emater apresentaram a elas o conceito da agroecologia, surgindo com isso um início de intenções rumo ao cultivo orgânico. Assim, formou-se o grupo de agroecologistas de Forqueta.

Revisitando os autores já referidos neste trabalho, vê-se que Debord (2003) e Lipovetsky (2004) corroboram com o contexto apresentado no momento em que referem que constantemente as pessoas não estão interessadas sobre as mesmas questões simultaneamente. Para que isso aconteça, os autores apontam que a temática necessita se apresentar de maneira espetacular, ou seja, chamando a atenção de um grande público, repercutindo negativamente na sociedade. Nesse contexto, frequentemente problemas de cunho ambiental alcançam essas dimensões e, quando associadas a questões de saúde pública, tornam progressivas as preocupações dos envolvidos. Foi exatamente o que ocorreu no distrito de Forqueta, com o caso do cultivo de pepinos e a intoxicação generalizada dos

agricultores, causada pelos agrotóxicos. Um acontecimento de grandes proporções, se considerado o tamanho da localidade, impulsionou mudanças de atitudes a partir de uma problemática comum, direcionando um grupo de pessoas a alterarem suas condições de trabalho e as encaminhando para a agroecologia.

A partir do cenário exposto, em conversas com as entrevistadas percebeu-se que atualmente, todas compreendem que a agroecologia representa a continuidade de práticas tradicionais, exercidas pelos seus pais e demais antepassados. Tais práticas resgatam uma tradição produtiva que era desvalorizada, pois em tempos passados, consistia em uma atividade comum, exercida unicamente para subsistência. Esse entendimento alterou-se, pois com as trocas de conhecimentos realizadas em encontros, eventos e capacitações, pôde-se notar que a agroecologia se coloca como um movimento ou um modo de vida para elas, não se limitando somente ao não uso de insumos químicos e agrotóxicos.

Assim, todas as entrevistadas entendem que a agroecologia consiste numa atividade complexa, que além de respeitar os recursos naturais disponíveis, desenvolve relações diferenciadas entre os atores sociais envolvidos, resgatando as práticas tradicionais de cultivo, fomentando condutas participativas, tanto no trabalho do campo como na sociedade e, valorizando as lutas coletivas. As entrevistas demonstraram que a adesão ao modo de vida agroecológico fez alterar as percepções em relação ao trabalho, ao campo, as pessoas e a natureza, por parte das entrevistadas, visto que, estas demonstraram por meio de suas condutas e falas uma sensibilidade ao tratar dessas concepções, atribuindo novos significados a esses temas.

De acordo com as observações registradas nos diários de campo, trabalhando em conjunto com as entrevistadas nas propriedades, diversas vezes as agroecologistas referiram a retomada de práticas que seus pais e avós já utilizavam nas atividades rurais, explicando e mostrando a maneira como seus antepassados trabalhavam. Atualmente, para lidar com a plantação aproveitam todas as soluções e conhecimentos tradicionais, tais como: utilizar cinza do fogão a lenha como fertilizante natural; cascas de ovos para espantar lagartas; banhar sementes com água quente para ajudar na germinação, entre outros (DIÁRIO DE CAMPO,

27/06/17; DIÁRIO DE CAMPO, 04/07/17; DIÁRIO DE CAMPO, 18/07/17; DIÁRIO DE CAMPO, 27/07/17).

Resgatando os autores mencionados neste trabalho, o entendimento demonstrado pelas entrevistadas reverbera os ensinamentos de Gliessman (2005) e Dias et. al. (2015), que afirma que a agroecologia e a agricultura orgânica fomentam meios de produção milenares, ou seja, retomam as práticas exercidas no passado, consideradas tradicionais. Tais práticas carregam uma sabedoria empírica, constituída por uma análise holística, guiada pelas observações da natureza.

Segundo os dados da pesquisa, nota-se que a percepção da agricultura se modifica ao resgatar o modo de vida agroecológico, pois há uma diversificação no foco dos agroecologistas. Essas mudanças são notórias em diversos momentos. Primeiramente na concepção do uso de agrotóxicos e insumos químicos. Antes de migrar para a agricultura orgânica, algumas entrevistadas desmereciam essas práticas e, com as alterações na maneira de cultivo, esse pensamento se transformou, sendo que atualmente se identificam e valorizam o manejo orgânico, demonstrando admiração por aqueles que migram para a agroecologia, afirmando que: “tinha uma que poxa, se fosse pensa, 20 anos atrás nunca iria dizer que essa pessoa iria ser orgânico né, podia ter essa visão de produção agroecológica, é louvável” (CAPUCHINHA).

Nesse sentido, também vinculam o uso de agrotóxicos a grandes plantações. Relacionam diretamente a questão dos agrotóxicos a problemas de saúde, atribuindo seu uso ao câncer. Para sustentar seus argumentos quanto a não utilização de defensivos químicos, fomentam o uso de controle biológico e de práticas utilizadas pelos seus antepassados, declarando: “Eu planto como meus pais plantavam. Eu coloco cinza do fogão na horta, isso é do tempo dos nossos pais também” (CAMOMILA).

*Isso tá tudo misturado, não são todos mas já há muitos que estão pensando em não usa mais tanto veneno, mas quem planta, ainda usa bastante, mas eu acho que a consciência deles já é um pouquinho diferente, como uns anos atrás, porque eles estão escutando muito do mal que faz. Eu tenho sobrinhos e eles falam ‘como é que nos queremos fazer’? Por que eles plantam muito né, então eles tão consciente, mas mesmo assim utilizam (ROSA).*

*Mas quando vejo assim um que mora um pouquinho mais longe daqui, ele veio aqui no vizinho passar os venenos para secar lá pra baixo onde ele ia plantar, e eu falei isso com ele. Eu disse que ele tinha que pensar bem no*

*que ele tava fazendo, que isso não é necessário, porque como é que a gente pode viver sem utilizar agrotóxico, isso faz mal à saúde, tanto que o nosso vizinho hoje está com câncer né. Só que daí ele disse pra mim que não tinha como fazer sem, aí eu falei pra ele que nós tínhamos o controle biológico (CALÊNDULA).*

Essas percepções se confirmaram nas observações participantes realizadas no campo. Consumidores que foram diagnosticados com câncer e passaram pelo rigoroso tratamento de combate a doença, procuram as entrevistadas para obter alimentos orgânicos. Em conversas informais com esses consumidores, estes mencionaram que, inicialmente, a procura por tais alimentos partiu de indicação médica. Entretanto, deram continuidade a essa escolha, depois de sentirem os benefícios proporcionados por essa opção. Relataram que não se imaginam consumindo outros alimentos e, que os benefícios vão além das questões físicas, pois alcançam melhorias nos aspectos emocional e espiritual, afirmando que o contanto com a natureza, a possibilidade de colher seus alimentos e os vínculos estabelecidos com as agroecologistas e seus familiares, colaboram com a cura da doença e fortificam a mente e o espírito, na trajetória do tratamento. Durante conversas registradas nos diários de campo sobre essas questões, as entrevistadas apontaram:

*Tu precisa pensar nas pessoas que irão comer esse alimento e como isso é importante na vida delas e na saúde delas. Tu viu de manhã que tem gente que vem aqui e já teve câncer, então olha a nossa responsabilidade. Tu sabe que esses moranguinhos não são só pra nós, muitas pessoas vão comer isso, então tu sempre tem que pensar em trabalhar com amor. Na verdade tudo que tu faz tem que ser com amor, o alimento precisa crescer saudável, esse alimento tem que ser muito saudável, porque vai pra mesa de outras pessoas, então tu precisa colocar isso no trabalho (CALÊNDULA; DIÁRIO DE CAMPO 1, 27/06/17).*

*A gente sempre pensa nos outros quando está aqui, a gente se preocupa, porque hoje em dia isso é uma preocupação, a alimentação, e a gente percebe que isso tá mudando, precisa mudar, a gente tem que se alimenta bem, pra evitar doenças (CAPUCHINHA; DIÁRIO DE CAMPO 2, 04/07/17).*

Partindo desse contexto, segundo Assis e Romero (2002), a agricultura orgânica é um meio de proteção dos agricultores e consumidores, prevenindo doenças, já que proíbe o uso de substâncias químicas e promove as sabedorias tradicionais, tendo como base o conjunto de conhecimentos, técnicas e procedimentos que respeitam as pessoas, os recursos e sistemas naturais, produzindo um alimento sadio, evitando devastações ambientais.

Os autores mencionam que a agricultura orientada pela agroecologia se coloca como alternativa aos meios de produção convencional, pois reduz os impactos ambientais através da não utilização de insumos químicos e agrotóxicos, além de representar segurança alimentar já que os produtos estão livres dessas aplicações. Portanto, considera-se que o trabalho agroecológico exige um tratamento equitativo entre todos os seres envolvidos, possibilitando o exercício da cidadania e serve de apoio ao processo de desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL; COSTABBER, 2004; LIMA; CARMO, 2006; ASSIS, 2006; ALMEIDA, 2008; DIAS et. al., 2015).

Com base nessas constatações e, também, de acordo com Morin (2007), Boff (2009), Caporal e Costabber (2002; 2004) notam-se os primeiros indícios do exercício da cidadania ambiental, pois observa-se claramente a presença do seu primeiro pressuposto, tendo em vista as condutas protetivas refletidas na agricultura orgânica e, o reconhecimento do outro, expressado no respeito por todas as formas de vida, desenvolvendo uma relação de alteridade com toda a biodiversidade.

Para o senso comum, a agricultura sob enfoque agroecológico ainda pode ser vista como uma forma de cultivo isenta de insumos químicos e pesticidas, mas na pesquisa observou-se que as entrevistadas, de forma unânime, em suas falas, a definem como um modo de vida, um estilo diferenciado que promove uma relação afetiva com a terra, com os produtos, com as pessoas e com a natureza. Consideram as suas atitudes no trabalho como sendo a maneira correta de produzir alimentos, constituindo um olhar crítico sob a forma convencional de produção, repudiando o uso de pesticidas, expressando sentimentos negativos quanto a isso. As agroecologistas de Forqueta enquadram-se numa forma de vida agroecológica, no entanto, declaram-se, muitas vezes, como agricultoras orgânicas, mencionando “nós do orgânico”, por ser uma expressão melhor compreendida pelo senso comum.

As entrevistadas desenvolveram um termo específico para se auto definir, afirmando que são do “orgânico”. Dessa maneira, mencionam: “Quando os vizinhos passam veneno queima o nariz até os lábios rachar, faz mal e o pessoal não acredita” (CAPUCHINHA). “Quando alguém começa a passar veneno, aquilo parece que magoa. Eu não voltaria mais a tratar um frango, eu nunca mais voltaria a trabalhar para uma firma” (CAMOMILA). “A agroecologia é assim, vamos dizer

cuidados com a vida. E relação também, a gente tem relação com pessoas” (CALÊNDULA). “Só quando os vizinhos passam queima o nariz até os lábios racha, faz mal e o pessoal não acredita” (ROSA). “Eu sou do orgânico, outros não são do orgânico, eu sempre digo, a gente deixa eles de lado, faz a sua parte e a parte deles a gente deixa. Porque eu faço a minha parte certo, se eles estão achando errado, deixa eles. Eu tô tranquila e gosto de fazer” (ORQUÍDEA).

Corroborando com esse viés, Assis (2006), Caporal e Costabber (2002; 2004) sustentam que as perspectivas agroecológicas transformam as múltiplas relações com as pessoas e o ambiente, otimizando o equilíbrio do agrossistema, bem como enfatizando a sabedoria, a análise e a interpretação das complexas relações existentes entre os seres humanos, os cultivos, o solo, a água e os animais. Logo, as práticas ambientais e os relacionamentos sociais servirão de base para o alcance da sustentabilidade.

No que tange à visão do trabalho, todas as entrevistadas tiveram contato com a agricultura em algum momento de suas vidas pregressas, tanto com a orgânica como com a convencional. Inicialmente na casa dos pais e, ao longo dos anos, em suas propriedades ou de terceiros. Somente uma das entrevistadas nunca realizou atividade distinta da agricultura, as demais tiveram outras experiências de trabalho, tais como: indústria calçadista, setor aviário e doméstico. Sob a ótica agroecológica, todas as entrevistadas apresentaram alterações comportamentais na maneira de enxergar o trabalho agrícola e os produtos, entendendo o valor comercial que os produtos oriundos deste processo possuem, eis que antes da produção orgânica, o plantio de hortaliças era desvalorizado no meio rural para fins de obtenção de lucro. Nesse sentido, a Capuchinha relatou:

*Eu não era contra, mas eu pensava assim que isso não dá dinheiro, sabe como o brasileiro é né, orgulhoso. Nós fomos criados assim, mas depois isso morreu para nós, nos tinha nossa horta, não passava veneno nada na horta, mas era tudo tradicional, eu nunca acreditei um dia vender um pé de alface e como isso é uma coisa boa, meu Deus (CAPUCHINHA).*

No passado as hortaliças possuíam valor alimentar perante a família, ou seja, cultivavam-se hortas, somente para consumo próprio. A possibilidade de comercialização era desconhecida ou nem mesmo era cogitada. Mesmo antes de adentrar na forma de produção agroecológica, as entrevistadas mencionaram que

nos produtos cultivados para o sustento familiar não se fazia uso de pesticidas, relatando a preocupação com a alimentação de seus entes, utilizando insumos químicos somente nas grandes plantações, como milho, soja, trigo, fumo. Percebe-se assim que nesse período, mesmo sem ter a verdadeira noção dos riscos apresentados pelo uso de agrotóxicos, as entrevistadas já tinham receio quanto ao contato direto dos pesticidas nos alimentos. Conforme as entrevistadas: “Nós tínhamos sempre horta, mas veneno não. Nesse tempo todo, nós viemos morar pra cá em 1988 e nós nunca usamos veneno aqui, nunca” (CALÊNDULA).

*Mas em todos os lugares que a gente morou fora eu tinha a minha horta nos fundos, mesmo pequeninha, mas a gente sempre tinha as hortalças pra comer. A gente tinha mais essa preocupação com o alimento, a preocupação é o que tu da primeiro pra tua família, claro depois ficou diferente de novo na caminhada né (CAPUCHINHA).*

Antes de compreender os conceitos agroecológicos, havia uma desvalorização do agricultor e do trabalho no campo, inclusive pela própria categoria ser considerado uma atividade “inferior”, inviável, sendo um trabalho exercido por aqueles que possuíam baixa escolaridade. As entrevistadas Calêndula e Capuchinha mencionaram:

*Ai a gente também ficou pensando as vezes poxa... tu vê comecei a fazer faculdade de educação física, parei, e aí o pessoal dizia ‘poxa tu começou a fazer isso pra planta repolho’, tu começa a te questionar: pra planta repolho tu tem que ficar sem escolaridade? Ou ser burro? (CAPUCHINHA).  
Fomos plantadores de fumo e nessa época era usado veneno, o trabalho lá na agricultura não tinha o valor sabe, não era viável. A gente trabalhava na agricultura, mas não era como hoje que a gente puxa a frente, a gente fazia algumas coisas, mas era muito simples (CALÊNDULA).*

Ao compreender os conceitos de agroecologia esse olhar foi modificado, ultrapassando possíveis preconceitos estabelecidos pela monocultura. A partir da análise dos relatos, compreende-se que no momento que se inicia a horticultura e que se comprova sua aceitação no mercado, esses produtos e o trabalho passam a ser valorizados pelas agricultoras orgânicas e seus familiares mais próximos, bem como pela comunidade consumidora, que as incentiva a permanecer no modo de vida agroecológico, fomentando sentimentos positivos, transmitindo orgulho pelo trabalho que realizam. Além disso, sentem-se valorizadas pelas equipes que as apoiam, demonstrando a consideração pelos coparticipantes desse processo. Nesse sentido, Capuchinha e Camomila falam:



*Então também essa valorização, hoje a gente tá tendo essa valorização, até por todos os técnicos, da Emater. A Emater valoriza muito a gente, não só a gente, mas o colono como um todo, porque isso também era uma coisa meio cultural, ah na cidade o pessoal é sábio, o resto não, os burros ficam pra trás. Essa mudança de pensamento também, a gente tá começando a transforma um pouco (CAPUCHINHA).*

*Meu Deus, quando eu vendi eu decidi plantar mais cenoura e plantar de tudo um pouco, quando eu consegui encher a porta mala do carro, eu disse para minha filha 'tira uma foto disso aqui', ela ficou muito orgulhosa. As vezes ela diz 'mãe, né que ajudou eu falar?' Ela me trazia 10 tipos de feijão, aí eu dizia 'como é que tu vai plantar?' E ela 'mãe, só me ajuda'. A gente não valorizava os pequenos, a gente plantava batata, aipim, feijão de tudo, mas a gente isolava um pedaço, que nem eu faço hoje, para plantar as nossas coisas. Agora a gente vai dormi com aquela tranquilidade de que não tá comendo nada com veneno (CAMOMILA).*

Essa valorização também é demonstrada nos pensamentos e sentimentos que permeiam a relação com a agricultura orgânica, pois quando questionadas sobre o que pensam a respeito dessa atividade, seus semblantes mostravam satisfação, sorriam e riam ao declarar que é “toda uma satisfação”, do bem-estar delas bem como daqueles que as valorizam, além de ser um retorno que elas podem oferecer para toda comunidade. Mencionaram que é “muito bom” produzir orgânicos, afirmando ser sua alegria. Ainda, expressaram: “eu enxergo só coisa boa e tomara que fique assim” (ORQUÍDEA); “eu tô enxergando isso como um futuro, ainda mais agora que tudo que tá acontecendo nessa mistura de transgenia, cada vez tem que ser mais forte, porque acaba não satisfazendo, esse ano pro ano que vem, tem que ser assim” (CAPUCHINHA).

A partir dessas observações, torna-se relevante apresentar documentos infográficos, pois estes ilustram os fatos registrados nos diários de campo. A seguir uma imagem representando a organização da horta a partir da retomada de práticas antepassadas, demonstrando a valorização desses conhecimentos, reafirmando suas condutas perante o trabalho e ressaltando o reconhecimento dos saberes tradicionais.

Figura 1: Organização da horta a partir da retomada de práticas antepassadas.



Fonte: A autora.

As observações registradas nos diários de campo ratificaram essas explicitações, pois durante o manejo com as hortaliças as agroecologistas deixaram transparecer falas e sentimentos positivos referentes as suas atividades: “Ana aproveita esse momento para pensar na vida, no que tu quer pra tua vida, e depois aproveita para limpar a cabeça” (CALÊNDULA).

*Isso que estamos fazendo é uma terapia sabia? Esse trabalho te estrutura emocionalmente, te deixa tranquilo, feliz. Exercita a paciência, é toda uma construção. Não é imediato, não te dá resultados imediatos, é com o tempo, tudo no seu tempo. Aqui não existe nada imediato. Quando tu vê o resultado (suspirou) isso não tem preço! (CAPUCHINHA)*

*Aqui tudo vai acontecendo, é assim, não tem uma rotina certa, não é como numa fábrica, todo dia igual, aqui cada dia é diferente, é melhor, tu vai aprendendo. Esse trabalho te estrutura emocionalmente, te fortalece (ROSA), (DIÁRIO DE CAMPO 1, 27/06/17; DIÁRIO DE CAMPO 2, 04/07/17; DIÁRIO DE CAMPO 3, 27/07/17).*

Tais sentimentos expressados pelas agroecologistas também foram experimentados pela pesquisadora, bem como pela professora orientadora desta pesquisa, eis que de fato há toda uma satisfação no trabalho realizado, ou seja, tais constatações revelam que as atividades na agroecologia podem ser consideradas horto terapia. Em seguida, as imagens dos trabalhos realizados nas observações participantes.

Figura 2: Um dos trabalhos realizados durante as observações participantes.



Fonte: A autora.

Ainda, referindo-se sobre essa questão, segue imagens da professora orientadora auxiliando na colheita de hortaliças.

Figura 3: Auxílio na colheita de hortaliças.



Fonte: A autora.



Tangenciando essas falas, evidenciou-se que todas as entrevistadas ressignificaram a agricultura a partir da ótica agroecológica, demonstrando ter passado por transformações de pensamentos e condutas. O que antes era desvalorizado, após a retomada dos conceitos e práticas fundamentados pela agroecologia, passou a ter valor em diversos aspectos, pois tais modificações permeiam todas as relações socioambientais, desenvolvendo novas representações para essas mulheres, constituindo atitudes altruístas em relação ao trabalho, as pessoas e ao ambiente. Relembrando as ideias dos autores, a cidadania ambiental exige uma mudança de postura dos cidadãos, tornando fundamental a reconstrução da relação sociedade-natureza, propagando a noção de que ambas são complementares, pois entendem que esta forma de cidadania é um movimento de reflexão do indivíduo sobre si mesmo, transcendendo sua forma tradicional de ser e abrigo as questões ambientais, pois o cidadão ambiental fundamenta-se pela solidariedade e participação responsável na proteção socioambiental (LEITE; AYALA, 2004; TURATTI, 2010).

Eis uma imagem das agroecologistas narrando suas histórias de vidas, bem como ressaltando o protagonismo feminino na luta pela consolidação da agroecologia.

Figura 4: Agroecologistas relatando suas histórias e sobre o protagonismo feminino.



Fonte: A autora.

Nesse sentido, sentindo-se valorizadas e unidas pela força de vontade que possuem, as agroecologistas encontram motivação para continuar seu trabalho, percebendo muitas vantagens e enfrentando juntas os desafios que surgem no cotidiano. Quando conversado sobre esse tema, as entrevistadas citaram algumas desvantagens não na agroecologia, mas no trabalho em si, como a falta de mão-de-obra na agricultura, o desinteresse dos jovens em permanecer no meio rural, o preconceito que ainda existe por parte de algumas pessoas da comunidade e dos agricultores que cultivam de forma convencional, eis que estes ainda encaram o trabalho das agroecologistas como algo banal (referindo que estas de fato não estariam trabalhando), bem como conciliar a quantidade de compromissos fora da propriedade com as atividades diretamente relacionadas ao campo.

Estas questões foram reiteradas quando das observações participantes, pois, as entrevistadas manifestaram durante o trabalho no campo preocupações relativas à falta de interesse dos jovens pelo meio rural, as dificuldades encontradas na ausência de mão-de-obra e os anseios referentes ao futuro das atividades agrícolas:

*O jovem não pode ir embora e largar tudo no interior. Ele pode estudar, mas deveria voltar e fazer diferente, praticar o que aprendeu aqui. Um dia eu não vou mais poder fazer esse serviço. Eu tenho medo de como vai ser no futuro... eu me preocupo com isso (DIÁRIO DE CAMPO 1, 27/06/17).*

*Tu tá realmente me ajudando, o dia inteiro, sinto falta de mais ajuda na roça, está muito difícil de conseguir gente para trabalhar, o pessoal não quer, isso me preocupa, porque não sei como vai ser no futuro (DIÁRIO DE CAMPO 2, 04/07/17).*

*Hoje ele não vai me ajudar porque tu tá me ajudando, mas sempre me ajuda, hoje tu tá fazendo o serviço dele, e não é pouco, pra mim isso é muito, tudo que eu consigo ver de bom na horta é muito.*

*Baita ajuda que tu me deu hoje, se tu não estivesse aqui, eu faria tudo isso sozinha hoje, valeu o dia (DIÁRIO DE CAMPO 3, 27/07/17).*

Existe o entendimento de todas as entrevistadas de que é necessário focar na persistência, pois uma produção orgânica carece de paciência e perseverança, eis que podem surgir problemas no caminho, que, conforme elas, devem ser superados de maneira lenta e gradual, como pragas, alterações climáticas ou a não germinação de sementes. A descoberta de novas técnicas e soluções para ultrapassar os empecilhos, também se coloca como um desafio e, sob esse viés, é no trabalho em grupo que as entrevistadas encontram forças para continuar unidas e apoiando-se mutuamente. Eis as declarações que ilustram esse entendimento:

*O que a gente foca, eu vejo que é a questão da persistência, porque nem todo dia é bonito, as vezes te dá uns problemas no meio, que nem agora é época da lagarta, e formiga também, mas as vezes tu tem que saber que tu está dentro do sistema, então a gente também questiona muito isso. Que tem os problemas tem, também quem não tem né (CAPUCHINHA).*

*Agora tu é reconhecido, uns anos atrás tu sempre lutava pra ser reconhecido pelo que tu faz, não acreditaram, mas agora é muito bom, porque eles te reconhecem, o trabalho que tu faz, e é muito bom. Agora já mudou, agora o próprio pessoal aqui de Forqueta procura os produtos orgânicos. As vezes eles falam “tu não trabalha, eu tenho que tá lá”, mas eu não trabalho né, quase nada (risos) (ROSA).*

*A desvantagem não seria na agroecologia, porque eu acho que na agroecologia não teria, o que eu vejo é que nós temos muitos compromissos fora (CALÊNDULA).*

*Muito melhor o orgânico, eu prefiro arrancar, capinar ou deixar crescer, eu acho melhor assim agora (ORQUÍDEA).*

*Como eu falei, isso custou entrar na cabeça, a dificuldade era os pensamentos que não podia dar certo, que a gente não podia usar adubo, ureia (CAMOMILA).*

No que tange às vantagens percebidas no modo de vida agroecológico, relataram que sua motivação se encontra na natureza, pois esta mostra como o trabalho pode dar certo. No momento que semeiam e aguardam o resultado, mencionaram que a natureza se manifesta, quando a planta se desenvolve, cresce e prospera, desse modo, confirmando suas expectativas, “ah eu quero planta aquela semente, quero vê como ela fica, parece que tu enxerga, ah tá dando certo, tudo isso te motiva a fazer, assim, aquela coisa de cresce, de prospera, e como a natureza consegue te mostra as coisas”. “O que é agroecologia? É a ciência do descobrir, como tu lida com a planta e como ela te responde”. “As vezes tu descobriu alguma coisa, ah já me valeu o dia, já me valeu a semana, nessa divulgação e em tudo. Que nem essa questão agora do bioma, da campanha, poxa que coisa boa né, a gente pode divulgar”. Disseram que o contato com a vida e com os seres humanos é uma grande motivação, pois criaram vínculos afetivos com todos os envolvidos, desde os apoiadores até os consumidores, afirmando que atualmente não conseguiriam mais se afastar das pessoas, que a “agroecologia é saber lidar com pessoas e o cuidado com o meio ambiente” (CAPUCHINHA; ROSA; CALÊNDULA; ORQUÍDEA; CAMOMILA).

Reforçando essas ideias, nas observações de campo, notou-se que as agroecologistas mencionaram em diversos momentos o que lhes motiva a permanecer no modo de vida agroecológico, referindo “tu viu que a agroecologia é isso tudo? É tudo! É vida! As pessoas, as plantas, os animais, tudo é agroecologia. Hoje não posso mais ficar presa em quatro paredes, eu preciso disso pra viver, eu

preciso dessas relações, dessa liberdade”; “a gente se sente muito bem com esse trabalho, com as pessoas que conhecemos no decorrer desses anos. Hoje somos muito valorizados, pelas pessoas que consomem os alimentos, pelos vizinhos, familiares, por nós mesmos e por vocês que estão pesquisando” (DIÁRIO DE CAMPO, 27/06/17; DIÁRIO DE CAMPO, 04/07/17).

Durante as observações mencionadas, registrou-se por meio de fotografia o que a agricultora considera ser sua fonte de inspiração para continuar perpetuando as atividades na agroecologia. Na continuidade segue imagem ilustrativa.

Figura 5: Agroecologista mostrando suas motivações para permanecer neste modo de vida.



Fonte: A autora.

Sentem-se importantes e valorizadas quando transmitem seus conhecimentos para seus familiares e amigos mais próximos e, para as demais pessoas, nos momentos em que recebem visitas para troca de saberes ou, quando ajudam alguém a aderir ao modo de vida agroecológico. Também fomentam seus saberes na comunidade de Forqueta, para todos os moradores, nos encontros comunitários, falando sobre alimentação saudável e ervas medicinais. Além disso, há as trocas realizadas na feira orgânica semanal do município e em todas as oportunidades que possibilitam diálogos sobre essa temática.

Outra vantagem relatada diz respeito à segurança alimentar, pois estas consideram suas atividades relevantes para obter uma alimentação de qualidade, que contribua com a saúde de todos. Existe uma preocupação na possibilidade de faltar alimentos para a população, Orquídea enfatizou: “pra ter alimento para todo mundo, porque um dia vai faltar. Eu penso em todos, não pode pensar só em si, tem que pensar em todos”. Entre as demais preocupações manifestadas pelas entrevistadas também perpassam as questões relativas à educação ambiental, demonstrando rancor por aqueles que prejudicam o ambiente, principalmente, por meio dos agrotóxicos.

Segundo as entrevistadas, nota-se as expressões que compõem esses pensamentos referentes a educação ambiental: “É todo esse caso que a gente tem que cuidar da natureza e até o próprio lixo, tu sempre procura recolher aquilo que não apodrece e deixa assim o ambiente mais saudável” (ROSA). “Deixar criar a natureza e, não destruir” (ORQUÍDEA). “A primeira coisa que vem é por causa do veneno, que me dói, que me machuca muito, porque pensa, tem açude, tem arroio e tem bicho que depende disso, como é que pode ser bom” (CAMOMILA).

*Acho que isso ainda tá muito longe, pensa em educação ambiental, ah pessoal aplicou veneno, ah vamos limpa as embalagens pra devolve lá e acham que isso é educação ambiental, isso tá muito longe, tem que questiona, mas aquele produto que tava ali dentro foi pra onde? Por que a empresa quer limpo ali? Não quer se compromete (CAPUCHINHA).  
Se nós não proteger o ambiente nós não vamos ter futuro, se nós não preservar a mata, a água, a terra sabe. Não sei se tu sabe disso, mas aqueles que estão usando agrotóxico, cada vez eles precisam usar uma carga maior e vão prejudicado mais e mais o solo (CALÊNDULA).*

Certamente o maior benefício deste modo de cultivo, percebido e afirmado pelas entrevistadas, se encontra no amor e orgulho que sentem pelo trabalho. Segundo expressado por elas: “Olha é um orgulho, é um orgulho tu fazer isso, agora tu é reconhecido, uns anos atrás tu sempre lutava pra ser reconhecido aquilo que tu faz, não acreditaram, mas agora é muito bom, porque eles te reconhecem, o trabalho que tu faz, e é muito bom”. “A minha vontade de mexer com a terra, pegar uma enxada e plantar, eu amo o que eu faço”. “E também dizer como é que tu faz as coisas, acho que é importante também, é uma satisfação de novo” (CAPUCHINHA; ROSA; CALÊNDULA).



Nas observações *in loco*, pôde-se confirmar essas representações de satisfação que sentem em relação as atividades exercidas. Além disso, notou-se que as agroecologistas sentem uma valorização de gênero, considerando que o trabalho na agroecologia gera prestígio e o enaltecimento à profissão. Também ficou demonstrado que essa forma de trabalho empodera essas mulheres. Segundo os diários de campo: “Como mulher eu também me sinto valorizada, e é o trabalho que me deixa assim” (CALÊNDULA; DIÁRIO DE CAMPO, 27/06/17).

*Eu me sinto valorizada como mulher, na profissão também. Hoje eu sei exatamente o que é ser importante na vida, na sociedade, um dia tu vai saber o que tô te falando, o dia que tu entender que tu é importante. Me sinto ótima em saber que posso fazer tudo que um homem faz, e ainda posso fazer mais. É ótimo tu ver isso, que a gente pode fazer tudo. E o grupo também é importante pra isso, um ajuda o outro. Eu me sinto muito feliz! (CAPUCHINHA; DIÁRIO DE CAMPO, 04/07/17).*

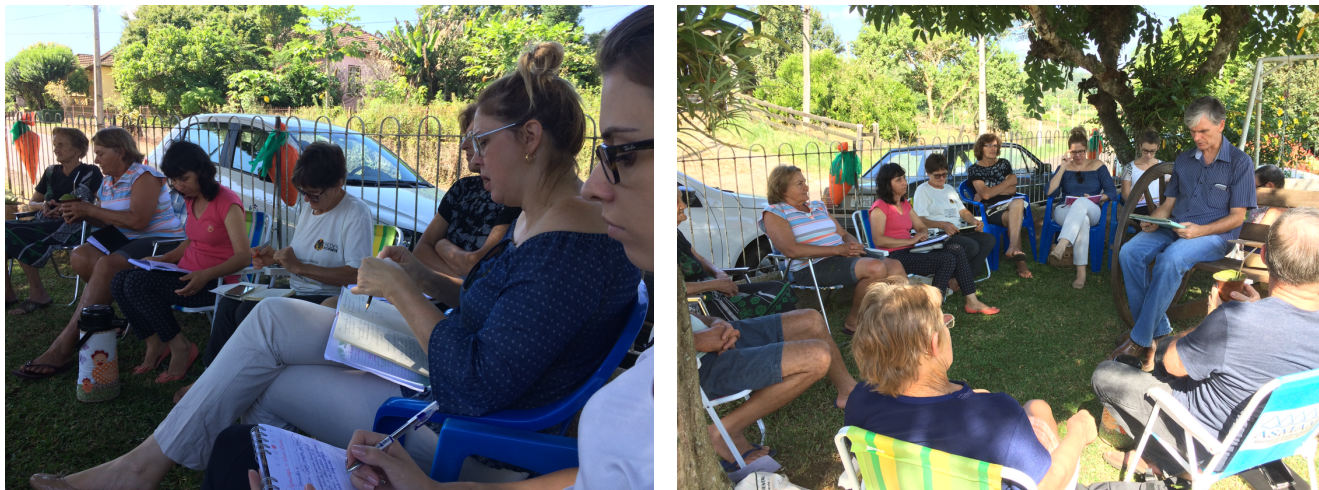
*Olha tudo que eu faço, claro que só faço o que consigo, mas não tenho ajuda em casa, meu marido não gosta, então faço tudo. E tô conseguindo, me sinto muito bem, me sinto muito valorizada! Olha só, eu vou sempre pra lá e pra cá, tô sempre correndo e tá dando tudo certo. Eu me sinto supervalorizada, eu adoro, me sinto muito bem! (ROSA; DIÁRIO DE CAMPO, 18/07/17).*

*Eu só sou feliz se posso ir na roça, se posso cuidar das minhas verduras. Eu converso com elas todas as manhãs, por isso que tá tudo tão bonito! Eu amo meu trabalho! Se tu não gosta do que faz, não vai dar certo, aí é melhor fazer outra coisa, pra mim não existe outra coisa melhor do que ir na horta (ORQUÍDEA; DIÁRIO DE CAMPO, 27/07/17).*

Além dessa satisfação, também compreendem que estão retomando e dando continuidade às práticas exercidas pelos seus antepassados, mostrando sentimentos positivos e nostálgicos quanto a isso, incentivando conversas com os familiares idosos, a fim de recuperar seus saberes locais, situação que também foi referida como motivação e realização profissionais. Todas as entrevistadas também relataram que, frequentemente, estão à procura de novos conhecimentos técnicos, valorizando a participação em reuniões, eventos, cursos de capacitação e fóruns de discussão. Consideram relevantes essas condutas, principalmente no que tange à organização e manutenção do trabalho no campo, visualizando novos saberes, tanto no cultivo como na lida com as dificuldades. Comentaram da importância em participar de discussões públicas, como sessões que tratam de interesses coletivos do município, audiências públicas e reuniões da comunidade de Forqueta. Também, todas manifestaram interesse em serem ouvidas na elaboração de políticas públicas, ressaltando que jamais tiveram essa oportunidade, e que se houver, participarão assiduamente.

A seguir, imagens relativas as reuniões mensais do grupo de Agroecologistas de Forqueta, bem como das reuniões da Articulação dos Agroecologistas do Vale do Taquari - AAVT, momentos que oportunizam trocas de saberes, apoio técnico e auxílio na organização e manutenção do trabalho no campo.

Figura 6: Reuniões do grupo de agroecologistas.



Fonte: A autora.

Figura 7: Reuniões da AAVT.



Fonte: A autora.

Partindo desse contexto, as falas apresentadas pelas entrevistadas corroboram com os entendimentos de Lapierre (2003), pois o autor defende que o cidadão precisa ser participativo, não se sujeitando a permanecer como mero beneficiário do Estado. Para tanto, considera que fóruns de discussão regionais e

municipais possibilitam a expansão e consolidação da participação, condutas fundamentais para a propagação da cidadania.

Ainda, nesse enquadramento, os autores argumentam que a relação entre o cidadão e o Estado é o que define a cidadania, pois essa não sobrevive sem este vínculo. Atualmente, o Estado, sozinho, não possui mais condições de atender as demandas sociais, já que estas aumentam significativamente, todos os dias. Porém, isto não quer dizer que o Estado perdeu sua relevância no que se refere a sua função, pelo contrário, há uma necessidade dele se fazer cada vez mais presente, propondo condições mínimas de existência. Não obstante, diante dessa realidade, o Estado juntamente com os cidadãos, necessitam unir forças, para juntos, chamarem a cidadania (TURATTI, 2010; REIS; COSTA, 2010).

Tangenciando a conjuntura apresentada no campo cultural afetivo, percebe-se que as representações da agricultura agroecológica sob a ótica das entrevistadas reverberam considerações trazidas pelos autores referidos neste trabalho, que dialogam com os dados coletados, permitindo o cruzamento das informações e, verificando indícios do exercício da cidadania ambiental.

Analisando esta dimensão, tem-se a compreensão dos ensinamentos trazidos por Brandão (2000), quando o autor menciona que o importante não é o que cada ser da natureza representa em si mesmo, mas a forma de como ele varia, de como a terra, as plantas, os animais se relacionam. Este conhecimento que os agricultores possuem e utilizam tem grande significado. Os sinais do tempo, as variações climáticas, estão associadas as alterações vegetais e, esses pequenos conjuntos de indicadores são observáveis não somente nas mudanças do todo, mas em detalhes particulares de algumas espécies vegetais e animais, demonstrando as sutis mudanças no ambiente, percebidas e sentidas com tanta atenção por essas pessoas. Essas percepções emergiram quando da análise de conteúdo das entrevistas e foram reforçadas por meio dos registros realizados nos diários de campo, durante as observações participantes.

Desse modo, as representações contidas na dimensão cultural afetivo demonstram uma aproximação das ideias trazidas pelos autores, haja vista a presença de características centrais da cidadania ambiental, quais sejam: alteridade e ética ambiental. Partindo dessas concepções, pôde-se notar que a relação

estabelecida entre os produtores e as práticas exercidas no campo é o assunto mais importante entre os adultos, responsáveis domésticos pelo trabalho produtivo da família sitiante. Os sinais do tempo e sua variação, a leitura de mudanças de frações na natureza, fazem parte da conversa desse povo, em todas os momentos. Nesse sentido, ocorre uma “humanização da natureza”, o homem deve saber que a terra precisa ser bem tratada, para que resulte em uma reciprocidade positiva, ou seja, possuem uma concepção “etno-ecológica holista”. O sítio não é concebido como uma extensão uniforme e sim, organizado pelo trabalho em espaços distintos, onde a diversidade e a disponibilidade de solos, constituem fatores importantes (BRANDÃO, 2000; WOORTMANN, 2009).

Os dados contemplados até o momento, revelam o cuidado do agricultor no campo, criando condições favoráveis para o crescimento das plantas cultivadas. No processo, percebe-se uma convivência harmoniosa entre as pessoas e o ambiente baseada no respeito às características ecossistêmicas do local. Observa-se ainda a simetria que aproxima os seres humanos dos animais, plantas, solo, água, ventos, clima, enfim, de todo ecossistema. Portanto, os conteúdos das falas analisadas, demonstram que existe um enlace afetivo entre produtor e a terra que se apresenta no desejo de tornar “culturalmente” culto o inculto. O respeito pela natureza e o sentimento de amor pela terra e pelo que é produzido, expressam e fundamentam as atitudes que os agricultores orgânicos têm perante a vida e o meio ambiente. Isso é a tradução do “prazer fecundante”, ou seja, o respeito estabelecido pela natureza torna-se a premissa que fundamenta as condutas desses agroecologistas perante a vida (BRANDÃO, 2000; INGOLD, 2001).

#### **b) Dimensão econômica:**

Na análise das relações entre o produto e seu destino, fez emergir quando das falas das entrevistadas, que a percepção sobre a agricultura mudou no momento em que estas ingressaram na agroecologia, principalmente no que tange a relevância e valorização dos produtos, os quais, segundo elas, eram considerados sem valor comercial. No passado havia uma desvalorização mercantil e cultural daqueles que plantavam somente hortaliças e frutas, pois os produtores que não cultivavam grandes plantações eram discriminados pelos demais, taxados como

peessoas que não queriam trabalhar. Uma entrevistada referiu: “A questão das hortaliças, isso era uma questão que 30 anos atrás não existia essa produção de hortaliça. Vender frutas, isso era uma coisa mais cultural, era coisa de quem não queria trabalhar, tinha que produzir mais cereais, milho, soja, fumo” (CAPUCHINHA).

Nesse contexto, também havia um preconceito declarado pelos produtores convencionais referente a não utilização de pesticidas. A descrença em relação aos produtos orgânicos era manifestada abertamente, pois a falta de conhecimento dessas práticas conduzia os agricultores a justificarem, de alguma forma, sua permanência na agricultura convencional. Segundo Rosa: “Eles falaram, olha se isso era uma coisa bonita? Eles falaram “que nada, isso não é nada bonito”. É que orgânico, isso não fica tão bonito, como é que eles têm isso né. Às vezes não era mesmo tão bonito como os outros, mas tu conseguiu produzir”.

Essas percepções do passado também foram expressadas nas observações de campo, quando, ao longo de uma conversa, uma das agroecologistas mostrou a propriedade e relatou como era a agricultura antigamente. Nessa oportunidade, mencionou que naquela época tudo era mais difícil e que, não imaginava que um dia seria tão valorizada cultivando hortaliças. Disse que primeiro as pessoas não acreditavam nessa prática e, riam quando ela falava que iria plantar verduras para vender. Relatou: “agora eles vêm lá em casa pra comprar, primeiro riram, agora eles vêm” (ROSA; DIÁRIO DE CAMPO, 18/07/17).

Relembrando os autores estudados, estes afirmam que a partir dos anos 80 surgem os primeiros enfoques na agricultura sob a perspectiva ecológica, despertando o interesse pela fundamentação científica para impulsionar novos modelos de agricultura, baseados na agroecologia. Somente após o estabelecimento de determinadas crises sanitárias relacionadas a vírus e bactérias que infectaram animais, também na década de 1980, que surgiu na Europa o resgate das discussões envolvendo a agroecologia e a agricultura orgânica (LIMA; CARMO, 2006; ALMEIDA, 2008; DIAS, et al, 2015).

Este histórico contribui para compreensão das limitações e dificuldades mencionadas pelas entrevistadas quando do início das suas atividades na agroecologia, eis que o grupo iniciou essa jornada há dezoito anos. Nota-se, assim, que de fato o movimento agroecológico se coloca como um processo lento, tanto

globalmente quanto localmente, apesar de potente. Além disso, segundo Lopes (2006), partindo de um contexto de governo que apoia e valoriza o agronegócio, existe uma inquietação das forças ambientalistas relativa aos paradoxos do crescimento dos grandes empreendimentos unilateralmente produtivistas (agronegócios e os setores industriais social e ambientalmente predatórios).

Entende-se assim, que independentemente do movimento se colocar como um processo lento, sob uma perspectiva otimista, o processo de gênese e consolidação da matéria ambiental, está se manifestando através de conflitos, contradições, limitações, assim como por reações, recuperações e restaurações, no sentido de transformar pensamentos e atitudes, revelando e expressando a preocupação com o ambiente (LOPES, 2006).

Ainda, tratando-se relevância dos produtos cultivados, após a inserção no modo de vida agroecológico houve uma diversificação de culturas, o que antes não era realizado. Em meio a isso, com as alterações advindas do viés orgânico, a entrevistada Calêndula declarou que, inicialmente, ocorreram conflitos motivados por essa necessária diversidade do cultivo, mensurando que não sabiam o que plantar, visualizando dificuldades na organização da lavoura, sendo preciso intervenção dos técnicos da Emater para resolução dessa questão. Também, foi relatado que nos primeiros anos, a procura por alimentos orgânicos era relativamente inferior, o que gerou mais esforços das agroecologistas para fomentar essa ideia na região. Já hoje é possível verificar até mesmo uma certa classificação dos produtos, utilizando o critério de “quem” os consome, havendo produtos cultivados prioritariamente para os humanos e outros para os animais. De acordo com as entrevistadas: “A gente que é bem diversificado, nós dentro da agroecologia” (CAPUCHINHA). “Os milhoes que eu planto são pros bichos, para fazer silagem. A horta é para família e venda” (ORQUÍDEA).

*Assim, no começo o grupo produzia muito pouco porque não tinha essa procura que nem hoje, e eles não tinham também tanta variedade. Nós entramos no grupo, que nem moranguinho, foi uma iniciativa nossa de produzir. Eu me lembro que tinha uns atritos por causa das variedades, não podia plantar os mesmos, foi meio que determinado para não dar atrito (CALÊNDULA).*

No que tange à comercialização dos produtos, verificou-se que, com o passar dos anos, as entrevistadas conquistaram seu espaço no mercado. A

comercialização dos produtos se estabilizou, havendo uma contínua procura por esses alimentos. Conforme elas, as vendas só não crescem por falta de produtos e, também por falta de mão-de-obra. As entrevistadas Rosa e Calêncula afirmaram: “É uma pena, as vezes eu penso, a gente poderia produzir cada vez mais e mais, mas eu não consigo mais”. “Como hoje tem bastante mercado né, a gente podia vender mais se tivesse mais produto”.

Atualmente, todas as agroecologistas mantêm a comercialização dos produtos em suas propriedades, sendo muito procuradas tanto por consumidores regulares, quanto por pessoas que estão descobrindo a alimentação orgânica. Os produtos também se destinam à feira de orgânicos organizada pela Prefeitura; à merenda escolar, adquirida com base em um programa governamental (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA); e ao abastecimento do mercado local. Além disso, as entrevistadas se empenham na divulgação do seu trabalho, mediante: o uso das redes sociais digitais; a participação das reuniões da comunidade; a participação na Articulação dos Agroecologistas do Vale do Taquari e juntos os técnicos da Emater; a rede de certificação participativa Ecovida; bem como, junto a todos os consumidores que as conhecem, confiam nas suas atividades e propagam esse trabalho.

Nesse viés, desenvolveu-se uma rede de pessoas que auxiliam na promoção dos produtos, além dos vínculos que se estendem, motivados pelas ações da agroecologia. As aproximações que se criam entre as agroecologistas e os consumidores se expandem além da relação de consumo, sendo que, por muitas vezes, agricultores e consumidores tornam-se amigos. O mesmo ocorre com os vínculos desenvolvidos entre as entrevistadas e seus familiares, no grupo de agroecologistas de Forqueta. A união dessas mulheres em razão dos objetivos em comum, as trouxeram para mais perto umas das outras, fortalecendo-as e, conseqüentemente, estabelecendo grandes amizades.

*São coisas devagar, então mostra o que é viável, não se iludi também, e não trabalha sozinho, porque na questão da comercialização também é importante te essa parte de grupo até porque aí tu tem uma força a mais né (CAPUCHINHA).*

*O agrônomo da Emater disse uma vez, um galinheiro ou chiqueiro de porco, as pessoas vêm comprar, isso é certo, mas agora que nem nós, se nós não sair e oferecer o nosso produto, eles não vêm, não ficam sabendo (ROSA).*

*O público que vem aqui, vem focado na horta, no vegetal. Eles vêm porque sabem o que estão procurando aqui. Isso cria uma rede entre nós, isso*



*circula muito, uma rede que cria e leva a mensagem e isso não tem mais volta, se nós resolvéssemos parar, não ter mais o Colhe e Pague, nós não iríamos mais ter valor perante a sociedade, porque as pessoas querem muito isso aqui (CALÊNDULA).*

*Os que compram aqui, ligam ou se não, vem até aqui, aí a gente vai colher, tem uns que vão junto outros não, um comunica o outro, e sempre vem gente nova. Isso deixa a gente feliz e animado. Pra mim é muito tranquilo receber e vender, só que eu digo que eles tem que ter calma, porque tem que colher, limpar, lavar... mas funciona (ORQUÍDEA).*

As informações contidas nos diários de campo reforçam essas ideias. Durante as observações participantes, as agroecologistas deixaram claras suas percepções em relação ao grupo e aos consumidores. Por diversos momentos, comentaram em conversas, sobre as amizades realizadas ao longo desses anos com os consumidores, ratificando o elo que se cria com essas pessoas, bem como a ajuda ofertada pelos clientes na divulgação do trabalho. Também, pôde-se observar conversas entre os consumidores e as agroecologistas, ocasiões em que as impressões construídas foram ratificadas. Nessas oportunidades, notou-se que as pessoas se identificam com as propriedades, criam afinidades e vínculos, tanto com o ambiente, como com as entrevistadas Capuchinha; Rosa; Calêndula; Orquídea e suas famílias. Relatam assuntos das suas vidas, desabafam, e do mesmo modo, expressam felicidade. São sentimentos que parecem aflorar quando estão em contato com a terra, com animais e com as pessoas. Essas constatações levam a crer que mexer no solo e colher seus próprios alimentos são atitudes que aproximam essas pessoas e geram uma sensação de bem-estar (DIÁRIO DE CAMPO, 27/06/17; DIÁRIO DE CAMPO, 04/07/17; DIÁRIO DE CAMPO, 18/07/17; DIÁRIO DE CAMPO, 27/07/17).

Na sequência, seguem imagens demonstrando os outros trabalhos realizados durante as observações participantes. As ilustrações indicam o auxílio nos atendimentos aos consumidores e nas demais tarefas realizadas neste período. Interessante salientar que as observações participantes oportunizaram a pesquisadora o primeiro contato físico com esta modalidade de trabalho, eis que sua vivência é urbana, sendo que a mestranda nunca havia realizado atividades no meio rural.



Figura 8: Auxílio nos atendimentos aos consumidores e nas demais tarefas.



Fonte: A autora.

Tais observações denotam a união que o grupo possui perante todas as questões provenientes da agroecologia, bem como, da vida pessoal dessas famílias. Nos diários de campo registrou-se que as agroecologistas mencionaram por inúmeras vezes a importância de trabalhar em grupo, dos encontros, das capacitações, das trocas de experiências e dos relatos de outros produtores orgânicos. Afirmaram a relevância dessas vivências, a importância da comunidade e do espírito de trabalhar com pessoas. Nesses instantes, afirmaram ainda que o grupo da agroecologia possui um grande valor nas suas vidas. A união das integrantes do grupo é engrandecida em seus discursos, bem como as pessoas em si, falando que “a gente tem muito compromisso, mas todos são feitos com empenho, dedicação. A gente também se ajuda muito, não só no trabalho, mas em questões da nossa vida. Somos muito amigos!” (DIÁRIO DE CAMPO, 27/06/17; DIÁRIO DE CAMPO, 04/07/17; DIÁRIO DE CAMPO, 18/07/17; DIÁRIO DE CAMPO, 27/07/17).

Essas representações relativas a união de esforços e lutas coletivas, reverberam as concepções de Cortina (2005) e Covre (2001) referentes ao conceito

de cidadão. Eis que a teoria aborda o que as entrevistadas estão realizando na prática, ou seja, o cidadão participante ativamente em sua comunidade, delibera conjuntamente com seus “concidadãos” sobre as questões sociais, pois todos são dotados de “socialidade”, isto significa, todos possuem a capacidade de convivência e participação na construção de uma sociedade sensata e igualitária, sendo que as prioridades coletivas fundamentam a vontade individual. Nesse viés, as autoras citadas argumentam que a cidadania depende dos sujeitos, dos grupos sociais e das condições globais da sociedade, possibilitando um elo entre as necessidades e os desejos dos cidadãos, enquanto indivíduos e sujeitos grupais locais (no bairro, no sindicato, nos partidos), até alcançar o âmbito global da sociedade.

Nessa mesma perspectiva, Soffiati (2002) aponta que a cidadania ambiental não pode ser constituída de maneira individual e sim, coletiva. Afirma, que além disso, a natureza necessita adquirir relevância fundamental na sua elaboração. Para tanto, o autor menciona que é preciso redimensionar as relações socioambientais, deixando de lado a ultrapassada ótica utilitarista da natureza, estabelecendo respeito aos recursos naturais e, incorporando a cidadania ambiental ao sistema das sociedades humanas.

Tangenciando as distintas formas de apoio que as entrevistadas adquiriram ao longo do tempo, além dos vínculos firmados entre os consumidores, os integrantes do grupo e seus familiares, existem outras maneiras de auxílio. Quando questionadas sobre a existência de algum tipo de subsídio (municipal, estadual, federal) ofertado para produção orgânica, todas entrevistadas declararam ter recebido verba de programas do governo federal e estadual. Essas verbas são financiadas pelo Estado, com baixas taxas de juros, o que colabora para realização de projetos nas suas propriedades, possibilitando melhorias de infraestrutura, investimento em equipamentos, custeio da plantação, ou qualquer outra necessidade agrícola, entretanto, não constituem linhas de crédito específicas para produtores orgânicos mas consistem em financiamentos rurais.

No que se refere a disponibilização de verbas, estas afirmaram que uma cooperativa local custeou parte dos investimentos relativos à divulgação do grupo de agroecologistas de Forqueta, confeccionando *banners* e *folders*, contendo informações sobre as atividades elaboradas na agroecologia. A Prefeitura municipal

também colaborou, adquirindo composto orgânico de uma empresa regional e doando às entrevistadas, bem como entregando a cada uma delas, uma bancada móvel para instalar e organizar a feira municipal de produtos orgânicos.

Todas as entrevistadas mencionaram que o custo da produção orgânica é inferior a produção convencional, mensurando que, no cultivo orgânico, os investimentos se constituem basicamente pela aquisição de sementes, mudas e controle biológico (quando necessário comprar), não havendo maiores gastos. Inclusive, referiram que a própria plantação oferece economias no manejo, pois tudo que é produzido gera insumos que são totalmente reaproveitados. Declararam que na cultura agroecológica, o que se torna mais oneroso corresponde à execução das atividades, visto que estas dependem excessivamente do trabalho braçal. Em certos momentos, estas fizeram referência à necessidade futura de mão-de-obra externa, para dar suporte à continuidade das suas atividades. Essas referências provavelmente ocorreram porque quando foi realizada as observações de campo, as agroecologistas não tinham presente a valoração econômica da mão-de-obra. É possível perceber que essa atividade, não demanda insumos, entretanto exige muito trabalho manual.

Diante dessas concepções, entende-se o que autores referiram sobre os padrões estabelecidos pela agroecologia, pois estes, questionam os modelos de produção e consumo estimulados pelo capitalismo, afastando-se dessas influências, buscando maneiras alternativas, mediadas por uma economia de caráter local. As condutas que orientam a produção agroecológica foram demonstradas nas falas das entrevistadas, já que estas consolidaram uma rede de pessoas que contribui para o fomento da economia local, ao passo que ao adquirirem esses alimentos deixam de adquirir produtos advindos de outras localidades. Logo, promovem a cultura regional, consumindo produtos típicos de cada estação, vinculados a uma alimentação de base ecológica, isentos de substâncias químicas. Além disso, ainda reforça a ideia de afastar-se de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis (CAPORAL; COSTABBER, 2002; DIAS et al, 2015).

Partindo desse viés, quando questionadas acerca da aceitação deste tipo de produto no mercado, todas as entrevistadas responderam que tanto a aceitação

como a procura são crescentes. Do mesmo modo, segundo Capuchinha os jovens estão demonstrando cada vez mais a aceitação desses produtos, revelando preocupação com a alimentação, principalmente os que já possuem filhos, que relacionam os cuidados familiares com os alimentos ofertados em casa. Mencionaram que a venda de hortaliças e frutas orgânicas proporciona um vínculo diferenciado entre consumidor e produtor, um elo de confiança, fazendo com os clientes adquiram os produtos, sem excluir as agroecologistas em processo de transição, que ainda não possuem o selo de certificação. As entrevistadas Camomila e Orquídea confirmaram esta relação, relatando que vendem seus produtos com base na confiança que estabeleceram com os clientes, independente de possuírem o certificado.

Cabe ainda trazer à baila o relato observado no diário de campo de 27/06/17, de uma jovem consumidora que estava na propriedade, acompanhada de sua filha de dois anos e meio. Na oportunidade, essa mãe relacionou as visitas à propriedade a uma necessidade. Informou sentir necessidade de estar junto a natureza e mostrar para a filha as maravilhas do interior. Mencionou que, para ela e para o esposo, proporcionar uma alimentação orgânica para a família, principalmente para a filha é uma prioridade e, que até o momento, a menina não havia experimentado nenhuma comida enlatada, embutida ou guloseimas (chocolates, balas, doces). Afirmou que a filha nunca experimentou refrigerantes e, que a ideia do casal era de permanecer dessa forma até onde pudessem restringir esses alimentos. Referiu que essa atitude foi fundamental para o casal, para que realmente tivessem certeza que nos primeiros dois anos de vida, a filha se alimentasse basicamente de alimentos orgânicos e preparados em casa, garantindo sua segurança alimentar.

As representações expostas, corroboram com os principais objetivos da produção orgânica, quais sejam, promover a proteção ou prevenção ao ambiente e a qualidade de vida. Por conseguinte, para ser considerado orgânico o processo produtivo necessita promover o respeito às relações sociais e culturais, bem como contemplar a utilização responsável dos recursos naturais, além da expressa proibição do uso de agrotóxicos, adubos químicos e substâncias sintéticas. Ainda, salienta-se que o cultivo orgânico depende da confiança estabelecida entre produtores, consumidores e sistemas de controle de qualidade (MORO, 2012; MAPA, texto digital).

No que se refere ao valor de comercialização, foi perguntado se este é mais elevado do que os produtos convencionais, bem como, se os preços praticados suprem as necessidades de produção. Todas as entrevistadas responderam que os valores empregados diretamente por elas são os mesmos que os preços das hortaliças convencionais, sem distinções. O mesmo ocorre com os ganhos recebidos pelo mercado local. As entrevistadas recebem os mesmos valores que os produtores convencionais, entretanto, os preços praticados aos consumidores pelo empreendimento são mais elevados, portanto, não há o repasse desta diferença as agroecologistas.

Nesse ínterim, quando questionadas se a questão econômica foi determinante para a transição da produção convencional para a orgânica, as respostas foram unânimes, todas afirmaram que não. Todavia, de acordo com os diários de campo, pôde-se observar que as questões financeiras proporcionam satisfação e bem-estar, ou seja, em um primeiro momento, essa situação pode não ter representado a motivação para o processo de transição, mas atualmente é vista com bom grado pelas entrevistadas. Essas percepções foram notadas em conversas com as agroecologistas, e em especial, nos momentos em que estas preenchiam seus livros-caixa. Comentaram que os ganhos financeiros também as deixam realizadas profissionalmente e, sentem-se valorizadas pelas conquistas que seus ganhos as propiciaram, tais como: benfeitorias na residência, passeios, educação de qualidade para os filhos. Disseram que a satisfação financeira as beneficia pela questão de gênero. Salientam que são mulheres independentes, principalmente porque tomam a frente na organização do trabalho (DIÁRIO DE CAMPO, 27/06/17; DIÁRIO DE CAMPO, 18/07/17).

Nesses momentos de conversas, durante as observações participantes, as agroecologistas também aproveitavam o tempo para compartilhar seus conhecimentos. Relatavam sua satisfação diante das questões envolvendo o trabalho, bem como explicavam na prática, como conduzem suas atividades na produção orgânica. Na sequência um registro fotográfico dessas ocasiões.



Figura 9: Agroecologista compartilhando conhecimentos.



Fonte: A autora.

A análise dos resultados das entrevistas denota uma aproximação entre estas e a teoria de Lipovetsky (2004), pois o autor refere que a moral nas sociedades, não se manifesta mais da mesma forma, há um processo de renovação social dos valores, um novo regulamento social da ética. Portanto, se os cidadãos exercem sua cidadania e contribuem com o ambiente, a real motivação para adoção desta conduta torna-se insignificante, seja financeira, pessoal ou profissional. Como refere o autor, esta não importa, pois o que se considera são as mudanças de atitude em relação as questões socioambientais. Com esse mesmo viés, para Bauman (2001) independente do que os indivíduos realizam quando estão unidos, trabalhando em conjunto e promovendo benefícios coletivos, os resultados somente serão notados de maneira individual, permitindo que cada indivíduo satisfaça seus próprios interesses.

Ainda acerca da temática econômica, questionou-se se os valores de certificação são representativos nesse processo. As entrevistadas Capuchinha, Rosa e Calêndula responderam que existem três maneiras de obter a certificação,

quais sejam, a participativa, por auditoria e a OCS (Organização de Controle Social). As agroecologistas optaram pela primeira (participativa), e talvez, por esta razão, os custos não sejam considerados representativos, eis que nesse formato, há uma colaboração dos integrantes nas atividades relativas a obtenção e manutenção do certificado. O Sistema Participativo de Garantia (SPG) caracteriza-se pela responsabilidade coletiva de todos os integrantes desse sistema, que podem ser os consumidores, os produtores, técnicos e demais interessados, eis que para estar em conformidade legal, o SPG necessita de um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), neste caso, a Rede Ecovida. Há de se frisar, no entanto, que o fato das entrevistadas não terem bem presente a valoração da mão-de-obra envolvida no processo também pode contribuir para a compreensão de que esta forma de certificação não impacte muito economicamente.

Segundo os dados das entrevistas, as agroecologistas encaram esses procedimentos de certificação com seriedade e dedicação, juntamente com os diversos membros desse sistema. Entendem que essas atividades são solidárias, já que os custos referem-se somente à parte burocrática e ao deslocamento para outros municípios. Está é a maior diferença entre as outras maneiras de obter o certificado, pois a certificação por auditoria corresponde à contratação desse serviço pelo produtor, que receberá visitas de inspeção inicial e periódicas, mantendo obrigações perante o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e a certificadora, com custos estabelecidos em contrato. E no último caso, essa serve para os interessados somente em venda direta ou institucional, havendo a necessidade de formar uma Organização de Controle Social.

Com base na pesquisa de campo, uma das agroecologistas explicou que frequentemente realiza visitas em outras propriedades para executar uma das atividades da manutenção do certificado, que são as fiscalizações que ocorrem com o intuito de verificar se os procedimentos efetuados pelos agricultores agroecológicos estão adequados as exigências da certificação de orgânicos. Ressaltou que isso é muito importante para todos, pois também é um momento de aprendizado e troca. Salientou que esse formato de certificado reforça os vínculos do grupo, eis que é necessário que unam esforços para o cumprimento dos requisitos. Por fim, afirmou “temos a certificação participativa, então todos têm que participar assim como a certificação diz, desse jeito todo mundo aprende. Tu sempre

tem que pensa em grupo, se não, não dá certo. Sozinho tu não vai pra lugar nenhum” (CAPUCHINHA; DIÁRIO DE CAMPO, 27/06/17).

A partir dos dados apresentados no campo econômico, em conformidade com Caporal (2005), para aproximar os aportes teóricos agroecológicos da realidade prática, é preciso observar atentamente as seguintes premissas: a) atender os requisitos sociais, preservando as relações sociais e tratando de forma igualitária todos os sujeitos envolvidos, objetivando o bem-estar social; b) considerar aspectos culturais, resgatando os saberes tradicionais; c) cuidar do meio ambiente, com vistas a conservação dos recursos naturais e, a manutenção da biodiversidade; d) apoiar a consolidação de ações coletivas, engajando e empoderando os atores sociais envolvidos; e) contribuir para obtenção econômica, observando o equilíbrio entre a produção e a preservação do ambiente; f) atender a requisitos éticos, ou seja, comprometer-se com uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao realizar o cruzamento dos dados com o entendimento de Caporal, percebe-se que as entrevistadas estão atendendo as premissas citadas, eis que suas condutas contemplam as aproximações teóricas de suas realidades. Entende-se que suas atividades na agroecologia englobam relações sociais igualitárias; resgate de saberes locais; cuidados com o ambiente; ampliação e conservação da biodiversidade; apoio e fortalecimento de ações coletivas; comprometimento socioambiental, além de gerarem ganhos econômicos. No que se refere ao tema econômico, em específico, percebe-se que as questões financeiras também não podem ser menosprezadas, pois dão suporte para o sustento de suas famílias, da mesma forma que revelam uma satisfação profissional, no sentido de proporcionar a independência financeira dessas mulheres, algo tão almejado pelas lutas feministas, em busca da igualdade de gênero.

Tal igualdade, se torna ainda mais relevante, se considerado o passado de figurante destas agroecologistas, e o empenho por parte destas mulheres na luta por uma realização profissional e pelo protagonismo nos processos de produção de alimentos orgânicos. Uniram-se em busca da satisfação pessoal e da valorização como mulher, provando que suas capacidades estão nos mesmos patamares dos homens, demonstrando que a determinação as encaminhou para a independência financeira, além da sonhada satisfação pessoal.



Esses ideais vão ao encontro das concepções de Lipovetsky (2004), pois o autor refere que muitos homens e mulheres concentram-se no âmbito familiar, na relação conjugal e nos filhos, assim como na esfera profissional e cultural, como instrumentos de realização pessoal. O que não é considerado um problema, mas sim, somente um novo olhar sobre a cultura ocidental. Cada época vivida pela humanidade possui ideais distintos, que possuem ou não vínculos pessoais. Tais ideais aparecem de diversas maneiras, em múltiplas expressões sociais, tais como: a literatura, os modos de vida, as diversas formas culturais, além das ideologias, sejam essas políticas, jornalísticas ou científicas (MAFFESOLI, 2005).

As ideias de Assis (2006, p. 77) reforçam esses entendimentos, pois para o autor a autorregulação e a sustentabilidade dos agroecossistemas, é ressaltada pela agroecologia que “ênfatiza a importância dos parâmetros agrônômicos e ecológicos, como também as questões socioeconômicas, resgatando o fato de que a agricultura, além de ser um processo ecológico, é um processo social”. Tais considerações corroboram com as condutas exercidas pelas entrevistadas, pois as atitudes demonstradas consolidam os processos socioambientais promovidos pela agroecologia.

Sob o mesmo viés, Assis e Romero (2002) ressaltam a importância da organização social da produção e a maneira como sucede a interação entre a agricultura orgânica e o mercado, pois a motivação para o consumo de produtos orgânicos ocorre por meio da segurança alimentar, saúde e bem-estar que esses alimentos proporcionam, tanto para os produtores como para os consumidores.

As questões econômicas somam nas inúmeras motivações encontradas para permanecer nesse formato de cultivo. Tais questões perpassam os reais alicerces desse trabalho, pois a agroecologia fundamenta-se pelo respeito a natureza, favorecendo o equilíbrio entre a produção e a manutenção do ambiente. Logo, as práticas exercidas, as questões sociais e éticas, bem como, as preocupações com impactos ambientais, cidadania, manutenção da saúde humana, valores de respeito, condições de trabalho adequadas e qualidade de vida, passaram a compor os princípios orientadores da agricultura orgânica (DIAS et. al., 2015). Condutas essas que foram expressadas tanto nas falas como nas observações relatadas nos diários de campo.

### c) Dimensão socioambiental:

Para aprofundar os estudos na dimensão socioambiental analisaram-se as relações de trabalho no que se refere a propriedade e as pessoas envolvidas, bem como as relações com a comunidade e com o meio ambiente. Primeiramente, buscou-se identificar as representações das entrevistadas quanto as relações de trabalho, notando-se nitidamente que essas sofreram modificações sob a ótica agroecológica. As agroecologistas atribuem forte estima ao trabalho no campo, considerando relevante estar sempre em atividade e contato com a terra. Essa percepção se manifesta em relação a todos os agricultores, independentemente de serem ou não orgânicos.

Por parte das entrevistadas existe uma valorização do meio rural, especificamente do trabalho, e quando se trata do manejo agroecológico, esse pensamento se eleva, tanto nas expressões verbais como nas condutas. Nesse sentido, também encaram suas atividades com seriedade e comprometimento, entendendo que essa postura é um legado cultural, uma referência transmitida por seus antepassados. Uma entrevistada afirmou:

*A gente tem a rotina, eu sinto como um todo, que todos têm trabalho. O trabalho é bem focado, e talvez pela nossa cultura o pessoal tem horário para começar, enquanto tem o tempo faz o trabalho, e até quando precisa ajudar um ou outro, essa ajuda também existe. A gente não vê pessoas ociosas, se vem pessoas de fora, eles percebem isso (CAPUCHINHA).*

Essa valorização do trabalho na agroecologia também foi percebida nas observações *in loco*. Em conformidade com os registros efetuados nos diários de campo, em conversas realizadas durante as atividades rurais, as agroecologistas disseram que sentem-se bem com o trabalho, assim como, consideram-se muito valorizadas pelas pessoas que comparecem nas suas propriedades ou na feira municipal. Referiram que o trabalho as engrandece como mulheres. A formação do grupo gera os mesmos sentimentos, e exerce uma forte representação na vida das agroecologistas, as quais depositam nele o fato do trabalho ter-se tornado mais fácil se comparado com o passado. Capuchinha, Calêndula, Rosa e Orquídea salientaram: “como mulher eu também me sinto valorizada, e é o trabalho que me

deixa assim”; “pra mim, salão de beleza e roupas caras não têm valor algum, mas o trabalho, ir pra roça e plantar, isso sim tem valor. Esse trabalho tem muito valor na minha vida”; “a horta é pra mim, que nem estudar é pra ti, eu amo minha horta” (DIÁRIO DE CAMPO, 27/06/17; DIÁRIO DE CAMPO, 04/07/17; DIÁRIO DE CAMPO, 18/07/17; DIÁRIO DE CAMPO, 27/07/17).

Pelo que pôde-se observar, as agroecologistas sentem prazer e satisfação no trabalho. O entusiasmo, o amor e a valorização que demonstram, se reflete em cada atitude e palavra pronunciados ao se referir ao trabalho que desenvolvem no cultivo dos produtos orgânicos, bem como no envolvimento de suas famílias na agroecologia. Expressam uma sensação de que são recompensadas por meio de suas atividades. Notou-se que mexer na terra, ver uma planta germinar e dar frutos, transmite uma impressão tão positiva que é capaz de modificar sentimentos e condutas. O que parece certo, é que tais práticas transformam as pessoas de alguma maneira (DIÁRIO DE CAMPO, 27/06/17; DIÁRIO DE CAMPO, 04/07/17; DIÁRIO DE CAMPO, 18/07/17; DIÁRIO DE CAMPO, 27/07/17).

Essas percepções reiteram as afirmações de Mejía (2004) referentes ao meio rural. A autora aponta que este consiste em um “campo reinventado”, ou seja, o campo é um local de contemplação, e não somente de produção. Nesse sentido, Brandão (2000) relata que existe um prazer que torna parceiros o lavrador e a terra, em uma relação de amor, como se os homens “tivessem seu umbigo na terra”. Assim surge um “ethos camponês”, isto é, a “própria terra é percebida como um campo benévolo de seres vivos e matérias vivificadoras”, “algo que interage com o trabalho do lavrador e exige dele mais do que o próprio trabalho”. O respeito pela natureza, pelo ecossistema em geral, torna-se a premissa que fundamenta as atitudes agroecológicas perante a vida e o meio ambiente.

Do mesmo modo, todas as entrevistadas expressam a relevância que o grupo possui, tanto no trabalho agroecológico, quanto em suas vidas pessoais. A ajuda mútua entre as integrantes da agroecologia do Forqueta, sempre é comentada e salientada, pois o vínculo dessas famílias é fortemente transmitido por todas as entrevistadas. Mencionaram que referente ao trabalho, compartilham conhecimentos, experiências, assim como, sementes e mudas. Nesse aspecto, em diversos momentos tentam contribuir umas com as outras, desde pequenos gestos

como os citados, até transportar produtos, permutar serviços e substituir alguém em eventos, principalmente nas fiscalizações participativas da certificação.

No que se refere à vida particular, salientaram a importância que sua união como grupo representa. Falaram sobre o quanto permanecem juntas e se apoiam reciprocamente. Revelaram os esforços empreendidos para ajudar umas as outras em suas questões pessoais, especialmente quando surgem problemas de saúde. As entrevistadas declararam: “cada coisa que vem, a gente se reúne todo mês. E se tem problemas na horta, já alertamos, isso e isso temos que fazer. Somos muito unidos” (ROSA). “A gente se ajuda, isso é muito importante” (CAMOMILA). “Eu acho o grupo importante, se eu posso ajudar o outro eu ajudo, eu tô sempre livre para ajudar alguém. Anos atrás eu estava bem doente, a Calêndula deixou todo o serviço dela e veio limpar a minha casa” (ORQUÍDEA). “A gente se ajuda sabe, a gente se visita nas casas porque leva os produtos, ontem de noite a Capuchinha trouxe os produtos aqui, terça eu vou levar na casa dela, então a gente sempre acaba indo uma na casa da outra” (CALÊNDULA).

*Às vezes eu converso mais com o pessoal do grupo do que com minha família, do que com as minhas filhas, essa é a questão da ajuda. Dividi um pouco as tarefas, um vai pra aquele lado, outro pro outro lado. Cada um tem uma função, mas sempre em prol dessa caminhada (CAPUCHINHA).*

Consideram suas relações harmônicas e suas lutas tornam-se consolidadas em razão do apoio que ocorre entre as integrantes, pois constituem esforços coletivos. Por essas razões, sempre encontram motivações, auxílio e perseverança para continuarem nessa jornada, perpetuando a agricultura orgânica. Eis as falas que demonstram essa relação: “eu gosto de todos no grupo, a gente sempre troca novidades e todo mundo se dá bem” (ORQUÍDEA). “Por isso é bom o grupo, as vezes alguém está desanimado, e o outro fala: ‘não vamos lá, vai dar certo’! Isso também ajuda muito, naquela parte de otimismo, que precisa” (CAPUCHINHA).

*Então, entre nós do grupo dos orgânicos temos uma relação bem boa. É fundamental, eu posso te dizer que o grupo não ia existir, trabalhar várias famílias fez com que hoje nós ainda estamos aqui. Se não fosse isso o grupo unido... as trocas... (CALÊNDULA).*

*Foi minha filha mais velha que mais me incentivou a ir participar desse grupo, ela dizia ‘mãe, tu tem que fazer alguma coisa da tua vida que te agrade, tem aquele grupo em Forqueta’. Aí eu fui lá e adorei, por isso comecei com o orgânico (CAMOMILA).*

*O grupo é ótimo, a gente se fala muito, nós estamos quase todos os dias juntas, ontem de noite liguei 3 vezes pra elas. E esses dias fui lá na*

*Capuchinha, passei a gralha num pedaço de terra, agora ela tá esperando e eu não consigo tempo (risos). Mas eu vou lá de novo fazer um pedaço pra ela, a gente se ajuda no trabalho. A gente sempre se comunica. E a gente sempre se ajuda, quando a gente vai na feira, um leva do outro e vamos de carona, com tudo que conseguir levar (ROSA).*

Os relatos escritos nos diários de campo corroboram com tais representações, tendo em vista as observações realizadas nesse sentido. Durante a execução das atividades nas hortas, surgiram conversas relativas ao grupo, momentos em que manifestaram seus pensamentos e sentimentos sobre esse assunto. As agroecologistas referiram que todos são muito unidos, se ajudam mutuamente, tanto no trabalho quanto na vida pessoal. Disseram que constantemente perguntam umas as outras, quem necessita de ajuda, carona ou transporte de verduras. Afirmaram que também colaboram na vida pessoal, principalmente quando alguém está doente. Mencionaram que o grupo é muito importante em suas vidas, consideram ótimo terem esse fortalecimento coletivo e que todos pensam nesse formato. Nesse sentido, Rosa evidenciou: “no grupo não existe eu, é sempre nós, ninguém fala ‘eu fiz isso, eu sou isso’, sempre é nós, em tudo, isso é muito bom, a gente é muito unido” (DIÁRIO DE CAMPO, 27/06/17; DIÁRIO DE CAMPO, 04/07/17; DIÁRIO DE CAMPO, 18/07/17; DIÁRIO DE CAMPO, 27/07/17).

Ainda, tratando-se desses entendimentos, os registros nos diários de campo também revelaram que a agroecologia incentiva a democratização das relações entre as pessoas e o trabalho. Em várias oportunidades, em conversas obtidas nas observações participantes, as agroecologistas sustentaram a ideia de que todos no grupo possuem “voz”, considerando que ninguém é inferior, afirmando que todos são iguais. Condutas essas, tidas pelas mulheres da agroecologia como ferramentas de enaltecimento frente às dificuldades que podem surgir, bem como uma autovalorização de gênero (DIÁRIO DE CAMPO, 27/06/17; DIÁRIO DE CAMPO, 04/07/17; DIÁRIO DE CAMPO, 18/07/17; DIÁRIO DE CAMPO, 27/07/17).

As condutas apresentadas pelas entrevistadas reiteram o *status* material e formal da cidadania, qual seja, a corresponsabilidade dos sujeitos na construção de um planejamento social com vistas a efetividade real da democracia, densificando as ações coletivas. Nesse caso, a efetiva atuação do cidadão é um eficaz instrumento

para a consolidação da democracia participativa, logo, a participação integra o processo democrático e alicerça a cidadania (LEAL, 2000; TURATTI, 2010).

Segundo Turatti (2010), a garantia do Estado Democrático de Direito depende fundamentalmente de uma participação popular que objetive solidificar e intensificar as conquistas sociais em todos os campos. A partir do momento que o cidadão assume sua participação na sociedade em todas as dimensões, inicia-se uma caminhada para o exercício da cidadania ambiental. Tais afirmações teóricas, ratificam as atitudes demonstradas pelas entrevistadas, dando indícios de que suas práticas contribuem para a formação ambiental.

As percepções expostas se contrapõem as ideias de Lipovetsky (2004) referentes ao indivíduo pós-moderno, caracterizado pelo autor, como um organismo fechado sobre si mesmo. O autor salienta que a conjuntura atual caracteriza-se pela predominância do hiperindividualismo. Ao pensar em novas “tribos ou novas comunidades” não se pode afirmar o esgotamento do individualismo, pelo contrário, existe uma disseminação de sua dinâmica. Essas constatações foram refutadas através das condutas apresentadas pelas entrevistadas. Diante desse cenário, entende-se que determinadas características pós-modernas, como a primazia da individualização, ao que tudo indica, não possui sentido perante as agroecologistas de Forqueta. Apesar delas comporem um grupo o que, num primeiro momento, poderia representar, um fechamento para os demais membros da comunidade, suas manifestações são no sentido de envolver todos os cidadãos nas causas agroecológicas.

Desse modo, percebe-se que sob a ótica agroecológica surge a ressignificação dos saberes e práticas tradicionais, pois conhecimentos e condutas que antes eram desvalorizados ou, simplesmente tidos como algo insignificante, alteram-se com a adesão ao modo de vida agroecológico. Ao analisar as representações pessoais das entrevistadas relativas ao resgate das práticas agroecológicas exercidas pelos seus antepassados, todas mencionaram que essas condutas influenciam suas vidas pessoais e o núcleo familiar, assim como, exercem influências nos relacionamentos com as demais pessoas da comunidade. Afirmaram que realizaram uma espécie de resgate histórico dessas práticas, buscando

orientações de seus pais, vizinhos, amigos, enfim, ouviram todas as pessoas idosas da comunidade com o objetivo de reaver essas noções.

Todas as entrevistadas manifestaram sentimentos positivos relacionados as mudanças nesses aspectos, e que tais alterações refletem no otimismo com que encaram suas tarefas. Todas disseram que foi no âmbito familiar que aprenderam as práticas que aplicam no seu dia-a-dia, expressando nostalgia ao lembrar da infância, quando permaneciam na companhia dos pais, avós e irmãos na lavoura, momentos em que já estavam em contato com o cultivo. Na medida que cresciam iniciavam suas atividades rurais junto à família. Evidenciaram que, além desse resgate, também recebem constantemente auxílio técnico da Emater, o que amplia seus conhecimentos.

Declararam que, atualmente, têm certeza de que escolheram a opção certa de cultivo, principalmente porque provaram para si mesmas, e para as outras pessoas, que o manejo agroecológico possui êxito. Salientaram que nessas condições, sentimentos afloram, tais como: liberdade, alegria, persistência. Manifestaram satisfação pelo fato de aderirem a um “estilo de vida diferente”, afirmando que vivem na simplicidade e são felizes com o que têm. Ainda, demonstraram emoção ao lembrar das primeiras colheitas, momentos em que confirmaram suas expectativas. Ao lembrarem essas ocasiões, mais uma vez reforçaram a não utilização de insumos químicos, pois “quando a terra é bem tratada, ela responde da mesma maneira” (ROSA).

Em conformidade com as representações referidas, eis algumas falas que consolidam tais percepções: “a gente queria um estilo de vida diferente, viver na simplicidade, viver de pouca coisa, então foi uma escolha nossa. Hoje com a horta, sem outras coisas de fora, a gente consegue viver muito melhor” (CALÊNDULA). “A mudança? Muito, muito bom, eu me acho mais livre, mais alegre, mais insistente” (ORQUÍDEA). “Minha filha era uma que sempre dizia ‘mãe tu com esse teu açúcar mascavo, com esse teu feijão...’, hoje ela já pensa totalmente diferente. Ela viu que funciona” (ROSA).

*Mudou muita coisa, sempre para o melhor. Eu achei que não ia dar certo, mas me surpreendi, nunca me esqueço o dia que arranquei as primeiras cenouras, aí começou aquelas baitas colheitas e isso foi muito forte pra mim. Deu uma surpresa de virada de dia pra noite, quando eu comecei a*

*colher aqueles carrinhos de mão cheio de coisas bonitas que eu não acreditava que iria dar (CAMOMILA).*

*Mudou mais a persistência, hoje é um pouco esse lado, as pessoas ah não deu certo hoje, amanhã não quero mais. As vezes a coisa não é tão fácil, mas vamos lá, não pode desistir (CAPUCHINHA).*

Os registros nos diários de campo reiteram essas informações, pois nas observações participantes as agroecologistas reafirmam tais entendimentos. Durante os trabalhos no cultivo, afirmaram, em diversas situações, que a agricultura orgânica é o caminho para melhorar uma situação negativa, qual seja, o uso abusivo de insumos químicos. Mencionaram que realizaram a escolha correta para suas vidas, assim como para as demais pessoas, oferecendo-lhes acesso e oportunidade de consumir um alimento saudável. Também, retificaram a ideia de que ter um modo de vida simples e tranquilo é o rumo para felicidade. Desse modo, Orquídea ressaltou: “aqui em casa é tudo simples, todos nós somos simples, e somos muito felizes com o que temos e, principalmente com o que fazemos, esse é o caminho, isso que importa” (DIÁRIO DE CAMPO, 27/06/17; DIÁRIO DE CAMPO, 04/07/17; DIÁRIO DE CAMPO, 18/07/17; DIÁRIO DE CAMPO, 27/07/17).

Diante do exposto, ao retomar a base teórica, nota-se que esses entendimentos ressoam os apontamentos de Moraes (2009), quando afirma que os grupos camponeses se organizam conforme as condições ofertadas pela natureza, a partir da simbiose resultante de suas relações com o meio, produzindo uma dinâmica e forma peculiar, o que remonta ao *habitat*, ou seja, à territorialidade e à relação com o lugar. No conjunto de terras de moradia e de trabalho, a coletividade camponesa é capaz de transformar possibilidades em recursos, num quadro de relações socioambientais cuja dinâmica orienta as transformações nesse sistema. Assim, entende-se que há “uma percepção moral da relação com a terra entre os homens”; bem como a proximidade existente entre o camponês e sua terra, enaltecendo a noção de pertencimento ao território, além do afeto constituído por aquele lugar (BRANDÃO, 2000; WOORTMANN, 2009; INGOLD, 2011).

Outra peculiaridade apresentada pelo grupo de entrevistadas é o fato das mulheres da agroecologia não possuírem relação de família extensa, ou seja, no trabalho agroecológico não têm parentesco envolvido além do seu núcleo familiar (esposo e filhos). Entretanto, em outras atividades do campo, como a criação de animais, a mão-de-obra nas propriedades é mediada por vínculos familiares do tipo:



irmãos, cunhados, sobrinhos e primos. Nessas ocasiões, no âmbito das famílias das entrevistadas pode haver divisões motivadas pelo uso de agrotóxicos, o que também gera conflitos entre os entes, pois existem casos em que os parentes produzem das duas maneiras.

Da mesma forma, as relações sociais entre vizinhos estão influenciadas pelas práticas agroecológicas. Existe um conflito que permeia essas relações: o uso de agrotóxicos e substâncias químicas. Assim, as percepções acerca das relações com os agricultores convencionais também foram alteradas com o tempo. Estas os respeitam, porém, existem conflitos relativos as mudanças provenientes da consciência ecológica e social. Nesse contexto, desenvolvem-se fronteiras nas relações com agricultores que utilizam insumos químicos, por diversos momentos, dificultando a convivência.

No que se refere a essas situações, todas as entrevistadas expressaram sentimentos de indignação, demonstrando os desafetos motivados pelo uso de agrotóxicos, revelando as preocupações sociais e ambientais das entrevistadas. Nesse sentido, declararam: “para eles tanto faz, eles não pensam nisso, no mal que faz o veneno” (ORQUÍDEA). “A primeira coisa que vem é por causa do veneno, que me dói, que me machuca muito, porque pensa, tem açude, tem arroio e tem bicho que depende disso, como é que pode ser bom?” (CAMOMILA).

*Eles sabem muito bem que a gente gosta e precisa ser respeitado, isso eles sabem né. O vizinho passa os venenos para secar lá pra baixo onde ele ia plantar, e eu falei isso com ele, cheguei lá bem na hora que ele tava lá. Eu disse que ele tinha que pensar bem no que ele tava fazendo, que isso não é necessário, eu falei assim, isso faz mal à saúde e pra natureza (CALÊNDULA).*

*A gente acompanha um pouco, ali do lado o vizinho planta, mas quando a gente sente que tu tá sendo ameaçado quase, tu começa a fazer um movimento, começa a falar. O pessoal ali faz mais de 15 anos que não aplicava nada, daí uns 5 anos, o cara queria começar a bota veneno pra planta. Poxa vida, aí isso começa a cozinha em ti, aí eu fui falar com o cara, assim, assim né, aí no fim, vou ajuda a pagar horas de trator pra ele lavar. Dito e feito, resolveu. Enquanto a gente fica quieto eles vão fazer. Tem que questionar muito, não é só eu que não quero isso, mas aquela pessoa também vai se afetar com isso (CAPUCHINHA).*

*Que nem eu tenho sobrinhos e eles falam ‘como é que nos queremos fazer?’ Porque eles plantam muito né, então eles são conscientes, mas mesmo assim utilizam. A convivência é tranquila, agora sim, antes eles riram né, no início. Como nós é uma grande luta, eles não acreditaram, eu sempre digo tu conquista as pessoas, tu tem que mostrar pra eles acreditar nisso (ROSA).*

Os agricultores que aderem à agricultura orgânica demonstram mudanças de condutas e pensamentos, segundo Caporal e Costabber (2002; 2004), pois manifestam inquietações referentes à agricultura convencional e seus impactos, eis que conhecem os riscos dos agrotóxicos para saúde humana e ambiental. As preocupações demonstradas com a promoção do bem-estar socioambiental também se colocam como uma condição cidadã das entrevistadas.

Ademais, essa maneira de cultivo representa também cuidados com os agricultores, preservando a saúde e apresentando uma forma digna de trabalho, atuando de modo ético, fundamentando-se nas premissas agroecológicas, buscando o equilíbrio e a conservação da biodiversidade, dos ciclos e das atividades biológicas dos solos, com objetivo de estabelecer a sustentabilidade dos agrossistemas, não utilizando transgênicos (ASSIS; ROMERO, 2002; MAPA, texto digital).

A partir das análises realizadas, também foram aprofundados os estudos acerca das relações sociais e ambientais. O modo de vida agroecológico envolve além das práticas na terra, atividades vinculadas à comunidade, e os vínculos com a terra são reforçados através de atividades sociais, que estão separadas das atividades econômicas.

Nesse sentido, também ocorre o fortalecimento do grupo enquanto comunidade, eis que participam junto com as demais pessoas na sociedade constituída pelo distrito de Forqueta. Foi possível evidenciar que os moradores dessa localidade são muito atuantes, pois a participação social coletiva é demonstrada em diversas situações, algo considerado relevante pela população, e ressaltado em todas as entrevistadas. Partindo dessa perspectiva, as cinco entrevistadas relataram participar na comunidade, atuando em atividades além das estabelecidas na agroecologia, unindo esforços e prestando serviços voluntários em eventos sociais, beneficentes, nas atividades relacionadas à Igreja, na diretoria do clube esportivo e no roteiro turístico da localidade.

Ainda, todas mencionaram participar de outros grupos comunitários, tais como: coral, clube de mães, grupo de idosos, grupo de dança, grupo de liturgia da Igreja, grupo de encenações artísticas da Igreja, artesanato, além de auxiliarem em todas as tarefas relativas as festas comunitárias e os demais eventos vinculados a

Igreja. Salientaram que todos os moradores de Forqueta participam efetivamente da comunidade, assim como, todos convivem constantemente uns com os outros e, compõem uma sociedade compromissada com a comunidade.

Mencionaram que a população que habita o distrito é determinada e empenhada com as questões coletivas. Consideram a localidade especial pela integração e união de todos em prol do bem comum. Calêndula e Capuchinha reforçaram essas ideias dizendo que: “aqui as pessoas são bem comprometidas em Forqueta. Quando a gente começa uma coisa, um projeto novo, a gente luta pra conseguir fazer dar certo, então eu acho assim, que o povo é unido e determinado”. “O pessoal de fora acha estranho, porque as vezes não tem um dia da semana que tu está em casa de noite, porque sempre tinha reunião, alguma coisa da comunidade. Quando tu te dedica pra alguma coisa, te compromete pra alguma coisa, tu tem que cumpri, assim é aqui”.

Do mesmo modo, todas as entrevistadas declararam que compartilham das suas vivências e formas de pensar com as demais pessoas da comunidade, no sentido de envolvê-los, na medida do possível, nas suas lutas motivadas pela agroecologia, explicando e repassando suas aflições referentes à segurança alimentar. Todas as agroecologistas relataram sentirem-se responsáveis pelos alimentos que produzem, pois conhecem o que uma alimentação saudável representa na vida das pessoas. Sobre esse quesito, declararam: “Eu penso ‘será que o pessoal gostou?’ Ou ‘será que agradou? Me sinto responsável (CAMOMILA). “Hoje a gente fez chuchu e repolho, a gente come com boa vontade, porque tu sabe que ele é limpo, não tem veneno, é uma alegria pra gente” (ORQUÍDEA). “Eu me sinto muito responsável, em dar qualidade para as pessoas. Os médicos estão receitando comer orgânicos, então olha a responsabilidade” (CALÊNDULA).

*A gente sempre se sente muito responsável, é um compromisso que tu assume, tu sempre tem que entregar um produto bom, com qualidade, e quando tu entrega e ganha elogio, é sempre uma gratificação. As vezes tem um burquinho na couve folha, aí eu digo que isso é melhor que veneno (ROSA).*

*Assim, perante os demais da comunidade, pessoas, eles tão enxergando um pouco diferente essa preocupação que a gente já teve lá no início, de querer mudar, porque além de tu ter esse conceito, o pessoal começa a enxergar, porque a sua vida está em jogo, também na questão do alimento, de quere comer algo melhor. Estão percebendo que alimento é bom pra saúde (CAPUCHINHA).*

Ao relembrar os autores, entende-se que as condutas declaradas pelas entrevistadas reiteram os pensamentos de Jonas (2008), pois o autor aponta que com a vontade de assumir responsabilidades, assume-se a condição de cidadão, ou seja, a responsabilidade se coloca como um sentimento moral, objetivando o bem-estar humano. Caso contrário, há uma grande possibilidade de se lamentar a fuga das responsabilidades e, conseqüentemente, da cidadania.

Nesse sentido, Herkenhoff (2012) menciona importantes condutas inerentes a cidadania ambiental, tais como: participar da vida coletiva (no bairro, no sindicato, no trabalho, no partido político, em diferentes associações); exercer a solidariedade, afastando-se da individualização; ajudar no progresso dos cidadãos, na medida de suas possibilidades; lutar por uma sociedade igualitária e cooperativa. Sob esse viés, nota-se que as entrevistadas assumiram compromissos perante a comunidade de Forqueta, exercendo efetivamente sua cidadania.

Partindo dessas concepções, os conflitos relativos ao uso de agrotóxicos são amenizados quando desenvolvem atividades na comunidade. Foi possível evidenciar, no caso em questão, que as agroecologistas e os agricultores convencionais superaram essas oposições, ultrapassando as barreiras profissionais e tornando-se harmônicos em favor das atividades comunitárias. Todas as entrevistadas demonstraram uma preocupação em ter relações harmônicas no âmbito social, principalmente tratando-se do fortalecimento da participação coletiva na localidade.

Essas preocupações revelam outras inquietações, expressadas durante conversas realizadas nas propriedades, durante as atividades nas hortas. Segundo as observações registradas nos diários de campo, as agroecologistas Capuchinha, Calêndula, Rosa e Orquídea relataram que toda comunidade de Forqueta é unida, pois todos trabalham para o fortalecimento comunitário. Lembraram ainda que suas atividades voluntárias não ocorrem somente na localidade, vão além dessas fronteiras, pois mencionaram que todas realizam, com uma certa frequência, doações de alimentos para entidades, quais sejam: o hospital municipal, o abrigo de menores e a associação geriátrica do município. Afirmaram que essa atitude é o mínimo que podem fazer para promover melhores condições as pessoas que se

encontram nesses estabelecimentos (DIÁRIO DE CAMPO, 27/06/17; DIÁRIO DE CAMPO, 04/07/17; DIÁRIO DE CAMPO, 18/07/17; DIÁRIO DE CAMPO, 27/07/17).

Tratando dessa temática, Orquídea verbalizou:

*O problema é que muita gente não pensa nos outros, isso que é o ruim. Se tu entende que não tá sozinho no mundo, que se tu não cuida os outros também vão se prejudica, aí tudo é diferente. Isso a gente sempre fala no grupo dos orgânicos e em casa também. Se eu só pensa em mim o que vai dar isso? Não pode se assim! Tu sempre tem que pensa nos outros e entende que um dia tu pode precisa deles e eles de ti. Olha isso que falta, as pessoas entenderem que a gente tem que pensa nos outros (DIÁRIO DE CAMPO, 27/07/17).*

Tangenciando o conteúdo dessas falas, percebe-se que as agroecologistas possuem um forte discurso altruísta e solidário, expressando em diversos momentos, as suas reflexões sobre as demais pessoas da sociedade, revelando preocupação e cuidados com o outro. Nesse sentido, de acordo com Boff (2009), Morin (2007), Gomes e Silva Júnior (2007), Lorimer (2010), Fischer e Chhatre (2013) a cidadania ambiental requer do cidadão uma visão consciente e solidária, exigindo o entendimento da importância do outro, constituindo relações de alteridade com os demais cidadãos e com a natureza, considerando essa atitude uma condição a sua sobrevivência, formando assim um novo sujeito, o cidadão ambiental.

Os aspectos apresentados pelos autores conduzem os seres humanos para um movimento interrelacional, entre si, com o ambiente e com a sociedade. A sociabilidade possui caráter ético no encontro com o “outro”, portanto, o outro torna-se indispensável para a produção de si mesmo. Nesse encontro com o outro os sujeitos estimulam-se simultaneamente, oportunizando transformações de condutas (GOMES; SILVA JÚNIOR, 2007).

Com intuito de constatar essas afirmações, Fischer e Chhatre (2013) realizaram uma pesquisa em pequenas comunidades, observando as condutas dos moradores e, concluíram que nas sociedades onde as pessoas exercem a alteridade e se preocupam umas com as outras, os valores ambientais têm gerado novas formas de consciência ambiental, além de desenvolver vínculos entre os sujeitos.

Nesse contexto, entende-se que é no viver comunitário que o ser humano se manifesta em sua racionalidade e, é em sociedade que as consequências de uma

racionalidade, fundada na cidadania ambiental, serão percebidas. Portanto, a aplicação desse silogismo resulta em uma cidadania, constituída na vida, na preservação e no cuidado com o outro, denominada cidadania ambiental (MORIN, 2005).

Em vista disso, Dutra (2012), Morin e Kern (2005) sustentam que o entendimento da cidadania ambiental a partir da alteridade é uma maneira de reintegrar o ser humano, aproximando-o de sua natureza, assim, ressurgindo o sentimento de amor, cuidado e respeito aos “outros”, em prol da vida. Para exercer a cidadania ambiental torna-se necessário afastar-se das tendências totalitárias de uniformização dos seres humanos. É preciso que os sujeitos compreendam que suas vidas são solidárias da Terra e da própria vida, assegurando um ambiente de qualidade as gerações futuras.

As preocupações e inquietações demonstradas pelas agroecologistas perpassam as considerações apresentadas até o momento, pois ainda repercutem na esfera ambiental. Nota-se que aqueles que aderem ao modo de vida agroecológico revelam uma conscientização social e ecológica, compreendendo a relevância que essa temática possui. Dessa maneira, todas as entrevistadas ressaltaram suas preocupações com as questões ambientais, principalmente no que tange ao futuro das crianças e jovens, relatando os temores que as assolam referentes à natureza. Salientaram os medos que possuem em relação à pulverização aérea de agrotóxicos, mencionado que até o momento não chegou na região, mas temem essa situação, ao imaginar todos inalando essas substâncias, pois falaram dos perigos discutidos sobre esse assunto, em fóruns de capacitação. Ainda, comentaram a respeito de cada pessoa exercer seu papel no que se refere aos cuidados com a natureza.

Salientaram ainda: “na verdade tu não é um ser único, no teu ambiente, tu é um no todo. E se cada um cuida, então todos se favorecem” (CAPUCHINHA). “E se ali começam a passar com avião, isso nós não vamos aceitar aqui. Eu vou em vários lugares, em reuniões, cursos, e eles disseram que 30% só que cai no solo o resto fica por aí, pelo ar, se eles passam avião” (ROSA). “Se nós não preservar, se não cuidarmos disso aqui, não sei como vai ser. A cada ano fica mais quente, então eu penso que é preocupante. Eu acho que é preciso conscientizar as pessoas, caso

contrário, não sei como vai ser o futuro” (CALÊNDULA). “Me preocupo muito com a natureza, eu penso no futuro com as crianças, por isso eu prefiro esta fechado de inço, do que veneno” (CAMOMILA). “A gente não sabe como é que vai ser amanhã em diante, tenho medo, vamos ver o que vai dar” (ORQUÍDEA).

Também, expressaram angústias relativas à qualidade da água, demonstrando seus anseios e, referindo a necessidade de conservação do recurso, bem como disseram que possuem cisternas para captação de água da chuva, utilizando somente esta para irrigação. Uma entrevistada declarou: “eu tenho um reservatório, a água tem outro cheiro, e é muito bom, muito gratificante, eu agradeço sempre que tenho essa sorte que posso pegar a água assim” (ROSA).

Em relação a água, as agroecologistas revelaram os cuidados que possuem com o recurso durante seu trabalho no cultivo. Em conformidade com os registros nos diários de campo (27/06/17; 04/07/17; 18/07/17; 27/07/17), nas propriedades existem reservatórios para água da chuva, pois os produtos orgânicos são irrigados sempre dessa maneira, garantido assim, a segurança contra contaminações. Rosa, Orquídea, Calêndula e Capuchinha comentaram que no passado, seus familiares já falavam sobre os cuidados que todos deveriam ter com a água, tais como: não desperdiçar, não poluir e valorizar ao máximo esse recurso tão precioso. Relataram como utilizavam esse bem no passado, um momento melancólico de lembrar suas vivências, falando sobre as fontes onde captavam a água. Rosa expressou: “a gente tinha uma sorte de ter uma fonte, nunca secou e a água era boa, a gente usava e também dava pros animais, isso era muito bom”.

A partir dessas concepções, as agroecologistas também desenvolveram práticas que diminuem o consumo de água, cobrindo os canteiros com bagaço de cana seco. Tal prática mantém a planta úmida por mais tempo, além de protegê-la e deixá-la limpa. Referente a esse assunto, Orquídea manifestou sua opinião, referindo: “a gente sempre tem que pensar na água, ela é de todos, e a gente não está aqui sozinho. Ninguém está sozinho no mundo, olha quanta gente tem, a gente tem que pensar nisso” (DIÁRIO DE CAMPO, 27/06/17; DIÁRIO DE CAMPO, 04/07/17; DIÁRIO DE CAMPO, 18/07/17; DIÁRIO DE CAMPO, 27/07/17).

Tal prática relativa aos cuidados com a água, referente a cobrir os canteiros com bagaço de cana seco, foi outra tarefa realizada no decorrer das observações participantes. Segue imagem registrando essa pratica.

Figura 10: Cobrindo os canteiros com bagaço de cana seco.



Fonte: A autora.

Seguindo essas perspectivas, todas as entrevistadas consideram que a agricultura orgânica é uma forma de respeitar e contribuir com a natureza. Citaram que só o fato de não utilizarem substâncias químicas já é uma contribuição ambiental. Ademais, vinculam problemas ecológicos a questões de saúde humana, afirmando a necessidade de cuidar da natureza. Nesse sentido, eis algumas falas que ilustram esses entendimentos: “estou ajudando muito a natureza, porque quando tu coloca veneno tu destrói a natureza” (ORQUÍDEA). “Eu estou cuidando da natureza, porque se eu não passo veneno, adubo químico, eu estou colaborando” (CAMOMILA). “A agricultura orgânica é o jeito da gente reverter uma situação que no nosso país é geral, as doenças e tudo isso que esta acontecendo, acho que precisa respeitar a natureza. A gente esta contribuindo com a natureza bastante” (CALÊNDULA).

Além disso, relataram que atualmente diferentes pássaros surgiram em suas propriedades, algo que há tempo não enxergavam. Ressaltaram o quanto a



agroecologia oferece segurança para elas e a certeza de que esse é o melhor caminho a seguir, pois narraram acerca da tranquilidade que sentem relativa às suas contribuições ecológicas. Rosa e Capuchinha expressaram:

*O ambiente é tudo, é tua vida também! Quando eu vou no ambiente, eu me sinto bem, ahhh aqui não tem veneno, não tem nada, um ambiente que tu está tranquilo. Por isso é tudo de bom o orgânico, tu faz tudo com amor, tu sempre pensa que assim é mais saudável (ROSA).*

*Aqui, tucano a 10 anos atrás não tinha nada, hoje eles estão vindo aqui, então que bom que tu tem aquelas árvores ali, que enche de tudo que é tipo de passarinho, então já é uma contribuição. Quando tu olha pra trás e vê que tu fez uma coisa boa, essa coisa gratificante, que tu conseguiu essa contribuição. Essa força que te dá, de continuidade. E a tranquilidade de sabe que tu está fazendo um bem, pro teu próximo, eu acho que isso é todo um conjunto que te satisfaz. Saber que em tudo que é canto que tu pode ir e te senti bem, sem medo. Pode comer a fruta ou a hortalça, isso é uma coisa que como ser humano, tem que agradecer a Deus por tudo isso, e da nossa força, que a gente pode continuar contribuindo muito ainda (CAPUCHINHA).*

Do mesmo modo, reverberaram essas percepções durante as observações participantes, pois nesses momentos as agroecologistas reafirmaram suas contribuições com a natureza por meio de suas condutas na agroecologia. Mencionaram que quando estão plantando, sempre pensam que estão fazendo um bem tanto para as pessoas quanto para a natureza, pois os cuidados que possuem no cultivo orgânico refletem-se nos dois aspectos.

Ainda, as agroecologistas também demonstraram sentimentos e respeito referentes aos animais que criam. Segundo os registros nos diários de campo (27/06/17; 04/07/17; 18/07/17; 27/07/17), em suas propriedades não existem animais confinados (vacas, terneiros, porcos), todos estão livres no campo e, em alguns momentos, encontram-se no pátio de suas casas, como no caso das galinhas, gatos e cães. Reforçaram novamente as ideias já mencionadas, sobre as verduras que plantam para o alimento dos animais. Em todas as ocasiões das observações, percebeu-se um grande respeito pela natureza. As agroecologistas tratam as hortaliças com todo cuidado e, da mesma forma os animais. Nesse contexto, Orquídea enfatizou que ama todos seus animais, que jamais os teria se não considerasse que são bem cuidados e, “quando eu olho no potreiro e vejo esses animais gordos e bonitos, e quando pego tantos ovos que essas galinhas colocam, eu penso ‘como eles tão bem cuidado’, eu fico feliz”.

Considerando os dados levantados, tem-se que as percepções construídas em torno da agroecologia conduzem a ideia de uma nova agricultura, que se volta ao bem comum das pessoas e do ambiente. Entretanto, a agricultura fundamentada pela agroecologia, não deve ser entendida simplesmente pela não utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Esse modo de cultivo perpassa tais considerações, pois para aderir a agricultura orgânica, torna-se indispensável compreender o conceito do termo e, conseqüentemente, sofrer um processo gradual e multilinear de alterações, estabelecendo a passagem do modelo agroquímico ao estilo agroecológico, incorporando princípios e tecnologias de base ambiental (ASSIS, 2006; CAPORAL; COSTABEBER, 2002; 2004; DIDONET et. al., 2006).

Segundo, Caporal; Costabeber (2002; 2004) e Didonet et. al. (2006) esse processo de transição da agricultura convencional para a agricultura orgânica é complexo, eis que as condutas estão vinculadas a hábitos, comportamentos e práticas que devem contribuir para construção de uma agricultura sustentável. Desse modo, a agricultura orgânica está sob o enfoque do estilo de agricultura agroecológica, devendo atender ao requisito essencial dessa concepção, a solidariedade entre as gerações atuais e as gerações futuras, ou seja, a prática da “ética da solidariedade”, também chamada de ética ambiental.

As atitudes apresentadas pelas entrevistadas demonstraram aproximar-se dos ideais envolvidos no conceito da ética da solidariedade, que conduz as práticas dos cidadãos ambientais com vistas a redução de impactos no ambiente e conservação da natureza. De acordo com Boff (2009) na ética ambiental o foco não é somente a recuperação do ambiente, mas as leis naturais, o respeito a alteridade e a sintonia do viver humano em conjunto com a natureza.

Articular o que a humanidade compartilha entre si, as pluralidades culturais e o interesse dos demais seres vivos (animais, plantas e o próprio planeta) é um grande desafio e ao mesmo tempo, a melhor oportunidade que se coloca a humanidade, visto que todos os cidadãos teriam que se preocupar com os outros seres humanos, com os demais seres vivos e com os problemas ambientais regionais e globais. Respeitar a alteridade e as diferenças culturais, coloca-se como imprescindível neste contexto, pois caracteriza as formas de agir que sustentam o conceito de cidadania ambiental (BOFF, 2009; LORIMER, 2010).

Para concluir essa temática, questionou-se as entrevistadas acerca do que lhes vêm à mente quando estas lembram da natureza, deixando-as livres para traduzir em uma palavra ou nos pensamentos que surgissem naquele instante. As palavras citadas foram: “desespero”; “tudo de bom”; “uma coisa boa”; “mato”; “valorizar”. Ainda, todas as entrevistadas expuseram seus sentimentos em relação a natureza, vinculando as palavras referidas a essas emoções.

Capuchinha afirmou que quando pensa nas agressões à natureza, seu corpo treme e logo lhe bate um desespero, o que a leva a crer que certas pessoas não refletem a respeito de suas próprias condutas. afirmou: “a palavra é desespero. Bah eu começo a ficar tremelica, tu começa a pensar ‘será que aquela pessoa que está fazendo isso de ruim, é louca, só pode, não pensa nada’. Te dá um desespero, quando tu vê alguma coisa ruim”. Já a entrevistada Rosa, mencionou que é “tudo de bom”, referindo que “a natureza não pode ser melhor. Ela é perfeita! Só que a gente tem que cuidar da natureza, da terra, aí a gente se cuida bem”. No que tange os sentimentos de Calêndula, expressou que é “uma coisa boa”, pois sente-se “livre de qualquer coisa” quando está em contato com a natureza. A Orquídea se emocionou ao realizar essa reflexão e ressaltou: “no mato eu me acho muito bem, o cheiro da terra e do mato, as vezes vamos no morro, mas no mato é melhor. A gente se lembra da infância”. E, finalmente, Camomila salientou que é necessário valorizar a natureza, pois “a gente respira natureza, eu me sinto bem em contato com a natureza, eu iria ficar doente em um apartamento, eu preciso da natureza, eu preciso da terra”.

Os conhecimentos estabelecidos sob os princípios sustentáveis são percebidos nos discursos camponeses, pois informam sobre as práticas ambientais e os significados referentes à ideia de natureza. A “visão romântica da natureza”, perpassa as falas campesinas quando evocam seu protagonismo militante em defesa da agroecologia. Atuação que vai ao encontro das teorias de Ingold sobre o corpo, onde “se articulam sujeito e objeto, conhecimento e autoconhecimento, subjetividade e alteridade”. A corporeidade sintetiza a implicação cultural constituída pelos seres humanos historicamente situados (MEJÍA, 2004; STEIL e CARVALHO, 2012, p. 35).

A partir desses entendimentos, compreende-se que existem diversas formas de apropriação do espaço rural (Mejía, 2004). Os espaços apresentam múltiplos atores sociais e os territórios são constituídos a partir de diferentes apropriações do espaço. Portanto, os critérios de valorização do meio ambiente são atribuídos de maneira específica, correspondendo ao cenário da natureza com o qual convivem os atores sociais, constituindo-se num bem coletivo.

As análises da presente categoria, ainda fizeram emergir uma particularidade não apontada no conteúdo das entrevistas, mas presente nas observações participantes, relacionada à espiritualidade. Primeiramente, nas falas de todas as entrevistadas fica claro sua participação tanto na Igreja, como em todos os eventos e grupos relacionados a congregação. Mas segundo os registros contidos nos diários de campo, a representação que a espiritualidade possui em suas vidas, alcança patamares mais elevados que a atuação comunitária (DIÁRIO DE CAMPO, 27/06/17; DIÁRIO DE CAMPO, 04/07/17; DIÁRIO DE CAMPO, 18/07/17; DIÁRIO DE CAMPO, 27/07/17).

Segundo os registros nos diários de campo, a fé também é expressada diretamente na relação desenvolvida com as plantas. Enquanto as agroecologistas estão mexendo na terra e cultivando as hortaliças, observou-se que conversam com as plantas de maneira harmoniosa. Mencionaram que isso parece influenciar no seu desenvolvimento. Relataram que tal atitude lhes proporciona bem-estar. Também, afirmaram que elogiam as hortaliças constantemente, inclusive para os visitantes, como forma de agradecimento pelo que a terra lhes oferece. Em seguida, apresenta-se imagens referentes a essas condutas.

Figura 11: Agradecimentos pelo que a terra é capaz de produzir.



Fonte: A autora.

No decorrer dos dias trabalhados nas observações participantes, em algum momento, todas as agroecologistas manifestaram-se sobre a fé. Nessas ocasiões, encontravam a oportunidade de conversar sobre o assunto. Conforme os dados registrados no diário de campo (27/06/17) Calêndula disse que é uma mulher de muita fé, assim como sua família. Afirmou que uma pessoa que não acredita em Deus não é nada. Relatou a importância que a fé tem para sua família, disse que participar da missa, das programações da igreja e da comunidade une a família, os vizinhos, as pessoas, une toda comunidade. Ainda, salientou que a família e a fé são tudo na vida de uma pessoa. Essas considerações também explicitam a valorização da instituição familiar, assim como a representatividade da religião em suas vidas.

Em conversas obtidas com Capuchinha enquanto esta mostrava a propriedade, mencionou que gostaria de falar sobre “as coisas da vida”. Instante em que questionou a respeito da fé e, indagou “como alguém vai viver sem fé”? Continuou expressando: “deve ser horrível! Eu tenho muita fé, não importa a religião, o que importa é a fé”. Referiu que seus pais também tinham muita crença, revelando a importância da espiritualidade tanto na sua família, como na do esposo. Descreveu a família do esposo como sendo numerosa, quatorze irmãos, mais os pais. Relatou que, principalmente, o sogro, sempre incentivou os filhos a ajudarem e cuidarem de quem pudessem e para tanto, buscavam forças por meio da religião. Disse que seu

sogro era muito solidário e ensinou isso para os filhos, comentando que seu marido sempre fala a respeito dessa solidariedade e, conseqüentemente, tenta ajudar a quem pode. Referiu histórias de pessoas que faleceram em sua família, ressaltando que somente com a fé foi capaz de superar tais perdas. Afirmou “a fé te dá a força necessária para superar os obstáculos, isso só vem com muita fé”. Ainda, ressaltou que a fé motiva o trabalho e a vida (DIÁRIO DE CAMPO, 04/07/17).

Conforme as observações registradas no diário de campo (18/07/17), Rosa também comentou que ela e sua família são pessoas de fé. Afirmou que se não tivesse suas crenças, não estaria mais trabalhando com a agroecologia, pois declarou que “quem não tem fé, desiste”. Do mesmo modo, Orquídea relatou sobre o credo que ela e seu filho têm, referindo que através de suas crenças superam os desafios da vida, unindo-se e ultrapassando todos os obstáculos cotidianos, seja no trabalho ou em suas particularidades (DIÁRIO DE CAMPO, 27/07/17).

Nota-se que a espiritualidade está presente na vida das agroecologistas e seus familiares. Todas as entrevistadas organizaram em suas casas, um altar com alguma imagem de santo. Estas manifestações deixaram transparecer que suas crenças as impulsionam na jornada de trabalho, visto que relacionam a fé com a motivação e, por consequência a perseverança. Tais vivências estão fundamentadas sob um tripé “Homem-Terra-Deus”. Esse pilar constitui uma forte representação da espiritualidade que os camponeses mantêm diante de suas vidas (BRANDÃO, 2000).

Sob as mesmas perspectivas, Woortmann (2009) aponta o conhecimento complexo referente a prática agrícola, algo que expressa a relação entre o homem e a natureza, revelando princípios morais. Esses princípios são descritos pela autora como um “triângulo, Deus-Homem-Terra”, configurando uma relação de reciprocidade entre os polos deste preceito, o que denota respeito a terra e crenças espirituais, para poder esperar dela, os alimentos que é capaz de produzir.

Nesse sentido, Brandão (2000) revela em seu estudo uma relação ancestral que considera o prestígio das relações de trabalho, produção agrícola e meio ambiente, eis que existe um prazer muito maior que o ganho financeiro. Todas as etapas do trabalho, que vão do chão arado ao grão maduro, constituem um cenário

repleto de sentimentos da atividade realizada. Considerações essas, que foram reiteradas por meio das condutas apresentadas pelas entrevistadas.

Percebe-se que as condutas apresentadas por todas as entrevistadas contradizem algumas ideias trazidas por Lipovetsky, Maffesoli e Bauman. Os dados apresentados deixam claro que as entrevistadas não pensam de forma individualista, colocando em cheque a disseminação do individualismo apontado por Lipovetsky (2004). A espiritualidade possui representatividade nas vidas das agroecologistas, quando estas associam os aspectos espirituais a eficiência do grupo, noções essas que confrontam o entendimento de Maffesoli (2005), quando o autor afirma que as questões religiosas perderam eficácia, sendo a existência social entregue a si mesma e alicerçando-se pela própria sociedade.

As atitudes demonstradas pelas agroecologistas também confrontam as considerações de Bauman (2001), quando o autor sustenta que as questões individuais podem ser semelhantes, mas não se tornam mais fáceis de solucionar se trabalhados em conjunto, pois nesse caso, só resta um benefício, estar acompanhado por outros “sofredores”, garantindo assim, o conhecimento de que todos encaram seus problemas sozinhos. O autor considera que o indivíduo não crê nas lutas coletivas, na união de esforços em favor de um bem comum, tornando-se inimigo do cidadão, que almeja o seu bem-estar através do bem-estar da coletividade. Pelo que pôde-se observar as entrevistadas não se configuram como os indivíduos caracterizados pelos autores e sim como cidadãs.

As condutas e pensamentos revelados pelo grupo reforçam a compreensão de que os sujeitos necessitam guiar-se por uma ética fundamentada pela natureza, que contemple os seres humanos em duas proporções: como ser racional, livre e autônomo e, como ser natural, que “se encontra enraizado como um ser-no-mundo junto com os outros”. Sob essa ótica, referente ao novo modo comportamental humano e seu trato com os demais seres e com o meio ambiente, Boff denomina como “ética ambiental”, a qual considera duas questões: o fato da natureza humana estar em contínuo processo de evolução e, seu caráter histórico, sujeito às mudanças em decorrência da sua própria liberdade, oportunizando novas configurações. Em vista disso, os seres humanos formam um sistema aberto, capaz de constituir relações ilimitadas, juntamente com outros no mundo (BOFF, 2009).

O aspecto apresentado pelo autor diz respeito à alteridade, ao vetor que conduz o ser humano para um movimento interrelacional consigo mesmo, com o ambiente e com a sociedade. Em outras palavras, entende-se que os vínculos comunitários constituídos por um grupo de pessoas são mais fortes do que os laços que podem existir entre um país ou nação. Do mesmo modo, pessoas que possuem grupos familiares, de amizade ou vizinhança, associam palavras como “mãe, pai, irmãos, amigos, bairro, vizinhos” a sujeitos ou lugares repletos de sentimentos. Os sentimentos despertados a partir de vivências em uma comunidade, são intensos e ocupam um espaço real e especial nas memórias, gerando relações de alteridade, ou seja, é no viver comunitário que as pessoas expõem sua racionalidade, é em sociedade que as consequências dessa racionalidade, fundamentada na cidadania ambiental, serão valorizadas. O resultado dessas premissas é a consolidação de uma cidadania fundada no cuidado com o outro, na preservação, na vida, denominada cidadania ambiental (SHIRLEY, 1999; MORIN, 2005).

Os dados expostos demonstram uma forte valorização da agroecologia, do trabalho, do grupo e das demais pessoas da comunidade. As entrevistadas estabeleceram vínculos, tanto profissionais quanto na vida pessoal, com todos os envolvidos. Possuem discursos intensos sobre suas preocupações em relação aos alimentos que fornecem e o futuro da população, no que diz respeito à segurança alimentar e à saúde pública. Nota-se que as agroecologistas revelam respeito pela natureza e pelos outros, tanto os humanos quanto os demais seres, é por essa razão que é possível afirmar que atitudes de alteridade, ética ambiental e solidariedade estão presentes na forma com a qual estas conduzem suas práticas cotidianas, revelando assim, o exercício da cidadania ambiental.

#### **4.3 Aproximações entre os pressupostos da agroecologia e os pressupostos para formação de um cidadão ambiental**

Com a finalidade de elucidar o terceiro e quarto objetivos, ou seja, apresentar, a partir dos resultados da pesquisa empírica, aproximações/linhas de pensamento que possam contribuir para formação do cidadão ambiental; bem como verificar se os modelos de produção agroecológicos podem ser considerados práticas de cidadania ambiental, realizou-se a releitura integral das categorias apresentadas, de



acordo com a proposta de Bardin (2012), com o intuito de construir pontes entre os resultados analíticos com os referenciais teóricos contemplados inicialmente, implicando assim, no aprofundamento das teorias assumidas.

Partindo desse contexto, para elaborar as linhas de pensamento, a interpretação dos resultados foi embasada por teorias emergentes da própria análise, representadas pela estrutura das categorias construídas. Desse modo, restaram expostas ideias referentes à proteção socioambiental; à responsabilidade; participação comunitária; à alteridade; à ética ambiental; à equidade; à solidariedade e à espiritualidade. Essas expressões advêm da triangulação dos resultados obtidos por meio dos dados de campo, em cotejo com os aportes teóricos, originando assim, as aproximações almejadas para a contribuição na formação do cidadão ambiental, eis que são elementos presentes na base teórica e, nas práticas ambientais apresentadas na pesquisa de campo. Nesse sentido, constituiu-se as aproximações que serão abordadas na sequência.

#### **4.3.1 Proteção socioambiental e responsabilidade:**

De acordo com o que foi constituído no referencial teórico e na pesquisa de campo, entende-se que para a contribuição na formação do cidadão ambiental, torna-se relevante que os cidadãos contemplem uma série de mudanças de condutas e pensamentos. Para que essas mudanças sejam alcançadas, ao realizar a triangulação entre os aportes teóricos e os dados coletados, percebe-se que a primeira aproximação estabelecida se refere aos quesitos de proteção socioambiental e responsabilidade.

Nota-se que a agroecologia e a agricultura orgânica fomentam tais preceitos no que tange a proteção dos agricultores e consumidores, bem como do ambiente, eis que a proibição da utilização de substâncias químicas, o resgate e promoção dos saberes locais, aliados a procedimentos e conhecimentos técnicos, revelam a consolidação da primeira atitude, assim como, o primeiro sentimento, que representam o início dessas necessárias alterações, qual seja, o respeito aos seres vivos, humanos ou não e, aos recursos naturais, estabelecendo o começo de uma relação de alteridade entre a sociedade-natureza.

Partindo desse contexto, a partir do momento em que os cidadãos firmam em suas práticas cotidianas o respeito ao ambiente e aos demais seres, atitudes de proteção e responsabilidade tornam-se consequências dessa conduta, pois os alimentos produzidos nesse meio oferecem segurança alimentar, além de evitar devastações ambientais. Tendo em vista o cenário atual apresentado pela agricultura convencional e, levando-se em consideração questões de saúde pública, bem como os desafios e problemas referentes a natureza, essas aproximações se colocam como possíveis soluções a essa conjuntura, pois a produção orgânica promove qualidade de vida, contemplando o uso responsável dos recursos naturais e estimulando as relações culturais e sociais.

As condutas protetivas refletidas na agricultura orgânica, manifestam uma relação de alteridade com toda a biodiversidade, pois reconhece o outro e expressa estima a todas formas de vida, ou seja, aqueles que incorporam tais atitudes, também assumem a corresponsabilidade na elaboração de um planejamento social que objetive a efetividade da democracia e, densifique as lutas coletivas (BOFF, 2009; MORIN, 2007; CAPORAL; COSTABBER, 2002; 2004).

Ainda nessa perspectiva, quando a responsabilidade é assumida, admite-se um sentimento moral que almeja o bem-estar da humanidade, demonstrando assim, a condição de cidadão. Além disso, o manejo orgânico desenvolve redes de pessoas que se ajudam mutuamente, estabelecendo vínculos e confiança entre produtores e consumidores, incitando, por consequência, o comércio local de alimentos, valorizando essa forma de manejo e afastando tendências neoliberais (LEAL, 2000; JONAS, 2008; TURATTI, 2010).

#### **4.3.2 Participação comunitária:**

Outra aproximação que conduz os cidadãos para a formação ambiental relaciona-se a noção de que todos podem participar da comunidade na qual estão inseridos. Segundo os dados de campo, o grupo participa efetivamente na localidade, juntamente com as demais pessoas que vivem naquele distrito. Nota-se que tal participação une os moradores em prol de um bem comum. Os ganhos obtidos a partir dessa união são notados tanto no âmbito social como no ambiental,

pois todos se envolvem para o fortalecimento e desenvolvimento da comunidade, consequentemente, os resultados e benefícios constituídos são percebidos coletivamente.

Partindo dessa percepção e resgatando os aportes teóricos, percebe-se que autores defendem essa ideia, pois argumentam que a participação comunitária é uma conduta essencial para propagação da cidadania ambiental, eis que um cidadão participativo não permanece aguardando benefícios estatais, eis que o Estado também necessita de vínculos com os cidadãos, pois só ele não consegue atender às demandas sociais que crescem diariamente. Assim, entende-se que o Estado em conjunto com os cidadãos, necessita unir esforços, para juntos, transformar a cidadania em algo atuante (LAPIERRE, 2003; TURATTI, 2010; REIS; COSTA, 2010).

Segundo Leal (2000), Covre (2001), Cortina (2005) e Turatti (2010), a partir do momento em que o cidadão atua efetivamente em sua comunidade, ocorre a consolidação da democracia participativa, ou seja, a participação está incorporada no processo democrático, que, por sua vez, é o alicerce da cidadania. A garantia de um Estado Democrático só ocorre onde a participação popular é vista como fundamental. Logo, quando o cidadão assume sua participação nas diversas esferas sociais, rumo em direção a cidadania ambiental, eis que a união de esforços ativamente apresentada em uma comunidade constitui a deliberação conjunta entre concidadãos, demonstrando que todos são capazes de conviver e participar na construção de uma sociedade igualitária, priorizando a vontade coletiva.

Essas percepções possuem grande representatividade quando se compreende que a cidadania ambiental não pode ser estabelecida de maneira individual, eis que necessita abranger a coletividade, pois a natureza carece possuir relevância fundamental na sua elaboração. Tem-se assim que as relações socioambientais precisam ser redimensionadas, abolindo a visão utilitarista do ambiente, fomentando respeito aos recursos naturais, incorporando assim a cidadania ambiental nos sistemas sociais. A consolidação dos preceitos que compõe a cidadania depende de todos os cidadãos, criando vínculos entre os desejos e necessidades de todos, enquanto indivíduos e sujeitos grupais, possibilitando que o

seu exercício alcance o âmbito global (COVRE, 2001; SOFFIATI, 2002; CORTINA, 2005).

#### **4.3.3 Alteridade e ética ambiental:**

De acordo com o que foi visto no embasamento teórico, a alteridade e a ética ambiental são também pressupostos essenciais da cidadania ambiental. Tais concepções adquirem maior visibilidade a partir do momento em que se compreendem as práticas exercidas no modo de vida agroecológico. Os dados apresentados a partir da pesquisa de campo, revelam tais representações, deixando claro a presença destes pressupostos, pois os cuidados das agroecologistas com o ambiente, desenvolvem condições favoráveis para o cultivo das plantas. Do mesmo modo, suas condutas apresentam uma série de preocupações e cuidados com as pessoas, pois suas práticas ambientais giram em torno da qualidade do alimento cultivado, assegurando segurança para aqueles que irão consumi-los.

Nota-se, ao longo deste processo, que a convivência entre as pessoas e a natureza está embasada no respeito às características e às peculiaridades ecossistêmicas da localidade, desenvolvendo uma simetria que aproxima os seres humanos da natureza. Tais percepções se aproximam dos entendimentos dos autores, pois os conteúdos trazidos pelas entrevistadas e pelas observações, provam o enlace afetivo entre as produtoras e a terra, ou seja, os sentimentos pelo manejo e o respeito ao ambiente, fundamentam as condutas das agricultoras orgânicas, torando-se a premissa que alicerça suas atitudes perante a vida (BRANDÃO, 2000; INGOLD, 2001).

A relação estabelecida entre as produtoras e as práticas exercidas no campo demonstra a “humanização da natureza”, conforme Brandão (2000) e Woortmann (2009), isso significa que as agroecologistas entendem que a terra necessita de cuidados, para resultar em uma reciprocidade positiva, constituindo uma concepção “etno-ecológica holista”. Nesse sentido, o lugar é concebido e organizado a partir do trabalho, considerando a disponibilidade e diversidade do solo, fatores relevantes aos agricultores orgânicos.

Há um prazer que une o agricultor e a terra, tornando-os parceiros, surgindo um sentimento de amor pelo campo, pois as pessoas que vivem no meio rural parecem ter enterrado seu umbigo na terra. E é desse modo que se constitui a ética ambiental, eis que a própria terra é notada como um espaço benevolente de seres vivos, onde todos interagem entre si. Portanto, o meio rural também consiste em um lugar de contemplação e, não apenas de produtividade (BRANDÃO, 2000; MEJÍA, 2004).

Em visto disso, em conformidade com Assis, Romero (2002), MAPA (texto digital), Gomes e Silva Júnior (2007), a agricultura orgânica é o manejo agrícola alternativo mais difundido no que representa os cuidados com o outro, atuando de maneira ética, apresentando um modo digno de trabalho aos agricultores, bem como garantido segurança alimentar e conservação da natureza, pois busca o equilíbrio da biodiversidade, da sustentabilidade e repudia a transgenia e o emprego de substâncias químicas. Os aspectos considerados conduzem os seres humanos para um movimento interrelacional, com a sociedade, os demais seres vivos e com o ambiente. Essa interrelação possui caráter ético no encontro com o outro, sendo que todos estimulam-se simultaneamente, proporcionando transformações de condutas e pensamentos, assim, formando relações de alteridade socioambientais.

Para reforçar tais entendimentos, Fischer e Chhatre (2013) apontam que em sociedades onde os cidadãos exercem alteridade, as questões ambientais têm gerado novas formas de consciência e, desenvolvem vínculos entre as pessoas. Desse modo, entende-se que a aplicação de uma racionalidade baseada na cidadania ambiental, constituída na vida, preservação e no cuidado com o outro, somente será percebida na convivência comunitária, pois o entendimento da cidadania ambiental a partir da alteridade é uma forma de reintegrar o ser humano, aproximando-o da natureza. Ressurge o sentimento de amor, cuidado e respeito a todos os seres vivos, afastando-se da ideia totalitarista de uniformização dos humanos, compreendendo que suas vidas são solidárias com a Terra, garantido um ambiente de qualidade para as gerações futuras, bem como exercendo efetivamente a cidadania ambiental (MORIN; KERN, 2005).

Ainda, nesse contexto, outra característica encontrada nos teóricos e reafirmada na pesquisa empírica diz respeito a ética ambiental, ideia essa tida como

essencial para formação ambiental. A agricultura orgânica está sob o enfoque agroecológico, atendendo a esse requisito na prática da solidariedade entre as gerações atuais e as gerações futuras, orientando suas atitudes para a redução de impactos no ambiente e conservação da natureza, condutas essas, apresentadas tanto nas entrevistas quanto nas observações participantes.

Segundo Boff (2009), o foco da ética ambiental consiste na recuperação do ambiente a partir das leis naturais que a própria natureza apresenta, ou seja, o respeito as alteridades, sintonizando sociedade e ambiente, conservando-se nesse processo. A partir do momento em que a humanidade se preocupa com os demais seres vivos e com os problemas ambientais, surge o respeito a alteridade e as divergências culturais, conduzindo todas as pessoas ao exercício da cidadania ambiental.

#### **4.3.4 Equidade, solidariedade e espiritualidade:**

O último aspecto que contribui para formação do cidadão ambiental refere-se à equidade, solidariedade e, em certos momentos, a espiritualidade. Tangenciando as categorias expostas e os entendimentos dos autores, nota-se que a agroecologia prega o tratamento equitativo entre todos os envolvidos no processo do manejo orgânico. Nesse sentido, percebe-se que a cidadania ambiental possui mesma preocupação, propagando a noção de alteridade e condutas éticas, o que remete ao incentivo de constituir relações igualitárias entre todos os seres.

Considera-se, outrossim, que o trabalho agroecológico fomenta tais relações, e como consequência disso, possibilita o exercício da cidadania ambiental a partir do encaminhamento dos cidadãos a mudanças de postura, reconstruindo a relação sociedade-natureza, deixando clara a ideia que ambos são complementares, e que esse modo de cidadania é um processo reflexivo das questões socioambientais, constituído pela solidariedade e pela participação responsável na proteção da natureza e da sociedade (CAPORAL; COSTABBER, 2002; 2004; LEITE; AYALA, 2004; TURATTI, 2010).

Também se faz importante ressaltar que a agroecologia proporciona a superação de uma questão social inquietante, os conflitos de gênero. Percebe-se a partir da pesquisa de campo, que o trabalho na agricultura orgânica propicia ainda, a igualdade entre mulheres e homens, respeitando e valorizando a mulher como ser feminino e, salientando seu protagonismo nas lutas coletivas relativas a propagação da produção orgânica. Compreende-se, nesse sentido, que as relações sociais igualitárias alcançaram todas as dimensões, pois os dados da pesquisa demonstram o forte respeito a natureza, o cuidado com o outro e o comprometimento socioambiental, condutas que revelam uma satisfação pessoal e profissional dessas mulheres envolvidas pelo modo de vida agroecológico.

Verifica-se assim que a agroecologia favorece as relações igualitárias, abrangendo ainda, o equilíbrio entre a produção alimentícia e a conservação ambiental, eis que as práticas exercidas eticamente, as preocupações sociais, a manutenção da saúde humana, bem como as inquietações referentes aos impactos ambientais, os valores de respeito e cuidado com o outro, condições de trabalho adequadas, qualidade de vida e o exercício da cidadania, compõem todos os princípios orientadores da agricultura orgânica (DIAS et. al., 2015).

Juntam-se a tais princípios o exercício da solidariedade, que busca auxiliar os cidadãos em seu progresso, afastando-se do pensamento individualista e, consolidando uma sociedade cooperativa e igualitária. Sob esse viés, Morin (2007), Gomes, Silva Júnior (2007), Boff (2009), Lorimer (2010), Fischer, Chhatre (2013), Herkenhoff (2012) ressaltam que a cidadania ambiental carece de uma visão altruísta, consciente e solidária, para a formação de um cidadão ambiental, exigindo assim, a compreensão de que todos os seres vivos possuem valor e a constituição de relações de alteridade socioambientais como pressuposto para sua sobrevivência.

Finalmente, no que se refere à espiritualidade, entende-se que em determinados momentos, essa aproximação pode contribuir com a formação ambiental, em especial quando as pessoas possuem crenças e valorizam sua representatividade. Por esses motivos, não se pode deixar de mencionar, que as questões espirituais podem se fazer presentes em diversas situações, do mesmo modo, que foram apresentadas ao longo da pesquisa.

As crenças possibilitam a perpetuação da perseverança, bem como, impulsionam uma motivação, que pode estar alicerçada no tripé “Deus-Homem-Terra”, que não necessariamente corresponde apenas aos agricultores, como apontam os autores, mas, pode referir-se a todos que se enquadram nessa situação e, a terra, também se equivale ao meio ambiente. Portanto, esse pilar estabelece uma forte representação da espiritualidade diante da vida de toda pessoa que cultiva a fé. Nesse sentido, configura-se uma relação recíproca entre os polos desse triângulo, revelando princípios morais, o que denota respeito pela natureza e consideração pelas crenças espirituais (BRANDÃO, 2000; WOORTMANN, 2009).

Tendo em vista a conjuntura apresentada, verificou-se que os modelos de produção agroecológicos podem sim ser considerados práticas de cidadania ambiental, na medida em que tais condutas abarcam as necessárias transformações de comportamento, tidas como guia para o efetivo exercício da cidadania. O cuidado com o outro, seja na esfera social ou ambiental, está presente em todas as atitudes demonstradas pelas entrevistadas, tanto em suas falas como no formato do trabalho, sendo que tais condutas foram reafirmadas pelas observações participantes.

Nota-se que há uma valorização das relações sociais, que é permeada no grupo de agroecologistas e na comunidade, desenvolvendo fortes elos entre essas pessoas, constituindo cada vez mais a união dos que vivem na localidade de Forqueta, em prol de causas comuns e benefícios para todos. Nesse sentido, percebe-se que o próprio trabalho realizado na agroecologia sensibiliza os envolvidos para o acolhimento do outro e, perpetuação dos relacionamentos estabelecidos entre os cidadãos e a natureza.

Ainda, as entrevistadas podem ser consideradas cidadãs altruístas, eis que suas atitudes não condizem com ideais de individualização, pois as agroecologistas não agem de maneira isolada, pelo contrário, fomentam a concepção do viver comunitário, onde todos prezam pelas luas coletivas, engajando-se para a concretização do bem-estar social, atitudes essas, consolidadas por meio da agroecologia, como revelam os dados contidos nas categorias emergentes. Desse modo, entende-se que as práticas efetuadas no modo de vida agroecológico conduzem ao exercício da cidadania ambiental. Por fim, cabe ressaltar a evolução



dos pressupostos da cidadania ambiental ao longo dos resultados, parte-se basicamente dos pressupostos referentes à alteridade e à ética ambiental, e ao final, constitui-se oito pressupostos relativos à proteção socioambiental; à responsabilidade; participação comunitária; à alteridade; à ética ambiental; à equidade; à solidariedade e à espiritualidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Eu me sinto valorizada como mulher!  
Na profissão também!  
Hoje eu sei exatamente o que é ser importante na vida, na sociedade.  
É ótimo tu ver isso, que a gente pode fazer tudo que um homem faz, e muito mais.  
Eu me sinto muito feliz! CAPUCHINHA*

Concluída esta caminhada, algumas questões se mantiveram latentes se consideradas as premissas inicialmente constituídas. A realização das observações participantes talvez tenha sido um dos maiores desafios, principalmente, em se tratando de uma pesquisadora vinda da área jurídica, onde tal método ainda é pouco utilizado. Assim, ainda antes de tecer comentários finais acerca das contribuições que se quer fazer reverberar, faz-se necessário apresentar um breve relato acerca da experiência referente as observações participantes.

Quando propostas as entrevistas formais e a metodologia inspirada na etnografia, estabeleceu-se um grande desafio diante do grupo, eis que a insegurança acerca do desconhecido prevaleceu nesse instante. Entretanto, como era de se esperar, essas mulheres enfrentaram suas incertezas e se engajaram para contribuir com a pesquisa, bem como desmistificar possíveis inquietações relativas aos seus conhecimentos sobre o tema do estudo.

Ao longo do período de execução da pesquisa, desenvolveu-se uma relação de confiança, que fez desaparecer prováveis barreiras que se criam pela imagem do pesquisador, sem, contudo, acredita-se, influenciar nos resultados da pesquisa, haja vista o necessário exercício de afastamento por parte do pesquisador em relação ao grupo pesquisado. Nesse momento, as agroecologistas entenderam que suas falas

eram de fato o conteúdo necessário para constituir os dados da pesquisa, sendo que todas entrevistadas se sentiram à vontade para expressar seus pensamentos e sentimentos referentes à agroecologia, compreendendo o valor dos seus saberes tradicionais.

O mesmo ocorreu com as observações participantes, eis que inicialmente poderia haver um receio ao delegar tarefas, situação essa, que foi revertida a partir do instante em que as agricultoras perceberam que a pesquisadora estava disposta a trabalhar de forma atuante no cultivo, assim, entendendo na prática, as atitudes desempenhadas no meio agroecológico.

Tais considerações também repercutiram nas agroecologistas que não aceitaram participar da pesquisa. Ao final, quando o estudo já estava em fase de conclusão, essas agricultoras manifestaram o desejo de se integrar à pesquisa. As inseguranças antes apresentadas foram superadas com o avanço das atividades e da pesquisa e, fizeram com que aqueles que inicialmente não aceitaram participar do processo, manifestassem o desejo de contribuir com futuras pesquisas. Reflexo disto, pode ser visto no convite realizado por uma professora pertencente ao grupo de pesquisa para realização de um documentário onde todas estão incluídas.

Respondendo ao problema formulado no início desta pesquisa, na medida em que se compreende as práticas desenvolvidas pelo grupo, nota-se que estas podem ser classificadas como atitudes cidadãs, eis que tais práticas as conduziram ao rumo das mudanças de pensamento e comportamento, no sentido de estabelecer o respeito à natureza e a todos os seres vivos, condutas essas tidas como essenciais ao efetivo exercício da cidadania ambiental.

Através deste trabalho foi possível concluir, ao triangular os dados deste estudo, a forte presença do espírito de comunidade, sentimento de solidariedade, alteridade, assim como, entender que as práticas ambientais exercidas no modo de vida agroecológico representam a maneira ética com que as agricultoras conduzem suas atividades, pressupostos esses que demonstram a presença da cidadania ambiental no âmbito agroecológico.

Entretanto, a partir dessas constatações, surgem novos questionamentos, como essas práticas ambientais podem se estender ao ambiente urbano? Como

disseminar os saberes locais? Será, por meio de políticas públicas ou educação ambiental? Ou até mesmo, como tais mudanças de atitude podem alcançar níveis globais? Diante do protagonismo feminino acerca das causas agroecológicas, como chamar o universo masculino para firmar-se juntamente com as mulheres, nessas lutas? Como outras mulheres se relacionam com o ambiente, especialmente, urbanas?

A partir deste estudo surgiram provocações que podem instigar novas pesquisas no âmbito agroecológico ou para além dele. Sobretudo a mensagem resultante desta conjuntura é a busca incessante de esperança, pois a luta travada por essas mulheres na agroecologia demonstra que é possível, mediante árdua persistência, constituir uma comunidade mais solidária, onde as lutas coletivas embasam os esforços individuais, realizando significativas transformações locais.

## REFERÊNCIAS

ACOCELLA, Mariana. **Direitos Políticos na Constituição Federal de 1988**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 25 nov. 2009.

ALMEIDA, Gustavo Fonseca de. **Agricultura familiar**: estratégias produtivas de base ecológica e aplicação de princípios da agroecologia. São Carlos: UFSCAR, 2008.

ASSIS, Renato Linhares de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir de integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada**, v. 10, n. 1, Ribeirão Preto, 2006.

\_\_\_\_\_; ROMERO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, n. 6, p. 67-80, 2002.

BAGGIO, Andreza Cristina. A sociedade de risco e a confiança nas relações de consumo. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 127-147, jan./jun. 2010.

BARBOZA, Luís G. A. et. al. Para além do discurso ambientalista: percepções, práticas e perspectivas da agricultura agroecológica. **Ambiência** – Revista do Setor de Ciências Agrárias e Ambientais. Guarapuava (PR), v.8, n. 2, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

BOFF, Leonardo. **Ethos Mundial**: um consenso mínimo entre os humanos. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BRAGA, Raul. **Direito e gestão ambiental**. Rio de Janeiro: Esplanada, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra**. Editora Unicamp, 2000.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.

Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)>

Acesso em: 02 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. **Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)**. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm)>

Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. **Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências**. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm) Acesso em: 18 set. 2016.

BREVIDELLI, Maria Meimei; DE DOMENICO, Edvano Birelo Lopes. **Trabalho de Conclusão de Curso: guia prático para docentes e alunos**. 1 ed. São Paulo: Pátria, 2006.

CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia. In: MOREIRA; L. F.; CAPORAL, F. R. (Orgs.). **Projeto Inovar: Agroecologia**. Belo horizonte: EMATER/MG, 2005.

\_\_\_\_\_; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

\_\_\_\_\_. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**. Porto Alegre, v.3, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CESAR, Alexandre. **Acesso à Justiça e Cidadania**. Cuiabá: EdUFMT, 2002.

CHEMIN, Beatris Francisca. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 2. ed. Lajeado: Editora Univates, 2012. 315 p.

CID AGUAYO; Beatriz. Agroecología y Agricultura Orgánica en Chile: entre convencionalización y ciudadanía ambiental. **Agroalimentaria**, v. 17, n. 32, p. 15-27. Universidad de los Andes: Mérida, Venezuela, 2011.

COMISIÓN MUNDIAL DEL MEDIO AMBIENTE Y DEL DESARROLLO (CMMAD). **Nuestro futuro común**. Madrid: Alianza Editorial, 1992.

CONSULTATIVE GROUP ON INTERNATIONAL AGRICULTURAL RESEARCH (CGIAR). **A Vision for the CGIAR: Sustainable Agriculture for a Food Secure World**.

1994. Disponível em:

<[http://library.cgiar.org/bitstream/handle/10947/87/lucdocs\\_ad\\_6677.pdf;jsessionid=1BC068C8681E91AD427846816CADD07?sequence=1?sequence=1](http://library.cgiar.org/bitstream/handle/10947/87/lucdocs_ad_6677.pdf;jsessionid=1BC068C8681E91AD427846816CADD07?sequence=1?sequence=1)> Acesso em: 10 jul. 2016.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo para uma teoria da cidadania**. Edições Loyola. São Paulo, 2005.

COVRE, Maria de Louders Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Coletivo Periferia: eBooks Brasil, 2003.

DESCOLA, Philippe. **Além da natureza e cultura**. British Academy, 2006.

DIAS, Valéria da Veiga; et. al. O mercado de alimentos orgânicos: um panorama quantitativo e qualitativo das publicações internacionais. **Revista Ambiente e Sociedade**. São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 161-182, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/asoc/v18n1/pt\\_1414-753X-asoc-18-01-00155.pdf](http://www.scielo.br/pdf/asoc/v18n1/pt_1414-753X-asoc-18-01-00155.pdf)>. Acesso em: 04 abr. 2016.

DIDONET, A. D.; BAGGIO, A.; MACHADO, A.; TAVARES, E.; COUTINHO, E.; CANUTO, J.; GOMES, J.; RIBEIRO, J.; WADT, L.; MATTOS, L.; BORBA, M., KATO, M.; URCHEI, M.; KITAMURA, P.; PEIXOTO, R. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

DUTRA, Tônia Andrea Horbatiuk. **A Alteridade como Tônica para uma Cidadania Ecológica**: uma reflexão a partir da concepção de sujeito em Morin e Guattari. Florianópolis-SC, 2012.

EHLERS, Eduardo M. **O que se entende por agricultura sustentável?** Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; et. al. **O que é, para que serve e como se faz uma meta-análise?** Teoria e Pesquisa Revista de Ciência Política. São Paulo: São Carlos, 2014.

FISCHER, Harry W.; CHHATRE, Ashwini. **Environmental citizenship, gender, and the emergence of a new conservation politics**. Geoforum, 2013.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 3 ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

GOMES, Livia Godinho Nery; SILVA JUNIOR, Nelson da. Experimentação da política da amizade: alteridade e solidariedade nas classes populares. **Teor. E Pesq.** [online]. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n2/a05v23n2.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

GUATTARI, Felix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. 1. ed. 5. Reimp. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 43, 2008.

GUTERRES, Ivani. **Agroecologia militante**: contribuições de Enio Guterres. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GUZMÁN, Alonso M. La investigación participativa en agroecología: una herramienta para el desarrollo sustentable. **Ecossistemas Revista Científica y Técnica de Ecología y Medio Ambiente**, 16 (1): 24-36, Enero, 2007.

HERKENHOFF, João Baptista. **ABC da Cidadania**. (Cartilha editada pela Secretaria Municipal de Cidadania da Prefeitura de Vitória, para distribuição gratuita, com o objetivo de contribuir no esforço de educação para a cidadania.) 4 edição, Vitória, ES. 2012.

IBGE. **Rio Grande do Sul**: Arroio do Meio. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=430100>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

INGOLD, Tim. **Estar Vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 2015.

JACINTHO, Jussara M. M. **Dignidade humana**: princípio constitucional. Curitiba: Juruá, 2006.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2016.

JONAS, Hans. **El principio de responsabilidad**: Ensayo de una ética para La civilización tecnológica. Barcelona: Herder Editorial S.L., 2008.

LAPIERRE, Jean-William. **Qué es ser ciudadano?** Trad. Sofía Vidaurrezaga Zimmermann. Madrid: Biblioteca Nueva, 2003.

LEAL, Rogério Gesta. **Constituição e Cidadania no Brasil**. In: Estudo e Debate/ Univates – Centro Universitário. Lajeado: UNIVATES, 2000.

LEFF, Enrique. **Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogos de Saberes**. Educação e Realidade, 2009. Disponível em: <<http://seer.ufgrs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/9515/6720>> Acesso em: 10 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia Ambiental**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. **Direito Ambiental na Sociedade de Risco**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.



LIMA, Arlindo J. Prestes; CARMO, Maristela Simões do. Agricultura sustentável e a conversão agroecológica. **Desenvolvimento em Questão**. Ijuí, v. 4, 2006.

LIPOVETSKY, Gilles. **Metamorfose da cultura liberal**: ética, mídia e empresa. Porto Alegre: Sulina, 2004.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. In: ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (orgs.). **Horizontes Antropológicos**: Antropologia e Meio Ambiente. Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, 2006.

LORIMER, Jamie. International conservation ‘volunteering’ and the geographies of global environmental citizenship. **Political Geography**, 2010. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0962629810001228>> Acesso em: 14 abr. 2016.

MAFFESOLI, Michel. **O mistério da conjunção**: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MAGNANI, José G. C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, 2009.

\_\_\_\_\_. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MEDEIROS, Alexsandro M. **Iluminismo**. Consciência Política, 2014. Disponível em: <<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/filosofia-politica/filosofia-moderna/iluminismo/>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

MEDEIROS, João Leonardo; BARRETO, Eduardo Sá. Lukács e Marx contra o “ecologismo acrítico”: por uma ética ambiental materialista. **Econ. Soc.** [online]. Campinas, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v22n2/a02v22n2.pdf>> Acesso em: 11 jun. 2016.

MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria. **Representações sociais do espaço na construção social de território no assentamento de Taquari, Paraty, RJ**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2004.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia S. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito**. São Paulo: Saraiva, 2014.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. **Orgânicos**. Texto digital. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos>> Acesso em: 15 set. 2016.

MIRANDA, Silvana Maria de; et. al. **Construção de uma escala para avaliar atitudes de estudantes de medicina**. Revista Brasileira de Educação Médica. Rio de Janeiro, 2009.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas: modo de vida e crise ecológica de camponeses(as) nos cerrados do sudoeste piauiense. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. Editora Unesp, 2009.

MORAES, Roque. Mergulhos Discursivos: análise textual qualitativa entendida como processo integrado de aprender, comunicar e interferir em discursos. In: FREITAS, Vicente de; GALIAZZI, Maria do Carmo (orgs.). **Metodologia emergente de pesquisa em educação ambiental**. Ijuí: UNIJUÍ, 2007.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. **O método 5: A humanidade da humanidade**: a identidade humana. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

\_\_\_\_\_. **O método 2: A vida da vida**. Tradução Marina Lobo. Porto Alegre: Sulina, 2005.

\_\_\_\_\_.; KERN, Anne-Brigitte. **Terra – Pátria**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORO, Eduardo J. O mercado que separa Agricultura Orgânica e Agroecológica. Responsabilidade e Reciprocidade: os valores sociais para uma economia sustentável, p. 73-81, 2012. Disponível em: <<https://reciprocidade.emnuvens.com.br/rr/article/view/8>> Acesso em: 15 set. 2016.

NASSI-CALÒ, Lilian. **Indicadores bibliométricos da produção científica europeia**. SciELO em Perspectiva. 05 nov. 2015. Disponível em: <<http://blog.scielo.org/blog/2015/11/05/indicadores-bibliometricos-da-producao-cientifica-europeia/>> Acesso em: 04 abr. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Nações Unidas no Brasil**. Texto digital. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/> Acesso em: 05 abr. 2016.

PELLOW, David N. Social inequalities and environmental conflict. In: ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (orgs.). **Horizontes Antropológicos**: Antropologia e Meio Ambiente. Porto Alegre, 2006.

PIZZANI, Luciana; et. al. **A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento**. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Campinas, 2012. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/saberes>> Acesso em: 11 abr. 2016.

PORTAL PERIÓDICOS CAPES. **Acervo**. Portal CAPES. Disponível em:  
<[http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com\\_pcollection&Itemid=104](http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcollection&Itemid=104)  
> Acesso em: 11 abr. 2016.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. **Uma ecologia política dos riscos**: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.

REIS, Suzéte da Silva; COSTA, Marli Marlene Moraes da. Participação Política enquanto dever fundamental da cidadania: aportes teóricos. In: GORCZEWSKI, Clovis (org.). **Direitos Humanos e Participação Política**. 1 ed. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2010.

RIVIÈRE, Claude. Culture inavouée dans la nature, nature soumise dans l'aculture. In: TEIXEIRA, Sérgio Alves (org.). **Horizontes Antropológicos**: Natureza e Cultura. Porto Alegre, 2001.

ROCHE, Jean. **A Colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ed. Globo, 1969.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, Pilar B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2013.

SCHERER, Márcia. **Ambiente e Cidadania**: estudo sobre a ação do Estado Democrático de Direito na inclusão social e na sustentabilidade. Lajeado: Univates, 2008.

SHIRLEY, Robert W. Citizenchip and Community. In: FONSECA, Claudia (org.). **Horizontes Antropológicos**: Diversidade Cultural e Cidadania. Porto Alegre, 1999.

SILVA, Hélio R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 171-188, 2009.

SINGER, Peter. **Ethics**. Oxford: OUP, 1994.

SOFFIATI, Arthur. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). **Educação Ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

THOMÉ, Lauro M. F. **Arroio do Meio Ano 50 (1934-1984)**. Encantado: s. ed. 1994.

TURATTI, Luciana. Cidadania ambiental: participação política além fronteiras. In: GORCZEWSKI, Clovis (org.). **Direitos Humanos e Participação Política**. 1 ed. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2010.

UNITED NATIONS. **Our common future**: report of the World Commission on Environment and Development. New York City: UN, 1987. 247 p.

VANTI, Nadia Aurora Peres. **Da bibliometria à webometria**: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro de informação e a difusão do conhecimento. Revista Ciência da Informação. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12918.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**: a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cidadania e Globalização**. 8.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

WEIZENMANN, Paulo A. A Comunidade Evangélica de Forqueta. **O Alto Taquari**, 10 de agosto de 1990, p. 12.

WOORTMANN, Ellen F. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. Editora Unesp, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

## APÊNDICES

## APÊNDIA A - Roteiro de Entrevista

**Nome:**

**Contato:**

**Perguntas:**

**Dimensão cultural afetiva:**

- 1) Como vivem os agricultores de Forqueta? Como vocês convivem?  
(Agricultores, vizinhos, parentes...)
- 2) Você participa na comunidade? (Onde, como...)
- 3) Participa de algum grupo da comunidade? (Coral, clube de mães e outros...).  
Pode contar um como funciona? Quem participa? (Onde, quando...)
- 4) Me conta como se dá o relacionamento de trabalho entre as diferentes  
pessoas que participam do grupo (Desde o companheiro, amigos, vizinhos,  
demais agricultores orgânicos e convencionais).
- 5) Pode falar um pouco da sua família? (Todos trabalham juntos, todos são  
agricultores orgânicos)
- 6) Como você iniciou na agricultura? (Onde, quando, quanto tempo na  
agricultura convencional, quanto tempo na agricultura agroecológica, através  
de quem cada uma delas, o que produzia antes, o que produz agora...)
- 7) Você praticou agricultura convencional antes? Por que você migrou da  
agricultura convencional para a agricultura agroecológica/orgânica?  
(Especifique os motivos, o que pensa sobre o tema)
- 8) O que você pensa sobre a agricultura orgânica? (Qual opinião)
- 9) O que motiva você a permanecer trabalhando dessa forma? (Quais as  
vantagens/desvantagens da prática agroecológica, razões para permanecer).
- 10) Quando vem turistas, pessoas de fora, como se dá essa relação?
- 11) Você leva o que vive na agricultura agroecológica para alguma outra área da  
sua vida? (De que forma)
- 12) Com quem aprendeu as práticas que você aplica no seu dia-a-dia? Você as  
transmite/ensina para alguém? (Filhos, parentes, vizinhos, amigos,  
visitantes...)
- 13) O que você lembra quando pensa em Educação Ambiental na sua opinião?

(Pode citar palavras que te remetam a E.A.)

**Dimensão econômica:**

- 14) Você visualiza algum tipo de dificuldade na transição para agricultura orgânica (Pensamentos, sentimentos, atitudes, condições físicas, condições financeiras...)
- 15) Existe alguma forma de apoio financeiro para esse tipo de produção? (Financiamentos, subsídios municipal, estadual ou nacional...)
- 16) Você consegue mensurar o quanto se diferencia o custo de produção do orgânico para o convencional?
- 17) Qual sua impressão acerca da aceitação deste tipo de produto no mercado?
- 18) O valor de comercialização é maior? O valor supri as necessidades de produção?
- 19) A questão econômica foi determinante para sua transição do convencional para o orgânico?
- 20) Todos os vizinhos praticam agricultura orgânica? (São amigos, são parentes, como é essa relação...)
- 21) Os valores da certificação são representativos nesse processo?
- 22) O que mudou na sua vida após essa alteração no trabalho?

**Dimensão socioambiental:**

- 23) Você se preocupa com o ambiente? Como? (Quais preocupações)
- 24) Entre vocês (produtores orgânicos) existe relações de ajuda mutua? Só no trabalho ou em outras situações também? Você acha importa? (Doença, filhos.....)
- 25) Você se preocupa com as demais pessoas da sua comunidade? (Ex.: saúde, alimentação adequada, no sentido da alteridade...)
- 26) Você se sente responsável pelos alimentos que produz? (No sentido de produzir alimentos de qualidade para saúde, ambiente... e não somente no ganho financeiro, uma questão ética....)
- 27) O que você lembra quando pensa natureza para você? (Também pode mencionar palavras que vem a mente. No se que refere quando fala em natureza, se sente responsável pela natureza...)
- 28) Você considera que esta contribuindo com a natureza de alguma maneira? (Como)
- 29) Quais práticas ambientais você exerce na agricultura orgânica? (Explique as

práticas no cotidiano, como ocorrem...)

30) Você participa em fóruns de discussões? (Onde, como. Se não, gostaria de participar?)

31) Você participa na formação de políticas públicas? Ou gostaria de participar? (Onde, como...)



## **APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Estamos lhe convidando para participar da pesquisa intitulada: **OS PRESSUPOSTOS DA CIDADANIA AMBIENTAL NO MODO DE VIDA AGROECOLÓGICO.**

Este trabalho faz parte da dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, e tem como orientadora a Prof<sup>a</sup>. Dra. Luciana Turatti e como coorientadora Prof<sup>a</sup>. Dra. Margarita R. G. Mejia.

O projeto tem como objetivo estudar o perfil da sociedade pós-moderna diante da sua nova condição de cidadão ambiental, segundo os pressupostos que compõem a cidadania ambiental.

Como metodologia de coletas de dados serão utilizadas fontes bibliográficas, entrevistas e observações. Os dados serão mantidos em sigilo, servindo apenas para os fins da pesquisa, não se revelando os nomes dos participantes. A sua participação não oferece risco algum.

Será garantido também:

- 1 Receber resposta a qualquer dúvida ou questionamento sobre assuntos relacionados com a pesquisa;
- 2 Poder retirar seu consentimento a qualquer momento, deixando de participar do estudo, sem que isso traga qualquer tipo de prejuízo;
- 3 Não ser identificado quando da divulgação dos resultados e que todas as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados à pesquisa; e
- 4 Caso existam custos financeiros, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

Este termo deverá ser assinado em duas vias, sendo que uma delas será retida pelo sujeito da pesquisa e a outra pela pesquisadora. A responsável pela pesquisa é Ana Christina Konrad, Fone: (51) 99672-8096.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que autorizo minha participação nesta pesquisa, pois fui devidamente informado(a), de

forma clara e detalhada, livre de qualquer constrangimento e coerção, dos objetivos, dos instrumentos de coletas de informação que serão utilizados, dos riscos e benefícios, conforme já citados neste termo.

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

**Nome do participante da pesquisa**

---

**Assinatura do participante**

---

**Assinatura da pesquisadora responsável**

## APÊNCIDE C - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM

<b>Nome</b>			
Nacionalidade		Estado Civil	
Data do nascimento		Idade	
RG		CPF	
Endereço			
Telefone		Celular	
<i>E-mail</i>			
<b>Responsáveis ou assistentes legais</b>			
<b>Nome</b>			
Nacionalidade		Estado civil	
RG		CPF	
Endereço			
Telefone		Celular	
<i>E-mail</i>			
<b>Nome</b>			
Nacionalidade		Estado Civil	
RG		CPF	
Endereço			
Telefone		Celular	
<i>E-mail</i>			

Obs.: Os menores de 16 anos de idade deverão ser representados por seus pais ou, na falta deles, por outro representante legalmente constituído. E os maiores de 16 e menores de 18 anos de idade deverão ser assistidos, sem prejuízo da representação ou assistência aos demais absoluta ou relativamente incapazes.

Eu, por mim ou por meu(s) representante(s) ou assistente(s) legal(is), acima qualificado(s), por livre e espontânea vontade, com interesse pessoal e entendendo e consentindo com todo o disposto no presente termo, autorizo a pesquisa denominada "O exercício da cidadania ambiental a partir de um modo de vida agroecológico", sob responsabilidade da mestrandia Ana Christina Konrad, a usar minha imagem, assim como todas as minhas outras características perceptíveis pelos sentidos, na produção de toda e qualquer obra - visual e escrita-, podendo reproduzir, exibir ou veicular a obra em todo e qualquer suporte ou meio de exibição ou comunicação, existente ou que venha a existir por avanço tecnológico, com acesso livre ou restrito, no Brasil ou fora dele, para toda e qualquer finalidade, inclusive, sem excluir outros, com fins econômicos, de divulgação ou de propaganda.

A autorização permite que qualquer material e produção sejam sujeitados a participação em mostras, concursos, etc.

A presente autorização é gratuita e independe de indenização ou de qualquer outra forma de contraprestação.

A presente autorização é plena, ampla, geral, irretratável e irrevogável, sem limite territorial nem de tempo, de número de reproduções, de número de exhibições, enfim, de vezes de utilização a qualquer título.

Na condição de titular dos direitos autorais sobre a obra produzida, a mestrandia poderá dispor livremente da mesma, para toda e qualquer modalidade de utilização, por si ou por terceiros, podendo, para tanto, a seu único e exclusivo critério e independentemente de qualquer outra autorização, transferir livremente seus direitos autorais, ceder ou licenciar, no todo ou em parte, no Brasil ou no exterior, a título gratuito ou oneroso, não cabendo a mim qualquer direito ou remuneração, indenização ou contraprestação, a qualquer tempo e título, estendendo-se ou transferindo-se a presente autorização, de pleno direito, ao adquirente dos direitos autorais.

A autorização concedida pelo presente termo tem validade por 70 (setenta) anos.

Lajeado	RS	Data	
---------	----	------	--

\_\_\_\_\_  
Autorizadora

\_\_\_\_\_  
Responsável/Assistente

\_\_\_\_\_  
Responsável/Assistente

Testemunhas:

Assinatura		Assinatura	
Nome		Nome	
CPF		CPF	